SÔNIA LICHTENBERG

SINTAXE DA ENUNCIAÇÃO: NOÇÃO MEDIADORA PARA RECONHECIMENTO DE UMA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Porto Alegre

2006

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

SÔNIA LICHTENBERG

SINTAXE DA ENUNCIAÇÃO: NOÇÃO MEDIADORA PARA RECONHECIMENTO DE UMA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Porto Alegre
2006

RESUMO

Neste trabalho, estuda-se a *sintaxe da enunciação*, definida como atividade dos sujeitos com e na língua, exigência da promoção de sentido, com a finalidade de comprovar que a obra de Benveniste, constante em *Problemas de Lingüística Geral I* e em *Problemas de Lingüística Geral II*, constitui uma unidade. Considerando-se o conjunto de textos em que são apresentados aspectos teóricos e o conjunto de textos que trata de descrições de fatos de língua, verificam-se inter-relações entre teoria e prática, as quais se resumem em três princípios: a) língua é intersubjetiva; b) a língua tem como unidade a frase; c) a língua é um sistema de signos referenciais. A partir da verificação destes princípios, afirma-se que os estudos realizados por Benveniste constituem uma lingüística, a Lingüística da Enunciação.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, on étudie la *syntaxe de l'énonciation*, conçue comme activité des sujets avec et dans la langue, exigence de la promotion de sens, ayant pour but montrer que l'oeuvre de Benveniste, en ce qui concerne *Problèmes de Linguistique Générale I* et *Problèmes de Linguistique Générale II*, constitue une unité. En considérant l'ensemble de textes dans lesquels sont présentés des aspects théoriques ainsi que l'ensemble de textes qui traite de descriptions de faits de langue, on vérifie des rapports entre théorie et pratique que l'on résume en trois principes, à savoir: a) la langue est intersubjective; b) la langue a comme unité la phrase; c) la langue est un système de signes référentiels. À partir de la vérification de ces principes, on soutient que les études faites par Benveniste constituent une linguistique, la Linguistique de l'Énonciation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 6

1 O TRATAMENTO DA *SINTAXE DA ENUNCIAÇÃO*: UMA VIA PARA A ENUNCIAÇÃO COMO OBJETO 11

2 A SINTAXE DA ENUNCIAÇÃO 20
2.1 SOBRE COMO SE ESCREVE A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO 23
2.1.1 A Intersubjetividade como Noção Fundante 24
2.1.1.1 A *não-pessoa*: unicidade pela via intersubjetiva 28
2.1.1.2 Associações e conexões: concomitância relativa à enunciação 31
2.1.2 A palavra como mediadora: as noções de *forma* e *sentido* 32
2.1.3 Relações paradigmáticas e relações sintagmáticas: um impasse 36
2.2 BENVENISTE E SAUSSURE: QUAL É O CAMPO DA SINTAXE? 37
2.2.1 O Circuito da Fala 38
2.2.2 A Lingüística da Língua e a Lingüística da Fala 43
2.2.3 As Relações *na* e *da* Língua 45
2.2.4 A sintaxe da língua e a sintaxe da enunciação: o sentido de *ultrapassagem* 48

3 A INTERSUBJETIVIDADE NA LÍNGUA 59
3.1 A FRASE COMO ÚNICA UNIDADE 60
3.2 A INTERSUBJETIVIDADE *NO* E *DO* SISTEMA 63
3.3 SISTEMA SINTAGMÁTICO: INTERPRETANTE-INTERPRETADO 69

4 PARA UMA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO 73
4.1 PREMISSAS 74
4.2 *CORPUS* 76

5 DESCRIÇÕES DE FATOS DE LÍNGUA 80
5.1 EM ESTRUTURAS E ANÁLISES 80
5.1.1 A significação geral da preposição *prae*: um método de descrição que deriva de *empregos* 80
5.1.2 A semântica da preposição alemã *vor*: a frase como lugar de relações sintagmáticas 85
5.1.3 As Noções de Forma e Sentido nos Nomes de Agente em –*eur* 88
5.1.3.1 A Transposição entre Verbo e Nome 88

5.1.3.2 O Nome em –*eur* Acompanhado de Adjetivo 89
5.1.3.3 A Transposição de Advérbio em Adjetivo 90
5.2 EM *FUNÇÕES SINTÁTICAS* 94
5.2.1 O processo de auxiliação: inter-relações sistêmicas 94
5.2.1.1 A Auxiliação de Temporalidade e a Auxiliação de Diátese – *être* como Auxiliante e Relações de Sentido 96
5.2.1.1.1 Ativa, passiva, reflexiva – consideração à atribuição de referência 97
5.2.1.2 A auxiliação de modalidade – relevância à pessoa *eu* 99
5.2.1.2.1 Dissimetria no paradigma verbal: locutor/não-locutor 101
5.2.2 O termo *microbe*: um estudo de um composto erudito 104
5.2.3 As formas novas de composição nominal: *forma* e *sentido* na produção de novas denominações 109
5.2.4 A composição nominal: transformação de um enunciado livre em uma *micro-sintaxe* 113
5.2.5 A Frase Nominal ou a Frase-signo 119
5.3 EM *LÉXICO E CULTURA* 125
5.3.1 Em uma unidade lexical, o *trabalho* com a língua para que ela *funcione* 125
5.3.2 Dois processos de derivação: a língua como interpretante 128

CONSIDERAÇÕES FINAIS 132

REFERÊNCIAS 141

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre a *sintaxe da enunciação*. Embora saibamos que, a partir da leitura desta Introdução, sem que as demais páginas sejam viradas, o tema, que como sintaxe da enunciação apresentamos, possa ser questionado – não é *Lingüística da Enunciação*? –, reafirmamos que este estudo trata da sintaxe da enunciação.

Eis o motivo da insistência: a sintaxe da enunciação é a "sobra" de nossa dissertação de Mestrado[1].

Naquele trabalho, em que considerávamos o sentido das palavras ditas *indefinidos*, com base na Teoria da Enunciação, de Benveniste, portanto na perspectiva da *língua em uso*, ainda que não prevíssemos, nos deparamos com o princípio *o sentido requer uma sintaxe*.

Naquela ocasião, em que a leitura da Teoria da Enunciação se fazia "da língua para o discurso" – processo de apropriação e atualização de signos para a atribuição de referência à atitude do sujeito e à situação enunciativa –, o "arranjo" de que Benveniste nos fala, foi visto com naturalidade. Com o passar do tempo, entretanto, começamos a nos perguntar sobre a extensão deste princípio sob consideração da *língua toda*, sistema que não é só *língua* nem apenas *discurso*, é *língua-discurso*[2]. A esta questão queremos responder agora.

---

[1] Em 2001, sob orientação do Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, apresentamos a dissertação *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa*, com a qual obtivemos o título de Mestre, conferido pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

[2] *Língua-discurso* é termo empregado por Benveniste (*Problemas de Lingüística Geral II*, 1989, p. 233), que, sob a noção de *significação*, apresenta a noção de *semiótico* e a noção de *semântico* constituindo uma superposição, uma espécie de amálgama em que são consideradas, as noções de *significação na e da língua* e de *significação no e do discurso*: são opositivas e, também, constitutivas. Esta dialética apresentada por Benveniste será retomada ao longo deste trabalho.

Por *atribuição de referência*, entendemos uma certa relação com o "mundo", e esta relação, na teoria que estudamos, se dá sob determinadas condições. Veja-se que o termo é *atribuição de referência* e não qualquer outro, como *referência, referenciação*, etc.

Atribuição de referência, nesta visão, não se dá por uma relação biunívoca, afinal a língua, para Benveniste, assim como para Saussure, não é uma nomenclatura.

É relativa à existência, é por meio dela que o "mundo" passa a existir. E este mundo é o de quem usa a língua, é o *seu* mundo, que envolve não apenas quem diz, mas toda a cena enunciativa: a quem a palavra se dirige, o tempo e o espaço deste dizer.

Este mundo que se materializa pela tomada da palavra – um ato – denuncia aquele que usa a língua, bem como os demais componentes do quadro enunciativo: ele se impregna por todos os fatores que constituem a enunciação.

Como a atribuição de referência é perpassada por todo o processo de enunciação, ela não se restringe a marcas, identificáveis no enunciado, mas é extensiva a toda uma formulação, própria à utilização da língua: sintagmatização e semantização.

Nesta ótica, atribuição de referência confunde-se com *idéia*, materializada na frase, expressão de sentido.

Em conseqüência do que apenas parcialmente se resolvera – se em uma situação singular, a promoção de uma sintaxe é uma exigência, como isto se verifica quanto ao "coletivo"? –, fomos em busca de esclarecimentos nos "textos de análise", de Benveniste, especialmente os agrupados em *Funções sintáticas*, nos *Problemas de Lingüística Geral I* e nos *Problemas de Lingüística Geral II*[3]. Lá observamos que este lingüista tece, ao descrever fatos de língua, uma rede de relações: ora trata de associações, ora de conexões, ou ora de reconhecimento, ora de compreensão, mas sempre *sintaxe*, sempre *inter-relações.*

A leitura destes artigos, instigada pela curiosidade relativa à sintaxe, que não é aquela que determina sentidos, é a que a serviço do sentido se encontra, nos levou a formular a hipótese de que a obra de Benveniste, apesar de por ele ser dividida em partes e em parte ser estudada por nós – normalmente lemos o que "cabe" à Teoria da Enunciação, os textos de *O homem na língua* e os de *A comunicação*, estes nos *Problemas de Lingüística Geral II –*, forma uma *unidade.*

---

[3] A partir de agora, usamos *PLG I* e *PLG II* para remissão às obras de Benveniste que orientam nossas reflexões: respectivamente *Problemas de Lingüística Geral I* e *Problemas de Lingüística Geral II*.

Ora, se a obra de Benveniste assim se constitui, a *sintaxe da enunciação,* exigência da promoção de sentidos, identificada na perspectiva da língua em uso, perpassa todos os seus escritos.

Assim sendo, o estudo da *sintaxe da enunciação,* definida como atividade dos sujeitos com e na língua, exigência da promoção de sentidos, permite afirmar que os artigos publicados nos *Problemas de Lingüística Geral I* e nos *Problemas de Lingüística Geral II* constituem uma unidade; tomados o conjunto de textos em que são abordados aspectos teóricos e o conjunto de textos que trata de descrições de fenômenos lingüísticos, perceber-se-ão inter-relações entre teoria e prática, ambas concernentes a uma *Lingüística da Enunciação*.

Isto significa que o que é dado como teoria encontra consideração no que é dado como prática – as descrições de fatos de língua –, assim como as descrições de fatos de língua convergem para os princípios teoricamente explicitados.

Para que a obra de Benveniste se diga uma *Lingüística da Enunciação,* lemos inicialmente aspectos teóricos e inter-relacionamos a noção de *intersubjetividade* com as noções de *forma* e *sentido* – principalmente na perspectiva de *Os níveis de análise lingüística* – as quais nos proporcionam uma visão sistêmica da língua, anulando a dicotomia língua/língua em uso.

Estas leituras que são relevantes, mas que, por si sós, não são suficientes, daí um recurso a Saussure se faz necessário, nos possibilitam a formulação de três princípios os quais servem de norte para leituras subseqüentes, ou seja, as leituras de artigos nos quais Benveniste descreve a língua. Tais princípios são, resumidamente, os seguintes:

a) a língua é intersubjetiva;

b) a língua tem como unidade a frase;

c) a língua é um sistema de signos referenciais.

O *corpus* deste trabalho, como já foi percebido, se constitui de análises feitas por Benveniste. Aos textos lidos – *Funções sintáticas* – que também nos proporcionaram organizar este estudo tal como o apresentamos aqui, acrescentamos os que têm como títulos gerais, *Estruturas e análises* e *Léxico e cultura*, uma vez que a leitura teórica nos permitiu alargar a percepção de que o que Benveniste nos possibilita tomar como *sintaxe da enunciação* não se atém ao que Benveniste apresenta como *funções sintáticas*.

Apresentado este trabalho como proposta, necessário se faz mostrar como se organizam seus capítulos.

Como o termo *sintaxe da enunciação* é mais próximo daqueles que a estudos da *não-pessoa* se dedicam, apresentamos, no primeiro capítulo – *O tratamento da sintaxe da enunciação; uma via para a enunciação como objeto* –, alguns esclarecimentos sobre o que entendemos por esta sintaxe tão própria, que é *da enunciação.*

Neste capítulo, demonstramos que a definição de sintaxe da enunciação apresentada – trabalho exercido pelos sujeitos na e com a língua para atribuição de referência – possibilita que estudemos a sintaxe sob duas óticas: uma toma-a como mecanismo lingüístico relativo ao discurso, visto que a língua é intersubjetiva; outra, também pela consideração à noção de intersubjetividade, toma-a como extensiva à língua *toda*, permitindo que a enunciação se constitua como objeto da *Lingüística da Enunciação*, de Benveniste.

O segundo capítulo, intitulado *A sintaxe da enunciação*, trata especialmente da noção de *palavra*, inter-relacionando-a com as noções de *intersubjetividade* e de *forma e sentido.* Esta leitura nos remete a Saussure, devido ao fato de a palavra ser considerada por Benveniste como *forma* – valor distintivo – e *sentido* – valor referencial.

Por meio destas leituras, identificada a existência de uma sintaxe na língua entendida como âmbito do semiótico, e a exigência de uma sintaxe na língua como âmbito do semântico, esta relativa à atribuição de referência, verifica-se que a noção de sintaxe, possibilitada pelo estudo da palavra, promove inter-relações entre língua – o recorte saussuriano – e discurso, perpassando ambos os campos e constituindo-se em sintaxe relativa à significância, quer se trate de significância da forma, quer se trate de significância do emprego da forma.

Demonstrado que a sintaxe é apenas uma, não importando o âmbito, no terceiro capítulo – *A intersubjetividade na língua* –, propomos que a frase seja tomada como unidade da língua, sistema descrito por Benveniste como de *dupla significância.* Valendo-nos do estudo feito por Benveniste sobre as relações que se estabelecem entre sistemas – engendramento, homologia e interpretância –, tomamos exclusivamente o sistema língua e o consideramos sistema de signos referenciais, tendo-se em vista que a frase é atribuição de referência à atitude do sujeito e à situação enunciativa.

Esta noção que contempla tanto a noção de sistema como a de signo, nos permite atribuir à língua a condição de interpretante de si mesma, mobilizando a noção de signo como operador desta relação e considerando a frase como unidade deste sistema. Esta consideração de frase como unidade, guinda-a à condição de signo do sistema semiótico língua.

A língua, nesta visão, é sistema cuja função é atribuição de referência, referência única relativa a um dizer e dizer-se, expressão de intersubjetividade que se materializa na frase, cujos constituintes – *palavra* –, por meio de inter-relações que estabelecem entre si, expressam valores referencias.

A partir destas reflexões, em *Para uma Lingüística da Enunciação*, o quarto capítulo, apresentam-se os princípios que norteiam as descrições de fatos de língua, feitas por Benveniste, constantes nas *Partes* dos *Problemas de Lingüística Geral I* e dos *Problemas de Lingüística Geral II*, que têm como títulos *Funções sintáticas, Estruturas e análises, Léxico e cultura.*

Tais princípios, já nesta *Introdução* apresentados, são os seguintes:

a) a língua é intersubjetiva;

b) a língua tem como unidade a frase;

c) a língua é um sistema de signos referenciais.

Em *Descrições de fatos de língua*, que se constitui como quinto capítulo deste trabalho, lemos artigos selecionados das partes supracitadas, apresentando descrições de fenômenos de língua, feitas por Benveniste, objetivando estabelecimento de inter-relações entre teoria e prática.

Com base nestas leituras, no último capítulo, afirmamos a existência de uma *Lingüística da Enunciação*, de Benveniste, que apresenta a enunciação como objeto, e a frase como unidade de um sistema de signos referenciais. Esta *Lingüística* toma toda a língua como e para a atribuição de referência, considerando, pois, que a língua é intersubjetiva.

Neste trabalho, assim como uma sintaxe uma vez se mostrou a serviço da semântica, estudamos a *sintaxe da enunciação* para que ela se mostre a serviço de uma lingüística, que propomos como *Lingüística da Enunciação.*

1 O TRATAMENTO DA *SINTAXE DA ENUNCIAÇÃO*: UMA VIA PARA A ENUNCIAÇÃO COMO OBJETO

Este trabalho estuda a *sintaxe da enunciação*, termo inspirado por Benveniste que, nos *Problemas de Lingüística Geral I*, usa *sintaxe de enunciação* (1995, p. 27), ao tratar a função mediadora da língua na relação entre parceiros. Usamos o termo *sintaxe da enunciação*, que, por expressar relação de pertença, indica que a enunciação apresenta uma sintaxe que lhe é própria e que da enunciação emana, considerando a língua – tal como foi definida por Saussure – como sistema de formas. Esta consideração à língua, bem como a relativa à situação de discurso, possibilitam co-referência.

Antes de propriamente nos dedicarmos ao estudo da *sintaxe da enunciação*, cremos na necessidade de alguns esclarecimentos. Estas palavras iniciais, à guisa de prefácio, sem o caráter de brevidade que é peculiar a este tipo de texto e sem a apresentação dos tópicos gerais que no trabalho são abordados, visam justificar a escolha do tema e a relação deste com os objetivos pretendidos.

Porque estabelecemos relação entre tema e objetivos e porque esta relação, conforme será visto mais adiante, se expressa como conseqüência, falemos primeiramente da *sintaxe da enunciação* – sua inserção nos estudos que consideram Benveniste, a origem de nosso interesse e o entendimento que temos desta sintaxe –; desta explicitação, acreditamos, emergirá um *certo* vínculo entre o tema e os objetivos deste estudo.

Ao serem lidos trabalhos produzidos a partir dos estudos realizados por Benveniste, verificamos que muitos tratam de questões relativas à noção de *pessoa* e de conseqüências advindas da introdução desta noção no campo da Lingüística. A partir desta noção, amplia-se o campo de estudos, e a boa nova é que a língua, até então um “tesouro” de signos distintivos,

partilhado por uma comunidade lingüística, passa a ser dita. Vêm à luz, entre outras, as noções de *sujeito* e de *referência*, e, na opinião de muitos estudiosos, a apresentação da noção de *aparelho formal da enunciação* é síntese: formalização dos principais aspectos de uma teoria que passou a ser denominada *Teoria da Enunciação*[4], inscrita nos *Problemas de Lingüística Geral I* e nos *Problemas de Lingüística Geral II.*

É tão significativa a consideração à noção de *pessoa* e às que da sua apresentação decorrem que é cunhado o termo *sujeito da enunciação*, o qual jamais é utilizado por Benveniste. Claudine Normand é quem aponta este fato[5], atribuindo este uso a filósofos e psicanalistas que, bem antes dos lingüistas, se dedicaram ao estudo dos artigos de Benveniste[6].

O tratamento de temas relacionados ao *quadro da enunciação*, enfocando *pessoa, tempo, espaço, dêixis, diálogo, intersubjetividade*, etc. – embora o número destas produções, no Brasil, ainda seja muito reduzido – propicia que o pensamento de Benveniste se amplie[7], pois cada trabalho realizado colabora para que sejam percebidas leituras ainda não feitas. Também possibilita que estas noções sejam compatibilizadas e relacionadas com outras visões, oriundas de estudos de outros lingüistas[8] ou, ainda, sob consideração de um objeto, a

---

[4] Selecionam-se artigos dos *Problemas de Lingüística Geral I* e dos *Problemas de Lingüística Geral II* para o estudo da Teoria da Enunciação. Outros permanecem intocados, sem que se avente a possibilidade de a ela se relacionarem, ou são lidos sob outra ótica que não a da enunciação.
Sobre este assunto, é interessante a classificação feita por Claudine Normand em *Os termos da enunciação em Benveniste* (1996).

[5] Ver *Os termos da enunciação em Benveniste* (1996).

[6] Em *Lectures de Benveniste: quelques variantes sur um itinéraire balisé* (1997), Normand afirma que a obra de Benveniste despertou, tardiamente, o interesse dos lingüistas franceses, o qual se manifesta nos anos 70. Afirma, também, que estes lingüistas, atualmente, não ignoram Benveniste, porém o mesmo não acontece no estrangeiro. Esta é nossa impressão. Salientamos a necessidade de que os quadros acadêmicos, no Brasil, percebam a importância da obra de Benveniste, se não por si mesma, pela contribuição que pode dar a outras visões de língua.

[7] Eleni J. Martins, por exemplo, em *Enunciação e diálogo*, competentemente e de forma original, constrói um quadro do diálogo e, por meio de análise de cartas, demonstra que as relações dialógicas contemplam desequilíbrio entre seus participantes, promovido pelo uso da palavra.
Michel Lahud, realizando Mestrado na França, elabora dissertação tratando da noção de *dêixis*. Este estudo, publicado no Brasil, sob o título *A propósito da noção de dêixis*, é leitura obrigatória para os que estudam a obra de Benveniste, pois apresenta, em um de seus capítulos, a peculiaridade desta noção em consideração à teoria deste lingüista.
José Luiz Fiorin, em *Astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*, apresenta uma descrição exaustiva das categorias de pessoa, tempo e espaço, relativa ao português. Nesta obra, nos é muito cara a abordagem da temporalidade sob dois eixos, o *enunciativo* e o *enuncivo*, por meio dos quais se explicam os usos de formas temporais e as relações que, entre si, estabelecem.

[8] No *Colóquio Leituras de Benveniste*, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 2004, organizado por Valdir do Nascimento Flores, Leci Borges Barbisan e Marlene Teixeira, apresentaram-se vários trabalhos em que são cotejadas Teorias da Enunciação. Estes estudos, publicados nas *Letras de Hoje* (dez. 2004), atestam que, em nosso meio, Benveniste é motivo de leituras, buscando-se inter-relações com outros lingüistas.

partir destas noções, são realizados estudos transdisciplinares, nos quais a matéria da Lingüística é chamada a dialogar com outros saberes[9].

O estudo destas noções é fundamental, tanto para aqueles que se iniciam no conhecimento desta Teoria da Enunciação, quanto para os que visam aprofundar estudos, tomando Benveniste como base teórica. Aliás, é importante dizer que, ao se estudar o pensamento de Benveniste, independentemente do enfoque escolhido, as noções apresentadas por este autor estão de tal modo imbricadas que a abordagem de uma corresponde consideração a todas as outras.

Paralelamente a esta tendência que toma o que advém ou ainda o que possa advir da instauração da noção de *pessoa*, apresentada por Benveniste, uma outra se instala: realizam-se estudos sobre a *não-pessoa*, numa perspectiva enunciativa, e neste grupo nos inserimos[10].

O presente estudo, que fazemos da *sintaxe da enunciação*, é relativo à noção de *não-pessoa*. Este estudo, conforme poderá ser verificado neste trabalho, também se insere no conjunto de enunciados que configuram a Teoria da Enunciação, de Benveniste, e por isto considera os demais estudos realizados. Não se trata de algo à parte, não se promove um recorte, simplesmente a *sintaxe da enunciação*, que suporá a *não-pessoa*, é ponto de partida para uma visão teórica.

---

[9] A título de ilustração, se faz necessário dizer que, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, estão sendo realizados projetos, dissertações e teses, em uma abordagem transdisciplinar, por graduados em Psicologia e Fonoaudiologia, sendo uma das bases destes estudos a Teoria da Enunciação, de Benveniste.

[10] Neste grupo também se inclui Nilvia Thaís Weigert Bressan, com *A tríade enunciativa: um estudo sobre a não-pessoa na teoria de Émile Benveniste.*

Bressan estuda a Teoria da Enunciação, de Benveniste, focalizando o estatuto da *não-pessoa*. Acompanhando o tratamento dado a esta noção, desde a sua apresentação, quando é considerada "exterior" à situação enunciativa, até sua inserção no "quadro" da enunciação, em 1970, atribui às noções de *referência* e de *sentido*, pertinentes à *frase*, o fato de a *não- pessoa* integrar-se à enunciação.

Alia ao estudo teórico a leitura do artigo *A frase nominal* (BENVENISTE, *Problemas de Lingüística Geral I*, 1995), no qual Benveniste apresenta este tipo de frase como relativo à *não-pessoa*, e conclui que a *não-pessoa*, *na* e *pela* enunciação, da enunciação faz parte.

Em 2002 e em 2004, são apresentados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dois trabalhos cujos títulos indicam abordagem da sintaxe na ótica enunciativa: *Sintaxe e significação: um estudo enunciativo das orações relativas do português* e *Enunciação e sintaxe: uma abordagem das preposições do português.*

No primeiro, realizado por Elisângela Rosa dos Santos, a descrição de enunciados aponta que as orações relativas não só desempenham funções de adjetivo, mas também indicam circunstância; no segundo, de autoria da Silvana Silva, as descrições, que focalizam preposições, demonstram que, em cada situação de uso, as preposições, tomadas classicamente como indicação de *tempo* e de *espaço*, expressam sentidos múltiplos, relativos a *eu-tu-aqui-agora*, tornando impossível a classificação destas palavras, sob pena de reducionismo.

Também nesta linha que mobiliza *a palavra no enunciado*, tal como Benveniste a propõe, são importantes os estudos de Maria José Bocorny Finatto (2004) que, tomando como *corpus* textos técnico-científicos, especialmente os produzidos em Química, anunciam que a Teoria de Benveniste tem contribuição a dar em uma inter-relação com Terminologia e Lingüística de Corpus.

Esta sintaxe se interpôs em nossa trajetória teórica, quando nos dispúnhamos a tratar das questões de *sentido*, relativas ao âmbito da *não-pessoa*, em dissertação de Mestrado – *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa* –, apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2001. Neste trabalho por nós realizado sobre palavras classicamente consideradas como *indefinidos*, o qual se centra no *sentido* e toma a Teoria da Enunciação, de Benveniste, como apoio, dentre as conclusões que se apresentam, destacamos uma: a atribuição de referência exige uma sintaxe.

Neste estudo, que considera a noção de intersubjetividade – o sentido promovido pelos locutores – e a de atribuição de referência a uma determinada situação – *pessoa, tempo, espaço* – pois, nesta teoria, sentido implica referência, os *indefinidos* são vistos como *palavras no enunciado* já que, tendo-se como objetivo o estudo da enunciação, é o enunciado o seu produto, a materialidade que permite a observação da língua em funcionamento.

Palavra no enunciado, na teoria escolhida, pressupõe o estabelecimento de inter-relações; o *apropriar-se da língua toda* para expressar uma idéia que *refere*, prevê agenciamento de signos na língua e sua atualização no discurso. E atualização implica estar no enunciado, criando referência única, relativa a *eu-tu-aqui-agora*, em convivência e em conivência com outras palavras. Pela oposição, mas também pela solidariedade que se estabelece entre as palavras que compõem o enunciado, a idéia é expressa; são relações sintático-semânticas que configuram o enunciado como expressão desta idéia, imprimindo-lhe, assim, caráter de singularidade; a situação é única, o enunciado também o é; a idéia é única, e as palavras que compõem o enunciado devem apresentar uma certa organização para que esta idéia assim se expresse.

Assim, pela maneira como esta teoria se apresenta, ou seja, pelas relações que prevê, a sintaxe se interpõe, ainda que não seja fim. Aliás, mesmo que seja estabelecido o seu estudo como meta, jamais será fim, sempre será meio: é a expressão da idéia que exige uma certa configuração das palavras no enunciado.

Tendo-se a enunciação como pressuposto, considerando-se *sujeito* e *contexto*, as palavras cujo sentido a tradição impõe como o de *indefinição*, tendo por base a significação que têm na *língua*, podem, no *uso da língua*, transpor este limite e apresentar-se com sentidos outros.

Submetidos à enunciação, os *indefinidos* podem expressar *indefinição*, assim como *definição*, *definição parcial* ou, até mesmo, *definição* e *indefinição*, dependendo das palavras

com as quais se inter-relacionam no enunciado, ou, ainda, nenhum destes sentidos, ao indicarem referência ausente. Assim sendo, verifica-se que não se sustenta a idéia de que, tomado um enunciado, cada palavra fique adstrita a um *grupo*, no caso destas, a um *grupo nominal*. É o caso, por exemplo, das palavras estudadas que indicam noção *de definição e de indefinição*. Certas palavras podem *circular* pelo enunciado, inter-relacionando-se com qualquer palavra ou expressão.

Além desta constatação – a inobservância de limite imposto pelo *sintagma*, palavra que aqui deve ser tomada, levando-se em conta a teoria gramatical – outras se fazem presentes. Uma diz respeito à hierarquia que se afirma existir entre as palavras que compõem o sintagma; outra, em que a noção de sintagma também importa, é relativa ao papel normalmente atribuído aos *restritivos*.

Ao se examinarem as ocorrências de *indefinidos*, identificado o sintagma no qual constam, observa-se que desempenham o papel de *nuclear* ou de *periférico*, critério a partir do qual Moura Neves, em sua *Gramática de Usos do Português* (2000, p. 535-6), os classifica. A inserção deste critério de classificação permite perceber que o sentido expresso pelas ocorrências destas palavras não se mantém estável pelo fato de serem *nuclear* ou *periférico* (2001, p. 232). Deste modo, a posição ocupada no sintagma, considerando-se o grau de importância atribuído por algumas teorias – ser o núcleo/não ser o núcleo – não é fator determinante para a expressão de indefinição, de definição, de definição parcial ou de definição e indefinição.

A restrição também não pode ser vista como determinação de sentido. Apresentam-se como *restritivas* não apenas expressões às quais é geralmente atribuída esta função, outras também a exercem, apesar de não se enquadrarem como tal. Além disto, os sentidos apresentados pelas palavras em estudo não se submetem à existência de um restritivo, pois tanto *indefinidos* como *definidos* apresentam *restritivos* e, em algumas situações, estes desempenham outras funções, diferentes daquelas que lhes são classicamente designadas (2001, p. 232).

As revelações relativas às combinações de palavras, propiciadas por análises, não se restringem a estes casos que, no âmbito dos estudos sobre a sintaxe, podem ser considerados os mais conhecidos. As inter-relações promovidas pelo sujeito com a finalidade de referir uma situação que considera *eu-tu-aqui-agora*, apresentam os até então *indefinidos* exercendo a função de *substitutos abreviativos*, ou seja, retomando palavra ou expressão já presente no enunciado, atribuindo referência ao já referido. Nesta substituição, o que se verifica é que,

além de ela não ficar restrita a signos lexicais, o *indefinido* exerce funções várias, sendo possível observá-lo desempenhando papel duplo, a de *substituto abreviativo*, apresentado sentido de definição, e outro, ao inter-relacionar-se com outras palavras presentes no enunciado, neste caso com noção de indefinição (2001, p. 233).

Ainda se podem citar certas combinações de palavras nas quais as em estudo exprimem idéia de *aspecto* (2001, p. 234). São outras as classes de palavras em que se costuma observar esta noção; também são outras as classes de palavras que os estudos clássicos costumam apontar como passíveis de se combinarem com palavras que indicam *aspecto*. As palavras em questão, combinadas com outras palavras porque a idéia quer-se expressa, rompem com o que se lhes atribui como sentido e, assim, desconhecem a rigidez das classificações.

Com este estudo, pode-se concluir que, sob a ótica da enunciação, palavras que são tidas, sempre e exclusivamente, como indicação de indefinição e, por isto, obedecendo a certos padrões, assim não se apresentam. Estas palavras têm, na língua, esta significação, porém, no uso da língua, em conformidade com outras palavras, influenciam e são influenciadas: a *idéia* refere uma situação única, que pressupõe *sujeito* e *contexto*, e, para tal, as palavras que compõem o enunciado, conservando, pelo menos em parte, a noção que têm na língua, formatam-se à idéia, atualizam-se, e esta atualização é decorrência de uma reciprocidade e solidariedade que mantêm entre si. O uso da língua implica *referência* e nada mais. Entretanto, se para a atribuição de referência, o sujeito *molda* o enunciado, importa saber quais são os mecanismos lingüísticos implicados em tal organização que está a serviço de um dizer, já que os que são apontados pelos estudos da gramática e de outras teorias lingüísticas, por estes não a considerarem, não dão conta da língua submetida à enunciação.

Com este estudo, também, apesar das conclusões que ele propiciou, tem-se a sensação de esgotamento do tema *sintaxe* nos textos ordinariamente apontados como os portadores dos fundamentos da Teoria da Enunciação. Neles, por mais que se esquadrinhem os meandros do que representa a língua em funcionamento, o percurso apontado é sempre o mesmo: da língua – *a possibilidade de, as virtualidades* – para o discurso – *a materialização, a "idéia"* –, no qual a palavra é *parte* – parte da língua porque é conceito, mas não todo o conceito, pois somente aquilo que à referência convém; parte do discurso porque conceito da língua, que já não é mais apenas língua, mas *emprego* resultante de *conexão*.

Este princípio, que toma a sintaxe como subserviente ao sentido, a partir de sua constatação, passou a ser motivo de algumas reflexões que nos motivaram a estudá-lo. Outros

trabalhos, posteriores a este, corroboram o princípio constatado: considerada a enunciação, o sentido requer uma sintaxe[11]. Pensamos que a atribuição de referência, tal como Benveniste a concebe – um dizer relativo à atitude do sujeito e à situação enunciativa; expressão do "mundo" sob um ponto de vista que é do locutor, que considera o contexto discursivo em que se inclui – ao contemplar a *não-pessoa* – o que não é próprio à situação enunciativa, mas a ela é trazido na e pela enunciação, que lhe dá existência – exigirá que o sujeito *exercite* a língua, ou seja, coloque a *língua* em funcionamento.

Obviamente, tudo o que é dito pelo locutor é *língua* – as palavras que na e pela enunciação emergem, os "signos 'vazios' não referenciais com relação à 'realidade', sempre disponíveis, e que se tornam 'plenos' assim que um locutor os assume em cada instância de discurso" (*PLG I*, 1995, p. 280) são língua –; estamos aqui usando *língua* num sentido estrito, relativo ao "objetivo" da língua[12].

Este "objetivo", no estudo da estrutura dos verbos, realizado por Benveniste, corresponde ao "ausente", maneira como a gramática árabe, segundo este lingüista, descreve a "terceira pessoa", e esta noção de "ausente" é extensiva ao pronome "ele". Ampliando-se esta noção relativa ao que é "exterior" à instância de discurso, toma-se como "ausente" toda e qualquer palavra – no caso do estudo por nós realizado, as palavras ditas *indefinidos* –, ou seja, todos os signos que constituem a *língua*, definida como sistema de signos diferenciais.

Este "ausente", que corresponde à *não-pessoa*, em *A forma e o sentido na linguagem* (BENVENISTE, *Problemas de Lingüística Geral II*, 1989), é apresentado como o *sistema semiótico*, em oposição ao *semântico*. Este último, pelo modo como é explicitado, aparentemente é distinto do primeiro, porque construído sob outros parâmetros, porém exatamente pela natureza do que o constitui, integra o primeiro.

Assim, consideramos que estudar a *não-pessoa*, na perspectiva enunciativa, é tomar *toda a língua* submetida à enunciação.

Língua submetida à enunciação é língua em ação: sujeito inserindo-se na língua, dela se apropriando e atualizando-a: processo de sintagmatização e semantização ou, se assim o

---

[11] Ver trabalhos citados na nota 7.

[12] Benveniste, ao tratar a *não-pessoa*, opõe "objetivo" a "subjetivo" (*Problemas de Lingüística Geral I*, 1995, p. 280-3). Certamente esta distinção é apenas um recurso para a apresentação das noções que instauram a enunciação como um campo de estudos. Nesta abordagem, a língua é sempre intersubjetiva, independentemente do olhar que se lance sobre ela.
Esta distinção e a compreensão que dela temos é apresentada por nós em *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa* (2001). Também é tratada por Nilvia Thaís Weigert Bressan, em *A tríade enunciativa: um estudo da não-pessoa na teoria de Émile Benveniste.*

quisermos, *sintagmatização-semantização*, deste modo grafado, porque processo indissociável. Não há como atribuir referência – língua *para viver* (*PLG II*, 1989, p. 222) – sem que se "trabalhe" com e sobre a língua, de maneira que, com um número finito de signos, se constitua o discurso, sempre novo, singular, particular e irrepetível.

Ora, se a atribuição de um sentido condiciona o sujeito à promoção de uma sintaxe, também sempre nova e própria ao que se quer referir – coaptação de palavras –, estudar a *sintaxe da enunciação* implica tomá-la como um operador teórico para o estabelecimento de inter-relações entre *língua* (ou sistema semiótico) e *discurso* (ou sistema semântico)

Sendo assim, estudar esta sintaxe própria à enunciação é verificar, considerando *sistema*, como se articulam os signos da língua e o discurso, ignorando que "do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo", desconhecendo que "um hiato os separa" (BENVENISTE, *Problemas de Lingüística Geral II*, 1989, p. 66).

Isto implica desconsiderar a existência de dois "aparelhos conceituais" e propor apenas um – o da enunciação –, desconhecendo o limite expresso em *eu-tu-aqui-agora* e estabelecendo *eu-tu-aqui-agora-ele*, ou seja, trazendo a língua enquanto sistema de signos distintivos, representada nesta formulação por *ele*, para o âmbito da língua, entendida como sistema de signos referenciais, sistema intersubjetivo através do qual a língua exerce sua função primordial, que é comunicar.

Deste modo, o estudo da *sintaxe da enunciação* não representa um fim em si mesmo, é um meio que possibilita tomar a enunciação como objeto, guindando os estudos de Benveniste à condição de Lingüística da Enunciação.

Este estudo, que se denomina *Sintaxe da Enunciação*, apesar de ser assim apresentado, se inscreve na esfera da semântica. Por *sintaxe da enunciação* entendemos o trabalho exercido pelo locutor *na* e *com* a língua, para atribuição de referência.

A *sintaxe da enunciação* assim definida, tema deste trabalho, é estudada por nós sob duas perspectivas. Na primeira, que é intrínseca à teoria estudada, a língua é tomada como intersubjetiva, já que a inserção do sujeito na língua – apropriação e atualização – tem como finalidade atribuir referência para co-referência, condição para que o diálogo se faça. Nesta visão, a *sintaxe da enunciação* é tarefa do locutor, mecanismo lingüístico exigido pelo sentido expresso.

A outra perspectiva, conseqüência da primeira, também toma a língua como intersubjetiva, reduzindo a língua à enunciação, pois todas as palavras, sejam elas "subjetivas"

ou “objetivas”, têm a atribuição de referência como centro. Nesta consideração, a *sintaxe da enunciação* é meio para que o que é “externo” à instância de discurso passe a ser visto como constituído *na* e *pela* enunciação.

Este segundo ponto de vista permite tomar a enunciação como objeto de uma Lingüística que não é a *da Língua*, nem a *do Discurso*, nem a destas Lingüísticas em justaposição, mas a *Língua-Discurso* ou *Lingüística da Enunciação*, de Benveniste, exposta em os *Problemas de Lingüística Geral I* e em os *Problemas de Lingüística Geral II.*

2 A SINTAXE DA ENUNCIAÇÃO

Embora o título aqui seja *Sintaxe da Enunciação*, grafado certamente em conformidade com o que estudamos, tratamos de *semântica*. É na e pela semântica que se justifica, em Benveniste, um estudo sobre a sintaxe; é na e pela semântica que este estudo sobre a sintaxe toma o nome de *sintaxe da enunciação*, definida como *trabalho exercido pelo locutor na e com a língua, para a atribuição de referência.*

Sintaxe assim apresentada é *meio*; atribuição de referência é *fim.* A *sintaxe da enunciação* é mecanismo lingüístico utilizado pelo locutor para que *toda a língua*, independentemente da instância que se considere – a *instância da língua* ou *a instância do discurso* – passe a ser vista como discurso, atribuição de referência a *eu-tu-aqui-agora.*

A *sintaxe da enunciação* diz a *necessária ultrapassagem* da noção saussuriana do signo como princípio único, apresentada por Benveniste (*PLG II*, 1989, p. 67)[13], e se inscreve em apenas uma das vias por ele apontadas, mediante as quais esta ultrapassagem pode se dar. Propomo-nos à:

> [...] análise intralingüística, pela abertura de uma nova dimensão da significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica (*PLG II*, 1989, p. 67).

Escolhida esta "via", que toma a semântica como princípio relativo ao discurso, uma semiologia de "primeira geração", não descartamos a possibilidade de uma metassemântica, a

---

[13] Benveniste, em *A forma e o sentido na linguagem*, trata de proposta semelhante a esta, ao afirmar que:

> Quando Saussure introduziu a idéia do signo lingüístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ele podia ser outra coisa ao mesmo tempo, exceto no quadro da oposição bem conhecida que ele estabelece entre língua e fala. Compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante (*PLG II*, 1989, p. 224) (Grifos nossos).

partir da qual possam se estabelecer bases para uma semiologia geral, mas dela não nos ocupamos, exatamente porque objetivamos fundamentos lingüísticos para que, posteriormente, a partir deles, outros construam esta metassemântica, ou melhor, continuem a dar andamento a esta construção, pois já existem diversos trabalhos desta natureza.

Dir-se-á que, como nos ocupamos do estudo da sintaxe, nos inserimos exclusivamente nos estudos da linguagem e que o descarte que ora realizamos é certamente desnecessário, porque se trata de uma obviedade. Responderemos que, na teoria escolhida, a significância exige a promoção de uma sintaxe; esta relação sempre se fará presente, quer nos situemos no que é próprio à lingüística, quer ultrapassemos seu âmbito, em uma tarefa transdisciplinar.

A determinação deste limite – o que é *lingüístico* – para este estudo não nos coloca, como pode parecer, numa situação tranqüila e confortável, pela ausência de tensão. Esta se marca na "ultrapassagem" a que Benveniste se refere porque:

> Não se poderia descartar a idéia do signo lingüístico sem suprimir o caráter mais importante da língua; não se poderia estendê-lo ao discurso inteiro sem contradizer sua definição como unidade mínima (*PLG II*, 1989, p. 67).

A proposta assim esboçada nos impõe o entendimento de pressupostos teóricos que se caracterizam como "servos de dois senhores": de um lado, a consideração à Lingüística do Signo, a semiótica; de outro, uma lingüística que se quer diferente daquela, pois é semântica, e que contradiz, por isto, a definição de signo como unidade mínima.

Ora, já que o signo não pode ser tomado como unidade mínima do discurso, importa saber qual é a unidade mínima deste campo do conhecimento que trata do que à Lingüística não cabia, mesmo assim, sem negar o signo saussuriano, considerando-o na abordagem semântica, dada a sua importância para a língua.

Como o signo permanece como unidade da língua, mas se questiona o fato de ser a unidade quando se visa ao discurso, esta "ultrapassagem" atinge também o princípio que é constituído a partir da consideração do signo enquanto unidade, a saber, *a língua é um sistema de signos*.

Parece-nos que este paradoxo que Benveniste nos apresenta, pode ser lido como:

a) o signo é a unidade mínima da semiótica, mas a semântica comporta outra unidade mínima que não é o signo, embora o considere;

b) a língua é um sistema, mas o discurso comporta outro sistema que não é o sistema da língua, embora o inclua;[14]

c) a língua é um sistema de signos, mas a língua não é tudo, pois o discurso não é somente signos e, assim, não é somente sistema de signos.

O que, de agora em diante, será denominado *semântica*, diferente do que se chama *semiótica*, é uma lingüística diversa da Lingüística Saussuriana[15]. A esta "nova" lingüística que à Lingüística do Signo se opõe e, ao mesmo tempo, a inclui, chamaremos *Lingüística da Enunciação*. Para que tal lingüística tenha estatuto no campo da ciência, não basta anunciá-la; é preciso reconhecer sua unidade mínima, seus princípios e o modo como se articulam, constituindo-se, desta maneira, um discurso sobre determinado objeto.

O traçado do que se impõe como Lingüística da Enunciação exige o cumprimento de duas tarefas. A primeira delas requer a identificação de enunciados que embasem a dimensão semântica e um pensar sobre como tais enunciados se inter-relacionam, de modo que se estabeleça o fio condutor desta lingüística. Desta leitura e reflexão, espera-se, emergirão o objeto e a unidade mínima deste novo campo do conhecimento que visa "ultrapassar" a Lingüística da Língua, bem como obter-se-ão indicações sobre o tratamento da sintaxe nesta teoria, além daquela já anunciada em estudos anteriormente realizados por nós, sobre o atrelamento da sintaxe à semântica, aquela subsidiária a esta (LICHTENBERG, 2001).

A segunda, decorrente do sentido atribuído por Benveniste à palavra *ultrapassagem*, que não é o do acréscimo, nem o da negação, mas o da inclusão, demanda que se reflita sobre

---

[14] Saussure define língua como sistema, restringindo o sentido de *sistema*: a língua é um sistema de valores puros (CLG, 1969, p. 130). A noção de valor lingüístico é extraída da articulação de duas ordens, uma horizontal, outra vertical, dois eixos de relações que se entrecruzam, as relações associativas e as relações coordenativas, ambas baseadas em diferenças. Tais relações se dão exclusivamente entre elementos do sistema, armazenados no cérebro dos usuários da língua, daí os valores serem caracterizados como "puros".
Assim definida, a língua se configura como sistema de relações em que não há interferência de nada que não seja a própria língua, produzindo formas, jamais substância.
Benveniste considera esta definição de sistema e introduz a noção de *língua em funcionamento*. A língua passa a funcionar tal como foi previsto por Saussure, porém as formas produzem substância, uma relação com o mundo, sob a perspectiva do sujeito, que a coloca em exercício, e da situação enunciativa.
Nesta visão, à noção de valor, que, em Saussure, é relativa à distinção, se agrega a noção de *referência*.
Sem negar as relações associativas e coordenativas que se dão no campo da língua, Benveniste caracteriza a língua concebida por Saussure como o âmbito do paradigma, e apresenta a língua em ação como o lugar das conexões.
A partir destas considerações, que serão discutidas e aprofundadas ao longo deste trabalho, definiremos a língua como *sistema de valores referenciais.*

[15] Neste trabalho, a compilação feita por Bally e Sechehaye, editada sob o título de *Curso de Lingüística Geral*, norteia nossas reflexões referentes ao que Benveniste denomina *semiótica*. Ainda que leiamos estudos realizados a partir desta obra, a ela imputamos muita importância, pois resulta de um esforço que permitiu que gerações de estudiosos da língua conhecessem uma teoria que elevou a Lingüística à condição de ciência.

a integração da *semiótica* e da *semântica*, ou, melhor ainda, sobre o acolhimento de parte da Lingüística da Enunciação relativo à Lingüística da Língua.

Para que isto se faça, tomaremos como recurso os *Problemas de Lingüística Geral I* e os *Problemas de Lingüística Geral II.*

2.1 SOBRE COMO SE ESCREVE A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Para que se estude a teoria lingüística proposta por Benveniste, qualquer percurso é possível. Os dois tomos dos *Problemas de Lingüística Geral* não se caracterizam como uma sucessão de princípios que paulatinamente se apresentam e se aprofundam mediante acréscimos que permitam mergulhar no âmago de um intrincado de inter-relações, mas como uma compilação de artigos, que nem mesmo se dispõem cronologicamente, possibilitando a percepção de como se desenvolveram idéias que dão corpo a um construto. Tais artigos se organizam como agrupamentos denominados *Partes*, os primeiros feitos pelo autor, os segundos por seus editores, cada um deles encabeçado por um título.

Também afirmamos que qualquer percurso é possível porque a noção de intersubjetividade está presente em qualquer um destes textos, e, com base nesta certeza, justificaremos, posteriormente, a eleição do *corpus* para a realização de análises. Além disto, acreditamos que qualquer tentativa de classificação destes escritos sempre resultará em um trabalho vão, porque desmentida pelo excesso[16].

Embora esta posição de que cada um possa determinar o seu itinerário de leitura, na busca de compreender como se faz esta (ultra)passagem do mundo dos signos e de estabelecer os fundamentos desta "nova" lingüística, que é a da Enunciação, voltamos nossa atenção para as palavras de Benveniste, que se dirige aos seus leitores no *Prefácio* dos *Problemas de Lingüística Geral I*. Explicitando os diversos temas abordados nas *Partes*, que constituem sua obra, Benveniste nos incita a iniciar nossa leitura pela *Quinta parte*, pois a apresenta como:

---

[16] Normand aponta para esta dificuldade de classificar os textos que constituem os *Problemas de Lingüística Geral*: textos relativos à enunciação/textos de lingüística geral e textos que apresentam descrições; textos de parada/textos de abertura; textos destinados a lingüistas/textos destinados a psicólogos e filósofos (1996, p. 131-7). Perguntamos, por exemplo, em que classe incluir *Os níveis da análise lingüística:* não diz respeito à lingüística geral e, também, à enunciação? E *Da subjetividade na linguagem* não trata de uma noção relativa à teoria enunciativa e, por isto, passível de ser observada em qualquer língua, apresentando, para isto, uma descrição de certos fatos do francês moderno?

> "O homem na linguagem" é o título da parte seguinte: é a marca do homem na linguagem, definida pelas formas lingüísticas da "subjetividade" e as categorias da pessoa, dos pronomes e do tempo (1995, p.VI).

Os *Problemas de Lingüística Geral II* carecem de instruções em seu *Prefácio*. Embora as seis divisões e seus respectivos títulos constantes no volume anterior tenham sido mantidos, e a inclusão de artigos tenha sido supervisionada por Benveniste, já não é o autor quem assina esta seção, que se caracteriza por uma breve apresentação da obra, sem indicação sobre os critérios utilizados para a reunião dos artigos. À mercê deste silêncio, nos valemos da experiência de leitores de Benveniste, os quais, consensualmente, nos sugerem a leitura do texto *A forma e o sentido na linguagem*, contido na *Quinta parte – O homem na língua*[17], bem como dos textos da *Segunda parte – A comunicação*[18]. Além destes, estudamos *Os níveis da análise lingüística*, por sugestão de Normand (1996).

Com estes esclarecimentos, damos início ao estudo da *palavra*, em especial aquela que, *na* e *pela* enunciação, cria um centro de referência, o foco do qual refratam todas as demais palavras: *eu.*

2.1.1 A Intersubjetividade como Noção Fundante

A língua prevê a noção de *pessoa.* Todas as línguas, ainda que não sob as formas de pronomes e de categorias verbais, tais como as conhecemos, possibilitam que as "figuras" do discurso sejam apresentadas como noção de *pessoa*. É o que nos garante Benveniste que, antes de afirmar que, na e pela enunciação, estas formas assumem seu estatuto, investigou cuidadosamente como diferentes línguas expressam esta noção.

Independentemente do modo como cada uma a expressa, em todas as línguas *eu diz eu*. Esta é a proposição que Benveniste utiliza para demonstrar a inserção do homem na língua, propondo-se como *sujeito.*

---

[17] É oportuno observar que, em Benveniste, o termo *língua* ora remete ao recorte saussuriano – o campo semiótico –, ora empregado na acepção de *linguagem* ou o campo semântico. Isto se comprova pelo dizer de Benveniste em "'O homem na linguagem' é o título da parte seguinte [...]" (*PLG I*, 1995, p. VI) e pelo título dado por ele à *Quinta parte*, o qual é *O homem na língua*.

[18] Estes são os textos apontados por Normand como "canônicos". Além destes, ela inclui outros textos, dos quais não nos ocuparemos agora. Quanto a estes acréscimos feitos por Normand, esclarecemos que os julgamos pertinentes, e serão de grande valia em discussões posteriores (1996, p. 133).
Também foi esta a seleção feita pelo Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores, que nos apresentou, na disciplina LD – Fundamentos em Teorias da Enunciação, no Curso de Mestrado da UFRGS, em 1999, esta teoria. Assim, foram estes artigos que orientaram a elaboração de nossa dissertação.

Eu diz eu parece ser, à primeira vista, uma proposição muito simplista porque, afinal, estamos sempre assim nos dizendo. A constatação do fato que se apresenta nesta proposição, é banal, porém o que nela está implicado, sob um ponto de vista teórico, é bastante complexo, capaz de fundamentar uma teoria da enunciação.

> *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre "eu": dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim (*PLG I*, 1995, p**.** 250).

Em *eu diz eu*, o verbo é *dizer*. A inclusão deste verbo em um enunciado relativo à lingüística anuncia uma boa nova, inaugura uma outra possibilidade de estudos porque, finalmente, a lingüística deixa a clausura do sistema das *formas puras* ou a *"pura forma"*, e admite-se que alguém diga qualquer coisa.

Dizer é um avanço, e para Benveniste *dizer* implica *eu*, que não é uma coisa qualquer, mas é qualquer coisa na *perspectiva de eu.*

Bem antes de ser "na perspectiva de eu", *dizer eu* é apropriação de uma forma porque *eu* é um signo da língua. A língua, então, prevê e provê a noção de *pessoa, eu* é um signo apto a se materializar mediante um ato que instaura a noção de *subjetividade.*

Se assim é, tem-se, em *eu diz eu*, forma "vazia" porque não há como expressar noção ampla, genérica, se o sujeito é sempre *um*. A unicidade do sujeito, portanto, é prevista pela língua.

Assim como é *forma*, *eu*, em *eu diz eu*, é *palavra*, signo substancializado pela atribuição de referência: "*eu* designa aquele que fala", *eu se diz*.

Vejam-se quantas noções são trazidas para os estudos lingüísticos por meio deste enunciado. Em primeiro lugar, Benveniste buscou na língua uma *forma* – um pronome, uma categoria verbal – para expressar o que é enunciado; não introduziu, portanto, nada que não fosse exclusivamente lingüístico, o que, epistemologicamente, garante à sua teoria a prerrogativa de inscrever-se em um único campo, sem a possibilidade de o seu objeto ser tomado por uma outra área do saber. Tal cuidado teve também Saussure, ao eleger a língua como foco de estudos. Tanto em relação a Saussure, quanto a Benveniste, são as teorias por eles propostas *intralingüísticas*, e qualquer estudo que se faça a partir delas há de considerar a rede de enunciados que ambas apresentam, principalmente em se tratando de uma abordagem em outro âmbito de conhecimento.

Em segundo lugar, os estudos lingüísticos se expandem mediante a ocorrência do verbo *dizer*. Não mais o coletivo apenas, *o tesouro de formas* guardado por cada falante, mas também o individual, que não diz respeito à fala enquanto mecanismo psicofísico, mas o dizer a língua enquanto sistema de formas.

Como a ocorrência de *diz* não pode ser vista separadamente do restante do enunciado, o que é apresentado como individual está associado ao singular. Em *eu diz eu*, este dizer é sempre único, porque relativo àquele que assim se designa, se apresentando como referente e, ao mesmo tempo, como referido. Não há como dizer *eu* sem particularizar-se, sem diferenciar-se de todos os demais que da mesma maneira se apresentem. Ingressam, pois, nos estudos lingüísticos, as noções de referência e, também, de subjetividade: este enunciado remete à noção de locutor, inserção na língua porque uso de uma forma.

Além disto, este enunciado não apresenta apenas noção de subjetividade – subjetividade *no* e *do* discurso, subjetividade *na* língua –; esta proposição traz implicadas todas as demais noções a partir das quais se tece uma teoria. É um enunciado que aparenta a existência de apenas um signo-palavra; aparenta porque se desdobra em outros enunciados porque contém todas as palavras. É a "fórmula" da Teoria de Benveniste, que, por si só, permite a compreensão de que se instaura um *aparelho* que possibilita que a língua passe a ser usada *para viver*.

O primeiro desdobramento diz respeito à condição deste dizer. Entendemos que *dizer eu* prescinde de uma presença real ou imaginária daquele a quem este dizer se dirige: eu diz *eu* e, ao assim dizer, diz *tu*.

Tu é implícito à enunciação, opõe-se a *eu*, e ambos expressam um valor contextual porque a língua é, por natureza, distintiva, mas desta distinção extrai-se outra: a subjetividade se constitui por um ato e este ato dá existência, mesmo que presumidamente, a um outro, também sujeito, que o referenda. Pela enunciação, *tu* é guindado à condição de sujeito, e a enunciação assume caráter de comunicação *intersubjetiva.*

É da condição humana dizer e dizer-se, mas "a consciência de si mesmo só é experimentada por contraste" (*PLG I*, 1995, p. 286): *eu* propõe-se como sujeito para *não-eu*, e ambos compartilham o estatuto de *pessoa*. Ser *pessoa* é ser sujeito, embora com diferentes características: considerada a relação *eu-tu*, num primeiro momento, apenas o primeiro é referente, e ambos são referidos. A auto-referenciação de *eu*, todavia, está na dependência de atribuição de referência a *não-eu*. *Eu* e *tu* são mutuamente constitutivos.

Devido a esta relação concernente à reciprocidade relativa à constituição, *eu* e *tu* gozam do estatuto de *pessoa*, e esta relação é promotora do diálogo, o qual não consideramos apenas como uma "troca" relativa à subjetividade, ou seja, reversibilidade.

Flores, em *Lingüística e Psicanálise* (1999), examinando a transcendência imputada a *eu* em relação a *tu*, formulada por Benveniste ao estudar a pseudo-simetria classicamente atribuída à categoria verbal de pessoa (*PLG I*, 1995, p. 255), detecta, nos próprios escritos de Benveniste, *dois momentos* em que se dá esta relação.

No primeiro, tem-se esta transcendência como *temporalmente* definida, tomando-se a subjetividade como unidade da oposição *eu-tu/ele – correlação de personalidade –*: *eu* instaura *tu* para o exercício da língua, estando *tu* dela privado.

O segundo momento, caracterizado como *subjetividade-relação*, apresenta *eu* e *tu* como necessários à relação no interior da qual se promove o discurso, ou seja, *correlação de subjetividade*, nos termos de Benveniste.

Flores considera que "a subjetividade/temporalidade pode ser relativizada pela subjetividade/relação em que a primeira é apenas a mostra lingüística da segunda" (1999, p. 198).

Tendo já este autor tratado da unidade constituída por *eu-tu*, sob a consideração do diálogo, utilizaremos as suas palavras para corroborar sua idéia e, também, para sustentar nosso ponto de vista sobre este assunto. Diz Flores que:

> [...] é possível ver a subjetividade em dois momentos: de um lado a subjetividade/temporalidade como o "sempre novo", de outro a subjetividade/relação como o "já dado" (1999, p. 199).

Concordamos com Flores quanto à interpretação destes dois momentos e quanto a ela nada temos a acrescentar, porém situamos, no intervalo entre estes momentos, um trabalho de *tu* no interior do "sempre novo", tornando-o, para si, "já dado", de modo que, ao dizer de *eu*, caiba uma resposta ou, ainda, que uma resposta possa ser negada.

Assim como *eu* se apropria da língua, promovendo relações entre as palavras, atualizando-as, configurando uma idéia que revela sua atitude e a situação enunciativa, *tu* exerce um trabalho semelhante, relativo ao que *eu* lhe apresenta, pois também faz a língua "funcionar", estabelecendo relações entre o que é da língua e o que concerne à situação de discurso. A *parceria*, de que Benveniste nos fala, entre *eu* e *tu* não se dá exclusivamente pela

tomada de palavra por *tu* que, por isto, se diz *eu*, ela é anterior e "interna" ao que *eu* enuncia, ao "sempre novo". Porque a "idéia" é compartilhada, o "sempre novo" constitui-se em "já dado", suscitando outro dizer.

Como vemos intersubjetividade em dois momentos, um intrínseco ao dizer de *eu* e outro extrínseco, promovido por este dizer, também relativizamos a "transcendência" de *eu*, tal como Flores. Como *na* e *pela* enunciação "o homem se constitui como *sujeito"* e fundamenta "na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de 'ego'" (*PLG II*, 1989, p. 286), *na* e *pela* enunciação também fundamenta a intersubjetividade, impondo a *não-eu* condição semelhante à sua, sem a qual esta inexistiria.

Perguntamo-nos, querendo responder a Normand (1996, p. 145), se este não é um dos motivos da ausência do termo *sujeito da enunciação* nos escritos de Benveniste. A "fórmula" que, num primeiro momento, sugere tão-somente subjetividade, à medida que é apresentada à luz da Teoria, aponta para intersubjetividade. Intersubjetividade é, pois, noção compulsória à de subjetividade, e prosseguindo-se nos estudos relativos às relações que decorrem do conceito de enunciação, percebe-se que esta noção é extensiva ao tratamento da *não-pessoa*, que à noção de *pessoa*, num primeiro momento, se opõe.

2.1.1.1 A *não-pessoa*: unicidade pela via intersubjetiva

A intersubjetividade é condição para a língua-discurso. As oposições apresentadas por Benveniste permitem-lhe instaurar o âmbito do uso da língua e integrar a língua ao discurso[19]. Deslocando para o campo do semântico os signos da língua – *eu-tu/ele* e todas as demais palavras que da enunciação emergem, – sem transgredir as proposições saussurianas já que opta pela manutenção da idéia de signo, a qual considera "o caráter mais importante da língua", opera com distinções.

Tratando a distinção *pessoa/não-pessoa*, Benveniste, com a finalidade de melhor esclarecê-la, apresenta outras oposições que situam *pessoa* e *não-pessoa* na ordem do signo: "vazios"/"não-vazios", não-virtuais/ virtuais. Qualquer que seja o par opositivo escolhido – o

[19] Entende-se, assim, a razão do termo empregado por Benveniste: *língua-discurso* (*PLG II*, 1989, p. 233). Ao mesmo tempo em que apresenta o *semiótico* e o *semântico* como distintos, descreve-os como complementares. *Língua-discurso* expressa esta complementaridade. É desta complementaridade que tratamos a partir de agora.

primeiro citado ou os que se estabelecem em função deste –, submetido a uma reflexão sob a consideração da enunciação, ver-se-á que diferenças se dissipam, sobressaindo-se a noção de intersubjetividade.

Ao tratarmos de *eu*, afirmamos que a língua prevê signos com indicação de *pessoa*; afirmamos agora que Benveniste considera as palavras que da enunciação emergem como formas "vazias", em oposição a "plenas", pois aquelas formas têm a unicidade como marca. A noção de subjetividade, que é própria do discurso, está na língua enquanto sistema de signos e se atualiza mediante o dizer de um locutor que da língua se apropria.

Apropriação, assim, deve ser entendida como *ato* único e inalienável, que desencadeia uma série de noções que não necessitam ser propriamente nomeadas – de locutor, de interlocutor, de tempo, de espaço –, bastando que a palavra seja tomada.

Eu é, portanto, signo "ligado ao exercício da linguagem e declara o locutor como tal" (*PLG I*, 1995, p. 281), que tem não só a propriedade de unicidade prevista pela língua, mas também a de mobilidade: é *o não importa quem, munido de referência subjetiva,* entendida subjetividade como "a capacidade do locutor para se propor como 'sujeito'" (*PLG I*, 1995, p. 286).

Assim esclarecidas formas "vazias", para que compreendamos a consideração a formas "plenas", tomemos primeiramente a noção de *não-pessoa*, tal como é apresentada nos artigos que abordam os pronomes e a "pessoa" verbal.

Esta noção, ao contrário da noção de *pessoa*, por consideração à pluralidade, (1) pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, (2) não designa especificamente nada nem ninguém, (3) é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente (*PLG I*, 1995, p. 253), (4) admite pluralização (*PLG I*, 1995, p. 259) e, ainda, remete ao *não importa quem* ou *não importa o que* alheio à instância de discurso (*PLG I*, 1995, p. 282).

Por ser tomada como não compatível com remissão à instância de discurso, a *não-pessoa* corresponde "à língua como repertório de signos e suas combinações". Corresponde à forma "plena", dada a pluralidade que potencialmente expressa.

Esgotada nestes termos a caracterização da *não-pessoa*, esta noção é reencontrada em *A forma e o sentido na linguagem*, sendo descrita como "signos do repertório semiótico",

"signos conceptuais, genéricos, não-circunstanciais" (*PLG II*, 1989, p. 233).[20]

Assim descritos, os signos da língua gozam da mesma mobilidade que é própria aos indicadores de subjetividade. Pela amplitude que expressam, são aptos à referência do que é trazido à instância de discurso, não importando o que seja, quem seja, qualquer sujeito ou nenhum, tornando-se "circunstanciais". São "plenos" porque suportam *empregos*, sendo que cada *emprego* corresponde a um valor sintagmático. Assim, pela referência, indicam, tal como os que a eles se opõem, os que emergem do discurso, *unicidade.*

Os termos usados por Benveniste, *formas "vazias"* e *formas "plenas"*, a nosso ver, não são mais do que recurso teórico para que se apresente uma lingüística que é do discurso, entendido como a inserção do sujeito na língua. Tanto as "vazias" como as "plenas" se manifestam por este ato e, em se tratando de signo, como aqui, devem ser compreendidas como *atualização*[21].

No primeiro caso, as "vazias", porque, no sistema semiótico, estão associadas ao ato, suscitando-o, no discurso são atualizadas pelo próprio ato. As "plenas", porque conceitos amplos, estão à disposição para que este ato se materialize em "idéia" à qual convém o recorte, a especificação, pois o que *não importava*, agora *importa* porque é apenas *um*, relativo a esta "idéia". Atualização liga-se, assim, à configuração desta "idéia".

Da mesma maneira, podemos entender todas as demais oposições que pressupõem a diferença entre *pessoa* e *não-pessoa*, embora o termo "indicadores", por exemplo, tenha estatuto no discurso, enquanto "vazias/plenas" ou não-virtuais/virtuais digam respeito a formas.

A fórmula *eu diz eu*, que representa a origem do processo de tomada da palavra, pode ser compreendida como eu diz *eu*, o pronome, mas também como eu diz *a língua*, sempre na *sua* perspectiva – a de locutor que se propõe como sujeito em uma *situação de língua.*

---

[20] Embora *O aparelho formal da enunciação*, um texto-síntese do percurso das reflexões de Benveniste, exatamente por assim se caracterizar, nos aponte uma maneira bem mais direta de encaminhamento para esta interpretação que fazemos, quer pela definição de *enunciação* que apresenta (*PLG II*, 1989, p. 82), quer pela de *apropriação* (*PLG II*, 1989, p. 84), preferimos buscar, em *A forma e o sentido na linguagem*, a explicitação de signo formulada por Benveniste, já que ela permite distinguir os signos que *da* e *pela* enunciação emergem, mesmo que não verbalizados, porque *há* enunciação, e os que *na* e *pela* enunciação são materializados mediante agenciamento.

[21] Certamente o uso do termo *atualização* exige o tratamento da outras noções que, neste momento, não são apresentadas.

A distinção “vazias/plenas” se desfaz no discurso, e sua proposição por Benveniste nos permite verificar o quanto seus estudos se encaminham sempre para a noção de integração porque, assim como o campo do semântico abriga o signo, também é verdadeiro que o campo do semiótico inclui, entre suas formas, o aparelho formal da enunciação. Além disto, independentemente do prisma em que as examinemos, seja do ponto de vista semiótico, seja do semântico, todas as palavras se igualam, embora as distinções necessárias, próprias a esta lingüística que se instaura, considerando Saussure.

2.1.1.2 Associações e conexões: concomitância relativa à enunciação

Até então, embora as noções estudadas possibilitem a constituição de um aparelho formal relativo ao discurso, verifica-se que a teoria do signo integra a proposta de Benveniste. Entretanto, quando nos ocupamos da leitura de textos que nos proporcionam o entendimento do que representa *sistema* para este lingüista, observamos que a consideração relativa ao *sintagmático*, que é o foco dos nossos estudos, configura alterações na teoria saussuriana.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, ao apresentar as duas maneiras de *ser língua*, Benveniste aponta o limite do semiótico: formas que só assim o são se *reconhecidas* por aqueles que usam a língua. Este reconhecimento, portanto, implica pertencimento à língua.

Estranhamente, ao tratar o signo como unidade semiótica, Benveniste parece reduzi-lo ao significante, já que o define como “a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (*PLG II*, 1989, p.225) e, quanto ao significado, afirma que “o que o signo significa não dá para ser definido. [...] Significar é ter um sentido e nada mais” (*PLG II*, 1989, p. 227).

Esta aparente redução da *forma* a reconhecimento por aqueles que falam uma determinada língua, não pode ser tomada como uma dissociação dos elementos constituintes do signo, as suas duas “faces”; pelo contrário, corrobora a definição do signo como unidade do sistema cujo princípio organizacional é a diferença. Significação, no âmbito do semiótico, corresponde à distinção, daí porque os signos distribuírem-se paradigmaticamente.

Esta consideração ao signo como unidade de significação no paradigma permite a Benveniste caracterizar o semântico como o âmbito em que se dão as combinações. O

semiótico é entendido como a esfera das relações paradigmáticas; o semântico, como a esfera das relações sintagmáticas.

Significação, agora, implica reconhecimento e compreensão[22], porém não mais reconhecimento apenas como pertencimento ao sistema, mas como organicamente relativo ao sistema – *associações* – o que, em parte, possibilita compreensão.

Compreensão, por sua vez, é noção relativa ao sintagma, e remete à intersubjetividade. O exercício da língua, cujo processo se descreve por *apropriação* – agenciamento, atualização ou sintagmatização-semantização – tem, como fim, a co-referência, que considera língua e situação enunciativa.

Ora, se o sistema não for comum entre os sujeitos, por que atribuir referência, ou melhor, por que expressar uma idéia? Desta maneira, o reconhecimento dos signos é condição para locutor e alocutário. Ao primeiro porque promove relações no "interior" do sistema e agencia signos, atualiza-os em palavras, que assim o são porque constituintes do sintagma; o segundo porque também atribui referência, pois também "faz funcionar" a língua, promovendo relações de ordem paradigmática – um valor no sistema – e de ordem sintagmática – um valor no contexto enunciativo.

A estas duas ordens de valor corresponde a palavra, que é apresentada como o signo no repertório semiótico (*PLG II*, 1989, p. 233), signo que, ao ser deslocado do plano da língua ao plano do discurso, integra a frase, constituinte em inter-relação com os demais constituintes.

No semiótico, o signo é a unidade; no semântico a palavra é unidade, significação da língua, submetida à atribuição de referência para que a co-referência se faça.

2.1.2 A palavra como mediadora: as noções de *forma* e *sentido*

Afirmamos que, para que o signo exista, basta que ele seja reconhecido como unidade do sistema lingüístico. Benveniste, ao tratar significação no âmbito do semiótico, apresenta, como exemplo, uma situação em que somos confrontados com significação na ordem da existência: "Chapéu" existe? Sim. "Chaméu" existe? Não.

---

[22] A noção de *reconhecimento* está implicada em *A forma e o sentido na linguagem*, em especial na página 227 (1989); a de *compreensão* fomos buscar em *Semiologia da língua* (1989, p. 43-67), apresentada como própria ao discurso, em oposição à de reconhecimento, própria ao semiótico.

Prontamente concordamos com o autor. “Chaméu” não existe porque não tem sentido. Mas poderia existir, poderia ser signo pois, decomposto, seus constituintes - */š/ /a/ /m/ /є/ /u/* - são identificados como fonemas da nossa língua, comportando substituições: “chapéu”, “mel”, “meu”, “enxamel”.

“Chaméu”, apesar de ter lugar na língua pela consideração a seus fonemas e pela combinação destes, é objeto de rejeição uma vez que não recobre uma condição lingüística: ter sentido.

Se assim é, então “chapéu” é signo da nossa língua, é *forma* e *sentido*. Sobre seu sentido nada se pode dizer, apenas se sabe que “chapéu” *significa*.

É com as noções de *forma* e *sentido* que Benveniste traça uma linha divisória entre as duas maneiras de *ser língua*, entretanto apresenta-as, no início de sua fala a filósofos, reunidos no XII Congrès – Sociétés de Philosophie de Langue Française, em 1966, como *noções gêmeas* (*PLG II*, 1989, p.. 221). Novamente nos deparamos com uma situação em que o que se apresenta como excluído, se integra com o que lhe é contraditório, e desta integração se conclui que a língua é discurso, e que o discurso é língua.

> A *forma* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior.
>
> O *sentido* de uma unidade lingüística define-se como a sua capacidade de integrar uma entidade de nível superior.
>
> Forma e sentido aparecem como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente inseparáveis no funcionamento da língua (*PLG I*, 1995, p. 135-6) (Grifos nossos).

Estas duas “capacidades” são próprias aos fonemas já que se dissociam em traços distintivos e integram o signo. São passíveis, portanto de relações horizontais e verticais que permitem a identificação do signo como elemento do sistema.

Significação, neste nível, corresponde à seleção e combinação. Preenchidas estas duas condições, pode-se dizer que a língua é composta por unidades fonemáticas.

Constituídos os signos, unidades de segundo nível, observa-se que são tão-somente *formas*, já que podem dissociar-se em fonemas, porém os signos não constituem unidades de nível superior porque se considera a língua um sistema de signos, uma opção teórica que visa a um objeto para a ciência lingüística. Eis o limite da maneira de ser língua *semiótica*, o limite da *forma*, a Lingüística da Língua, de Saussure.

Forma e sentido, entretanto, são para Benveniste "noções gêmeas", "propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente inseparáveis no *funcionamento* da língua" (*PLG I*, 1995, p. 187). Instaura-se outra maneira de ser língua, correspondente a uma outra lingüística paralela à do signo? É certo que não. Simplesmente a língua é colocada em ação.

Neste ponto em que se integram forma e sentido, dá-se a *apropriação*, termo utilizado por Benveniste. Flores, que discute a crítica a este termo, afirma que:

> [...] se se relacionar esse conceito com o de língua enquanto sistema, talvez se possa situar a apropriação em um contexto cuja preocupação repousa sobre a superação do corte estabelecido por Saussure (1999, p. 199) (Grifos nossos).

A partir das noções de *forma* e *sentido*, Benveniste, ao mesmo tempo em que preserva os princípios que estabelecem a Lingüística da Língua, insere o discurso. Isto não representa um mero acoplamento, mas a adoção dos mesmos procedimentos por meio dos quais se analisam as unidades fonemáticas – dissociação e integração –, que são formas distintivas porque constituintes do signo, os quais, por sua vez, se caracterizam por distinção. Mas isto também representa uma subversão relativa àquilo que ao signo se impõe, pois são os signos que rompem as "fronteiras" da língua.

No âmbito do semântico, não há forma, apenas sentido. O terceiro nível é o da frase[23] que, pela sua natureza, não integra unidade de nível superior. No uso da língua, há apenas frase. Cada uma é única, singular, particular, irrepetível, diz respeito à língua e diz respeito à situação enunciativa.

Seus constituintes são os signos, as formas da língua, agora *palavras* que, ao mesmo tempo em que expressam distinção, porque integradas à frase, expressam sentido, e esta conversão do signo em palavra traz conseqüências que permitem que se proponha uma outra lingüística, pois o "eixo vertical" é deslocado da língua para o discurso: relações sintagmáticas se dão no discurso.

As palavras, segundo Benveniste, comportam empregos; são palavras enquanto no e do enunciado; dele retiradas, retornam ao "mundo do signo", significam, sem que se possa determinar qual o sentido que expressam, pois não são *sentido*.

---

[23] Nossa interpretação quanto ao uso deste termo, ao invés de outro mais condizente com os princípios de uma teoria semântica, é que Benveniste o faz propositalmente, objetivando o emprego da mesma palavra que é utilizada por Saussure, ao estudar as *relações sintagmáticas*.

Sentido, então, se atrela à enunciação, uma certa "idéia" que é expressa por quem usa a língua. Desta forma, a palavra reúne em si o semiótico e o semântico: é forma *na* e *da* língua, é sentido *no* e *do* discurso: portanto unidades significativas – distinção – e unidades *no* e *do* enunciado – emprego relativo à atribuição de referência.

As palavras, por si mesmas, não são como os signos, unidades de significação. Os signos assim o são porque assumem valor no sistema; as palavras assim não o são porque seu valor emana do fato de estarem no enunciado. Enquanto o valor do signo é paradigmático, o da palavra é sintagmático. É o sintagma que atribui valor a uma palavra, é no sintagma que uma palavra expressa valor.

Assim consideradas, as palavras situam-se em um espaço intervalar, decorrente das duas maneiras de ser língua: nem semiótico porque não apenas formas, nem semântico porque este é da ordem do sentido, da atribuição de referência a um estado de coisas, a uma determinada situação. Esta atribuição de referência, que é a da comunicação intersubjetiva, demanda língua em ação, um certo "arranjo" para que a referência se faça.

> [...] o sentido (na acepção semântica que acabamos de caracterizar) se realiza na e por uma forma específica, aquela do sintagma, diferentemente do semiótico que se define por uma relação de paradigma. De um lado, a substituição, de outro a conexão, tais são as operações típicas e complementares (*PLG II*, 1989, p. 230) (Grifos nossos).

Palavra é signo, forma cujo sentido é impossível precisar porque conceitual, genérico, pois coletivo; é expressão de *um* sentido porque em uma "idéia" que se configura no enunciado; é a interseção entre forma e sentido, ponto de fusão entre paradigma e sintagma, duas operações distintas e concomitantes.

Pela maneira como Benveniste apresenta *palavra* – forma e substância, o princípio saussuriano relativo a signo e o que dele foi excluído – nos desincumbimos, em parte, das tarefas a que nos impusemos. São as noções de *forma* e *sentido* que desenham um novo quadro para a lingüística, e estas noções perpassam todo o sistema da língua em ação, em duas perspectivas.

A primeira é relativa às unidades: fonemas e signos são forma e sentido. A noção de signo, portanto, é preservada, mas sua integração em uma unidade de nível superior exige que à noção de *distinção* se alie a noção de *atribuição de referência*. Nesta perspectiva, consideram-se as noções de *constituinte* e *integrante*, tomando-se a palavra, a qual é de dupla natureza: enquanto constituinte, é *forma*; enquanto integrante, é *sentido*.

A segunda diz respeito ao sistema: o conjunto de signos é *forma*, todavia a noção de *forma* é amalgamada à noção de *sentido*, quando se insere a noção de *discurso*. Nesta perspectiva, a noção de *distinção* se liga à de *referenciação*, dois sistemas que se sobrepõem, um de caráter formal, outro de caráter semântico. Esta sobreposição se dá por intermédio da palavra que, como integrante da atribuição de referência, decorre de associações e de conexões.

Estas duas perspectivas, que revelam relações entre unidades e entre sistemas, apontam para a consideração de unidades: o signo como unidade formal, a frase como unidade semântica; a palavra, dado seu caráter mutante, é unidade formal se dissociada da frase, porém não se constitui em unidade semântica porque, para preencher esta condição – atribuição de referência, – necessita estar na frase, da qual depende seu estatuto *ser palavra*.

Nesta medida, para Benveniste o sistema da língua é sempre intersubjetivo. A comunicação entre sujeitos demanda que se acione a língua, que se promovam relações entre os signos – associações –, considerando-se noções genéricas que estes expressam, as quais, por meio de outras relações – conexões que estabelecem entre si –, atribuem referência.

Assim sendo, relações paradigmáticas ou *in absentia* e relações sintagmáticas ou *in praesentia* são concomitantes. Ambas são responsáveis por reconhecimento e compreensão: reconhecimento do sistema que é comum a locutor e alocutário, reconhecimento e compreensão dos conceitos que do sistema emanam seletivamente, inter-relacionando-se no enunciado, expressão de referência a uma situação intersubjetiva.

A noção de intersubjetividade, portanto, anula a existência de duas lingüísticas já que forma e sentido, para Benveniste *noções gêmeas*, concorrem para que a língua *signifique* mediante o trabalho dos sujeitos que põem em ação os mecanismos da língua.

2.1.3 Relações paradigmáticas e relações sintagmáticas: um impasse

Benveniste, visando ultrapassar a visão semiótica da língua, propõe-se ao estudo da semântica, conservando a idéia de signo lingüístico e as implicações que dela decorrem.

Interpretamos sua proposta, apresentando três paradoxos a partir dos quais acreditamos que esta ultrapassagem constitua uma Lingüística da Enunciação.

Em função disto, selecionamos alguns artigos constantes em *Problemas de Lingüística*

Geral I e em *Problemas de Lingüística Geral II*, buscando identificar fundamentos e o modo como estes integram os princípios de base saussuriana.

Com relação ao que denominamos "paradoxos", chegamos a algumas conclusões, embora parciais porque nos deparamos com uma questão a resolver, relativa ao aspecto a que nos impusemos tratar neste trabalho: a sintaxe.

É a noção de *intersubjetividade* que norteia todas as noções a partir das quais Benveniste constrói sua teoria. A noção de *subjetividade*, que propõe a "figura" de um locutor que se insere na língua, considera, por implicação, a de *intersubjetividade* já que o discurso tem um fim: a atribuição de referência.

Pela noção de intersubjetividade, ao mesmo tempo em que se apresentam dois quadros – o da língua e o do discurso –, estes dois quadros se integram pela atribuição de referência. Assim sendo, na concepção de Benveniste, existe apenas um sistema, o da língua em uso.

Porque é a atribuição de referência que comanda o uso da língua, a cada situação enunciativa o sistema se "reorganiza", em busca de um certo conjunto de relações que permitam aos sujeitos a seleção daquele signo da língua que, junto com os demais, que também são submetidos a este processo seletivo e porque conjuntamente selecionados e inter-relacionados, expresse a idéia. Desta maneira, Benveniste considera que *relações paradigmáticas* e *relações sintagmáticas se dêem na e pela enunciação.*

Devido a este entendimento do que seja "colocar a língua em funcionamento", assim como que o de que o sistema semiótico se integra ao sistema semântico, chegamos a um impasse quanto ao tratamento que Benveniste dá à sintaxe. Se relações *in absentia* e *relações in praesentia* são concomitantes e relativas à instância de discurso, ao fio do discurso, não sabemos como coadunar, neste aspecto, o pensamento saussuriano ao pensamento de Benveniste. Isto exige que revisemos ambas as propostas teóricas e que as compatibilizemos, de modo a determinar a existência de uma associação ou de afastamento de Benveniste em relação a Saussure.

2.2 BENVENISTE E SAUSSURE: QUAL É O CAMPO DA SINTAXE?

Nossa questão é a sintaxe, ou melhor, a sintaxe da enunciação. Até então, conseguimos perceber uma integração na teoria de Benveniste, entre os fundamentos que

apresenta e os da teoria saussuriana. Esta integração se estabelece pela via da palavra, *forma* no semiótico e *sentido* no semântico. Benveniste, entretanto, considera que relações associativas e conexões se dão em função da referência, portanto, no discurso. Para Saussure, estas relações são "mecanismos da língua"; para Benveniste correspondem a "colocar a língua em funcionamento", trabalho dos sujeitos, relativo à situação enunciativa.

O que fazemos presentemente, diante desta constatação, é compatibilizar estas duas teorias a fim de resolver o que aqui se apresenta como um distanciamento entre elas. A busca desta solução, evidentemente, não se dá às cegas: queremos demonstrar que a Lingüística que Benveniste escreve é a Lingüística que Saussure esboça nas partes iniciais do *Curso*, na qual promove um recorte, apesar de reconhecer que corresponde, como veremos mais adiante, à ciência ideal.

Leremos Saussure no *Curso*, em especial a parte introdutória, em que é tratada a distinção entre língua e fala, e em que são propostas duas Lingüísticas diferentes, a da Língua e a da Fala, conseqüência da distinção referida. Além desta leitura, nos ocuparemos do estudo das *relações* que, segundo Saussure, tornam a língua um sistema.

2.2.1 O Circuito da Fala

No *Curso*, tratar de língua é tratar de fala, pois é com base em distinções que língua e fala são definidas. Ambas constituem a linguagem, cujas manifestações, em sua totalidade, são a matéria da Lingüística (1969, p. 13).

Estas manifestações são o objeto de estudo de Benveniste – o uso da língua, sob consideração de sujeitos e situação enunciativa –; estas manifestações, embora com enfoque diverso, também parecem ter constituído o pensamento primeiro de Saussure, lingüista dos fins do século XIX e início do século XX, que teve de render-se aos apelos e necessidades de sua época.

> Cumpre reconhecer que a forma teórica e ideal de uma ciência nem sempre é a forma que lhe impõem as exigências da prática. Em Lingüística, tais exigências são mais imperiosas que em outra parte; elas escusam, em certa medida, a confusão que reina atualmente nessas pesquisas. Mesmo que as distinções aqui estabelecidas fossem admitidas de uma vez por todas, não se poderia talvez impor, em nome desse ideal, uma orientação precisa às investigações (SAUSSURE, *Curso* 1969, p. 115-6).

Saussure, como se vê, confere aos estudos lingüísticos uma abrangência que, na sua opinião, circunstancialmente não é possível considerar. Assim, “bifurca” o todo e se vê diante de “encruzilhada de caminhos”. Opta por construir uma epistemologia da língua em seu aspecto sincrônico.

Na *Introdução* do *Curso*, Saussure, então, estuda a linguagem, nela situando o campo que pretende tratar.

> Para achar, no conjunto da linguagem, a esfera que corresponde à língua, necessário se faz colocarmo-nos diante do ato individual que permite reconstituir o circuito da fala (*Curso*, 1969, p. 19).

A descrição do processo apresentado como *circuito* permite perceber que nele estão envolvidos aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, sendo estes últimos atividade do cérebro, que produz a ligação entre conceitos e imagens acústicas.

O *circuito*, segundo o *Curso*, ainda pode ser examinado, considerando-se uma parte exterior e outra interior, uma psíquica e outra não psíquica, uma passiva e outra ativa.

Destacamos o que a isto se acrescenta, o que é também destaque no *Curso*.

> [...] finalmente, na parte psíquica localizada no cérebro, pode-se chamar executivo tudo o que é ativo (c → i) e receptivo tudo o que é passivo (i → c).
>
> Cumpre acrescentar uma faculdade de associação e de coordenação que se manifesta desde que não se trate mais de signos isolados; é essa faculdade que desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema (ver p. 142 ss.) (*Curso*, 1969, p. 21).

Examinemos, inicialmente, o primeiro parágrafo do que é transcrito. Este trata da fala porque, a seguir, afirma-se que, na abordagem do fato social,

> [...] o lado executivo fica fora, pois a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor [...] (*Curso*, 1969, p. 21).

O *lado executivo*, que não fará parte dos estudos saussurianos, corresponde à execução da língua. O que implica execução? Implica o estabelecimento da relação $c \rightarrow i$, e o estabelecimento desta relação, por sua vez, implica que o falante acione a língua. O ouvinte, já que o lado receptivo inverte os componentes da relação $i \rightarrow c$, realiza um trabalho semelhante ao falante, pois busca na língua $i \rightarrow c$.

Parece-nos que, ao penetrarmos na descrição da fala, uma das “partes” da linguagem, com vista a compreendê-la, precisamos obrigatoriamente ultrapassar a linha que demarca seu

domínio, e ingressar no da língua.

Esta inter-relação fala-língua, obrigatoriamente mantida em função da primeira, indica uma certa intervenção do falante e do ouvinte, não pelo fato de apresentar dois indivíduos conversando, mas pela inversão de *c→i*.

Do mesmo modo que não entendemos esta intervenção devido à existência, na análise do *circuito*, de duas pessoas conversando, também não a entendemos pela simples indicação de falante e de ouvinte, implicada na inversão de *significado/significante.* No lado executivo é *c→i*: há uma idéia, que é pessoal, que impele a conceito→imagem acústica; no lado receptivo, há uma forma sonora que impele à imagem acústica→conceito. Não há, pois, como tratar de fala sem tratar de língua.

Certamente, este raciocínio conduz a que se identifiquem outras noções contidas em *c→i* e *i→c*, mas estas não são esboçadas por Saussure; tratá-las representaria interferência na teoria ou crítica a ela, e isto não é de nosso interesse, pois o nosso propósito é tão-somente compatibilizar os estudos realizados por Saussure e por Benveniste.

Esta interação língua-fala ou, em Saussure, linguagem, também está presente, quando é apresentada no *Curso*, uma observação relativa à língua.

> Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio termo: todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos (*Curso*, 1969, p. 21) (Grifo nosso).

Aqui, novamente, são as noções implicadas na descrição do "lado executivo" e do "lado receptivo" do circuito, que servem de suporte para a nossa interpretação.

Sendo a língua comum a todos os falantes de uma comunidade, sua execução e sua recepção não se caracterizam exclusivamente por regularidades. Se uma idéia implica c→i, cada falante é livre para promover associações, expressando seu pensamento diferentemente dos demais falantes, uma vez que a língua constitui um sistema em que não intervém o "mundo". O mesmo ocorre com o ouvinte que, diante da expressão do falante, atribui-lhe significação, que não precisa ser a mesma atribuída por outros ouvintes[24].

---

[24] Suenaga, em *Benveniste et Saussure: l'instance de discours et la théorie du signe*, estudando Saussure, em especial o "circuito da fala", identifica, na concepção de língua apresentada por este lingüista, algumas indicações da noção de *intersubjetividade*, proposta por Benveniste.
Trata-se de uma abordagem diferenciada da nossa, baseada em outros dados teóricos, que nos autoriza, a partir da análise do "circuito", a aprofundar a compreensão da dicotomia saussuriana *língua/fala*, numa perspectiva dialética.

Examinemos agora a segunda parte do que destacamos ao estudarmos o *circuito da fala.* Saussure se refere a uma faculdade de *associação e de coordenação* dos signos, que *desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema*, e remete o leitor ao capítulo cujo título é *Relações sintagmáticas e relações associativas*. É esta faculdade que corresponde à *língua,* o "tesouro", sistema gramatical que se caracteriza por dois eixos, um vertical e outro horizontal, daí a língua ser um sistema e não uma simples nomenclatura. Para Saussure, então, há sintagmas na língua.

Para melhor compreensão desta posição teórica, debrucemo-nos sobre a idéia de *associação,* presente em algumas passagens do capítulo do *Curso* que ora lemos.

A primeira delas se refere à figura que representa duas pessoas conversando.

> O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo A, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos lingüísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los (1969, p. 19) (Grifo nosso).

Aqui se diz que cada indivíduo possui, armazenadas no cérebro, associações de conceitos a imagens acústicas. Tais associações, então, correspondem à língua e representam a parte psíquica do circuito.

A segunda passagem, que trata de um *centro de associação,* o refere em relação à fala porque, como vimos, *ativo* pode ser chamado de *executivo,* e o executivo se caracteriza por ser individual. Esta passagem é a que segue.

> O circuito, tal como o representamos, pode dividir-se ainda: [...] numa parte ativa e outra passiva; é ativo tudo o que vai do centro de associação duma das pessoas ao ouvido da outra, e passivo tudo que vai do ouvido desta ao seu centro de associação (1969, p. 20) (Grifos nossos).

A terceira delas, já citada neste estudo, apresenta uma "faculdade de associação e de coordenação", que organiza a língua enquanto sistema (1969, p. 21).

Pelo que se lê, existe um mecanismo de associação relacionado tanto à fala como à língua! Em ambas, é psíquico; em ambas, é relativo ao signo; na segunda, "desde que não se trate mais de signos isolados" (1969, p. 21). Há, em se tratando de fala, possibilidade de signos isolados? Há, nesta perspectiva, como separar língua e fala?

Apesar desta dificuldade, o que do *Curso* podemos apreender é o seguinte: todos os indivíduos são providos de uma faculdade de associação e de coordenação, e as associações e

coordenações são executadas individualmente. Língua é, pois, um sistema gramatical virtual, e fala é a manifestação deste sistema. Fala é, então, um sistema gramatical.

Esta interpretação da leitura realizada é corroborada pela explicitação relativa à diferença existente entre língua e fala, apresentada no prosseguimento do texto; além disto, no que concerne à fala, é acrescentado um dado importante.

> A língua não constituirá, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação da qual trataremos na p. 142 ss.
>
> A fala é, ao contrário, um ato individual de vontade e inteligência, no qual convém distinguir: 1º as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal; 2º o mecanismo psico-físico que lhe permite exteriorizar essas combinações (*Curso*, 1969, p. 22) (Grifo nosso).

Ora, se as relações entre os signos são responsáveis pelo fato de o signo constituir um sistema, dada uma faculdade humana, e a partir desta afirmação se conclui que a língua apresenta sintagmas, e se a fala é descrita como ato pelo qual o falante combina signos para a expressão pessoal – ato de vontade e de inteligência –, conclui-se que a fala apresenta sintagmas. Portanto língua e fala têm uma propriedade comum, a de apresentarem conexões: signos-sintagma na e da língua; combinações de signos da língua na fala.

Estas combinações atribuídas aos falantes, uma vez que servem à expressão de um pensamento pessoal, é o que Saussure, ao estudar as relações próprias à língua, chama de frase, termo também empregado por Benveniste para designar a unidade de terceiro nível da estrutura lingüística, pertencente à esfera do semântico, constituída por palavras, as quais são definidas por este autor como “signos do repertório semiótico”.

Compreende-se, assim, porque Benveniste, em seus escritos, utiliza o termo frase, tão avesso à sua teoria porque impregnado de um entendimento relativo a um tipo de estrutura próprio aos estudos das gramáticas; compreende-se, também, porque a frase, nas aulas do Curso de Lingüística Geral e no livro que originaram, causou tantas dificuldades a Saussure, que ora a dizia um fato de língua; ora, um fato de fala.

2.2.2 Lingüística da Língua e Lingüística da Fala

Embora procuremos identificar, nos capítulos iniciais do *Curso* – exatamente naqueles em que Saussure preconiza uma dissociação entre língua e fala, baseada em definições e no estabelecimento de propriedades –, um esboço de uma teoria da linguagem, não há como aproximar o que Saussure sugere como Lingüística da Fala com o que Benveniste propõe como Lingüística da Enunciação.

É bem verdade que Benveniste considera a Lingüística da Língua, que denomina *semiótica*, incluindo este âmbito no âmbito *semântico*, porém Saussure, ao estabelecer relações entre o estudo da língua e o estudo da fala, argumenta que o segundo subordina-se ao primeiro, sendo, portanto, de caráter secundário.

Além deste atrelamento da fala à língua, o qual insinua que uma possa responder pela outra – "é graças a tal subordinação que todas as partes da Lingüística encontram o seu lugar natural" (*Curso*, 1969, p. 26) –, a fala, ainda que seja apresentada como *manifestação individual, momentânea, dependente da vontade dos que falam*, é "a soma do que as pessoas dizem", sendo representada pela fórmula (1, 1', 1'', 1'''...) (*Curso*, 1969, p.27-8).

Ora, a definição de enunciação, apresentada por Benveniste – "este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização" (*PLG*, 1989, p. 82) – recusa, por si só, qualquer semelhança com a compreensão de fala, principalmente porque toma a *utilização* como ato individual – então não há como somar-se –, e esta utilização é referente à língua. Assim, na e pela enunciação, a língua em funcionamento é expressão individualizante de uma idéia, e esta visão, por ser globalizante, não comporta relação de hierarquia.

Embora a proposta de duas lingüísticas, feita por Saussure, o capítulo que delas trata, apresenta, em um de seus parágrafos, uma concessão referente à indissolubilidade destes dois campos.

> Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes. Como se imaginaria associar uma idéia a uma imagem verbal se não se surpreendesse de início esta associação num ato de fala? Por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos lingüísticos. Existe, pois interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas (*Curso*, 1969, p. 27).

Aqui Saussure não só destaca a interdependência entre as duas esferas que propõe, como ainda sugere linhas gerais para o estudo do “conjunto global da linguagem”.

Retomando-se, em uma manifestação lingüística, o que é próprio à fala e o que é próprio à língua, ver-se-á que é função do falante *combinar signos da língua*, um “tesouro” que pertence à coletividade, bem como *associar uma idéia a uma imagem verbal*.

Certas associações, como afirma o último parágrafo lido, promovem *um* uso e este, momentaneamente único, pela ação do tempo e por certas condições que, aqui, são impossíveis de estabelecer, pode se tornar *uso*, o que determina seu ingresso na língua. Assim, em uma posterior manifestação, a presença de um certo signo pode suscitar a associação primeira: língua como *instrumento* da fala e como *produto* da fala.

Negamos qualquer aproximação entre fala e enunciação, devido às noções que implicam, todavia reconhecemos que certas reflexões feitas por Saussure com o propósito de definir dois objetos e de justificar a primazia da Lingüística da Língua em relação à Lingüística da Fala, nas quais trata a *linguagem*, nos são muito caras.

Compreendemos que Saussure delimita, no que tange à linguagem, um campo de estudos e apresenta seus fundamentos. Devido a eles, mas também devido a considerações por meio das quais Saussure apresenta sua opção de estudo, identificamos contribuição da Lingüística Saussuriana à Lingüística da Enunciação, de Benveniste, relativa à sintaxe: *a sintaxe da enunciação, assim como considera a sintaxe da língua, constitui a sintaxe da língua, o sistema relativo à faculdade de associação e coordenação.*

O que Saussure nos apresenta nos capítulos que tratam da constituição de duas lingüísticas diferentes, é um todo que se bifurca em língua e fala, e, ao longo das explanações, fala é tomada como recurso à língua, e língua, como recurso à fala.

Dada esta relação, que se caracteriza por fluxo-refluxo, pode-se afirmar, quanto à sintaxe, que a língua é sintagmática, e a fala também o é. Já que Saussure opta pela “parte” e pela primeira, trata de sintagma *da* e *na* língua. Cabe-nos, para que compreendamos, ainda mais, o quanto suas idéias se fazem presentes na teoria de Benveniste, estudar as relações próprias à língua, tal como ele as apresenta.

2.2.3 As Relações *na* e *da* Língua

Como a língua é descrita por Saussure como uma faculdade de relações de duas ordens, e pela consideração desta faculdade, como vimos, se estabelece, entre língua e fala, uma espécie da retroalimentação pois a língua fornece signos a serem combinados pelo falante e este, considerando signos da língua, promove combinações, algumas não inclusas no sistema, as quais, com o passar do tempo e devido ao uso pela comunidade de falantes, passam a constituí-lo, identificamos a existência de sintagmas na língua e de sintagmas na fala.

Esta interdependência entre língua e fala possibilita reconhecer em Saussure, além da Lingüística da Língua, o embrião de uma epistemologia da linguagem, afirmação que se busca comprovar por meio do estudo das relações que organizam a língua, que a configuram como sistema.

Inicialmente, quando estas relações são apresentadas aos leitores do *Curso*, podemos situá-las em dois âmbitos, um relativo à Lingüística da Fala, outro, à Lingüística da Língua. Enquanto as relações sintagmáticas se dão *no discurso* porque se baseiam no alinhamento de unidades da *cadeia falada*, portanto *in praesentia*, em uma *série efetiva*, as relações associativas se dão *fora do discurso* pois são baseadas em relações diversas *in absentia*, ou seja, *na memória*.

Como desejamos demonstrar que o estudo da língua não prescinde do que é próprio à fala e, por isto, neste estudo, que se pretende específico, um dos ramos do que é "bifurcado", podemos identificar uma compreensão do todo, precisamos tanto discutir o que Saussure entende por *sintagma*, e o que esta noção recobre, quanto às associações, já que são diversas, impossíveis de serem determinadas aprioristicamente e, por isto, não só relativas à memória, porque alicerçadas no discurso.

A definição de sintagma em Saussure é bastante ampla, se comparada às definições classicamente apresentadas pelos estudos gramaticais: são combinações que se apóiam na extensão; duas ou mais unidades consecutivas constituem um sintagma (*Curso*, 1969, p. 142).

Em decorrência de o sintagma ser assim definido, incluindo o termo *unidade*, cuja noção, nesta teoria, não se restringe à correspondência com *palavra*, mas se apóia sempre em *materialidade*, *the man I have seen* (*o homem que eu vi*) é um sintagma que expressa descrição, tão concreta quanto a presente em uma frase do português ou do francês, em que

figura a palavra *que* (*Curso*, 1969, p. 162). Neste sintagma, a combinação de unidades, numa certa ordem, indica esta noção.

Selecionamos aqui um só exemplo, porém são vários os fatos de língua apresentados ao longo do *Curso* que demonstram que o valor sintagmático prende-se à sucessão de unidades no sintagma.

Devido à definição, também, não apenas os fenômenos que as gramáticas costumam estudar na *sintaxe* pertencem à sintagmática, mas também "formas" apresentadas nos estudos morfológicos são consideradas sintagmas. São sintagmas, portanto, *reler*, *contra todos*, *a vida humana*, *Deus é bom*, *se fizer bom tempo*, *sairemos etc.* (*Curso*, 1969, p. 142) e *Himmelreich* (em português, *reino dos Céus*), em que o sintagmático se confunde com o lexicológico (*Curso*, 1969, p. 157).

Para Saussure "na língua, tudo se reduz a diferenças, mas tudo se reduz também a agrupamentos" (*Curso*, 1969, p. 149) (Grifo nosso). Por este princípio, mesmo os exemplos citados no *Curso* – *sim*, *não*, *obrigado* – tidos como unidades independentes, não o são. Tratá-los como relativos à sintagmática representaria ultrapassar os limites da Lingüística da Língua, assim como explicitar o *etc.* que encerra a apresentação dos exemplos referentes a sintagmas, detalhe percebido por Arrivé[25].

A definição de sintagma, ou ainda, a noção de valor sintagmático, como se vê, não só é complexa, como também é problemática, já que inclui a frase, o que representa estender esta noção para além das fronteiras da língua, e Saussure admite isto quando diz:

> Cumpre reconhecer, porém, que no domínio do sintagma não há limite categórico entre fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual. Num grande número de casos, é difícil classificar uma combinação de unidades, porque ambos os fatores concorrem para produzi-la e em proporções impossíveis de determinar (*Curso*, 1969, p. 145).

Diante disto, para que possa ser tratada a sintagmática da língua, resta um recurso teórico: a consideração às noções de *regularidade* e de *irregularidade*, a primeira atinente à língua, a segunda, à fala.

---

[25] No texto do *Curso*, verifica-se que Saussure é extremamente consciencioso pois não se furta a apresentar fatos de língua que possam contradizer as suas idéias. Estes sempre constam, e as explicações ou recusas a eles referentes, baseiam-se no ponto de vista escolhido.
Arrivé observa a extensão da noção de sintagma e pergunta-se sobre o *etc.* que fecha a enumeração dos exemplos apresentados: "Faria ele alusão a frases mais complexas que a última citada? Ou daria a entender que unidades discursivas que ultrapassam os limites da frase também podem ser qualificadas de sintagma?" (*Lingüística e Psicanálise*: Freud, Saussure, Hjemslev, Lacan e outros, 1994, p. 61).

> É próprio da fala a liberdade das combinações; cumpre, pois, perguntar se todos os sintagmas são igualmente livres (*Curso*, 1969, p. 144).

Certamente a primeira destas noções responde às necessidades no que diz respeito à língua uma vez que, com base em sintagmas "regulares", se promovem associações.

> [...] a coordenação no espaço contribui para criar coordenações associativas, e estas, por sua vez, são necessárias para a análise do sintagma (*Curso*, 1969, p. 149).

Isto soluciona parte do problema porque o surgimento na fala da palavra *indeclinável* deve-se à existência de outros sintagmas a ela associados, tais como *imperdoável, intolerável, infatigável* (*Curso*, 1969, p. 145). Assim, a língua comporta sintagmas sob padrões regulares. Mas e a fala? O que se apresenta como "combinação livre" ou "não-regular" tem existência na fala?

Quando um conferencista repete diversas vezes a palavra *Senhores!*, a combinação é sempre a mesma, e variações de volume de sopro e da entoação não a afetam. *Senhores!* é um sintagma da língua, portanto uma combinação "regular" e "regulada", mas, mesmo assim, não há, do ponto de vista semântico, "identidade absoluta entre um *Senhores!* e outro" (*Curso*, 1969, p. 126).

Parece-nos que a distinção entre combinações regulares e combinações livres não é propriamente feliz. Resume-se em um recurso – ainda que bem sucedido, pelos exemplos que lhe são acrescentados e pelas considerações que são a eles tecidas – de demonstrar a existência de paradigmas sintagmáticos na língua os quais, pelo mecanismo da associação, possibilitam que sejam feitas combinações não previstas e que, por este motivo, tais combinações sejam perfeitamente compreensíveis para quem as ouve. É isto que se lê em:

> Nossa memória tem de reserva <u>todos os tipos</u> de sintagmas mais ou menos complexos, <u>de qualquer espécie ou extensão que possam ser</u>, e no momento de empregá-los, fazemos intervir grupos associativos para fixar nossa escolha (*Curso*, 1969, p. 151) (Grifos nossos).

A noção de sintagma em Saussure recobre todas as possibilidades de combinações, independentemente de sua natureza. Dizer que a língua é um sistema de combinações, ainda que correto, é parcial; devemos dizer que é um sistema de combinações distintivas porque conexões se estabelecem por meio de associações. Desta maneira, não é possível tratar de agrupamentos sem tratar de diferenças.

Quando nos referimos a diferenças, em Saussure, já é tradição o recurso ao quadro encimado por *ensinamento* e as possibilidades de associações que esta palavra incita. Já que é assim, perguntemos: o que preside que as associações sejam, numa determinada situação, *ensinamento, ensino ensinar, ensinemos, etc.; ensinamento, aprendizagem, educação, etc.; ensinamento, desfiguramento, armamento, etc.* e ainda outras?

Nesta variedade de relações possíveis, há de se considerar a constituição de um certo sintagma, de uma certa combinação que requer um certo signo, e não outro qualquer. Há uma idéia a exprimir que demanda uma sucessão de unidades – entre as quais *ensinamento* – que a signifiquem[26].

> Assim, nessa operação, que consiste em eliminar mentalmente tudo o que não conduza à diferenciação requerida no ponto requerido, os agrupamentos associativos e os tipos sintagmáticos estão ambos em jogo (*Curso*, 1969, p. 151) (Grifo nosso).

Desnecessário comentar que *ponto* é este. Já o identificamos em Benveniste!

2.2.4 A sintaxe da língua e a sintaxe da enunciação: o sentido de *ultrapassagem*

Retrocedamos a fim de relembrar o porquê da leitura do *Curso*. Ao estudarmos Benveniste, concluímos que para este lingüista *as relações paradigmáticas e as relações sintagmáticas se dão na e pela enunciação.* Este princípio contraria a proposta saussuriana? Esta consideração representa a "ultrapassagem" a que Benveniste se propõe? Não há como responder *não*, nem *sim.* Novamente o que se verifica é que Benveniste considera Saussure, muito além do que implica a simples inclusão do *semiótico* no *semântico*.

Saussure apresenta a noção de língua como um sistema, uma gramática virtual, tomando-se gramática como *conjunto de princípios que regem o funcionamento da língua.*

---

[26] Se a "constelação" possível, relativa a *enseignement* comporta *changement, jugement,* assim como *clément, justement,* por que não incluir *châtiment* ou *en s'aimant...?*
Esta é a proposta apresentada por Normand (*Le CLG: une théorie de la signification*, 1990, p. 39). Por este exemplo, segundo Normand, verifica-se que: "Desta 'soma de associações postas em jogo na fala', a análise lingüística só pode tomar uma parte, a relativa ao funcionamento do sistema" (1990, p. 39) (Tradução nossa).
A interpretação desta possível associação extrapola a análise lingüística, exigindo métodos que relacionem o lingüístico com o que lhe é "exterior".
Neste sentido, esta reflexão de Normand nos é muito cara porque remete as relações *in absentia*, no *Curso* apresentadas como atinentes ao *sistema*, a um quadro muito mais amplo, que considera não só o uso da língua, mas também relações que, a partir do uso, possam ser observadas por outros campos da ciência.

Esta gramática é *virtual* porque língua é definida como *faculdade de associação e de coordenações* cujo critério é a *distinção*.

Caracterizada língua como faculdade, um tesouro que existe virtualmente nos cérebros dos indivíduos (*Curso*, 1969, p. 21), o qual não pode ser confundido com uma simples nomenclatura porque, a cada momento, configura-se diferentemente, dadas as inter-relações que lhe são próprias, o exercício desta faculdade corresponde ao *exercício da língua.*

Saussure não se atém a este exercício, seu objeto é exclusivamente *língua*, mas passar do nível de *possibilidade de distinção* – atividade cerebral – à *distinção*, sugere sair do âmbito da língua, já que Saussure pressupõe um falante e um ouvinte, ambos promovendo associações em uma situação de fala.

Assim, determinar o princípio que rege uma associação, é tratar, ao mesmo tempo, com o homogêneo e com o heterogêneo, pois o que comanda o estabelecimento de uma série associativa é o exercício da língua, a expressão de uma idéia que se caracteriza pela sucessão de signos da língua: um *sintagma*.

Ora, se a execução da língua se faz por encadeamento de unidades combinadas, as associações *sempre* consideram *combinações*.

Relações associativas e relações sintagmáticas são, portanto, *simultâneas* (*Curso*, 1969, p. 149) porque *noções gêmeas*, nos termos de Benveniste, correspondentes a *forma e sentido*.

As noções de *forma* e *sentido*, propostas por Benveniste ao estudar o sistema em níveis, são saussurianas, pois é Saussure quem propõe combinação em dois âmbitos: as consagradas pelo uso, que consideram a língua e, por assim o fazerem, obedecem a uma ordem imposta pelas *formas – re-ler, em consideração a, que lhe disse, dois-je? je dois –*, e que *são língua*; as ditas "livres", que assim não o são, pois também consideram a língua, porque decorrem de associações, as quais propõem um *sentido* próprio a uma idéia que o falante quer exprimir.

Saussure, ao tratar combinações, estuda a *sintaxe da língua*, mas acena com a possibilidade de uma outra sintaxe, a qual não se detém a estudar, requerida pela idéia que o falante expressa; Benveniste, ao tratar combinações, estuda a *sintaxe da enunciação* – a que Saussure não estuda –, que inclui a *sintaxe da língua*, porque esta já está lá, no semiótico.

Com as noções de *forma* e *sentido*, verifica-se, em Benveniste, a articulação entre língua e referência, mediada pela noção de enunciação. Deste modo, a língua é forma, não substância, princípio saussuriano que é tomado por Benveniste, que, na e pela enunciação se substancia, devido a uma certa relação com o mundo, estabelecida por sujeitos que dizem o mundo, o *seu* mundo.

Sendo assim, a sintaxe da língua é a sintaxe da enunciação, e a sintaxe da enunciação é a sintaxe da língua, princípio estabelecido a partir do entendimento das noções de *relações paradigmáticas* e de *relações sintagmáticas.*

Com base nestes estudos, chega-se ao sentido de *ultrapassagem* nos escritos de Benveniste: a formulação de uma teoria da linguagem, que não considera a dicotomia *língua/fala*, pois não faz a Lingüística da Fala, mas considera os princípios que fundamentam esta dicotomia, para propor o *exercício da língua*[27].

Embora esta etapa para a compreensão da língua-discurso seja necessária, ainda não nos parece suficiente, pois a proposta aqui é a descrição de um processo de unificação – uma Lingüística da Enunciação –, diferente de um processo de integração da língua *no* discurso.

---

[27] Aqui, nos cabe refutar a crítica feita por Bouquet a Benveniste, relativa à oposição entre os dois âmbitos de língua, o *semiótico* e o *semântico.*

> [...] em razão do desconhecimento dos textos originais [...], a distinção que ele propõe entre "semiótica" e "semântica", longe de ser um progresso em relação a Saussure, é sobretudo a expressão de sua teoria de valor *in absentia* ligado a um valor *in praesentia*. Se o termo *sintagmação* é de Benveniste, baseado num conceito teórico inspirado a este último por Saussure, o fato da sintagmação atravessa todas as teorias da linguagem (*Introdução à leitura de Saussure*, 2000, p. 268**,** nota 54).

É fato que o estudo das relações *in praesentia* representou uma certa dificuldade para Saussure, e os editores do *Curso* não deixaram de registrá-la (Ver *Curso*, 1969, p. 145). É também fato que Bouquet é pródigo em registrar depoimentos de Saussure nos quais são verbalizados problemas relativos às relações de coordenação e à dicotomia língua/fala (Ver *Introdução à leitura de Saussure*, 2000, p. 272-4).

Para solucionar a questão, Bouquet apresenta para a fala dois sentidos, extraídos do que denomina "textos originais" de Saussure, um relativo a fato fonológico; outro, a fato lógico-gramatical. Consideramos esta identificação apropriada e produtiva, porém perguntamos se um estudo cuidadoso do que é apresentado pelo *Curso* não possibilitaria tal distinção.

Tomando o segundo sentido de *fala*, Bouquet critica a oposição *língua/fala*, considerando que as relações *in absentia* e *in praesentia* constituem um axioma na teoria saussuriana e apresenta mais três argumentos para a crítica à oposição, quais sejam: (1) a sintaxe só se manifesta na fala; ora, ela faz parte da língua; (2) o fato sintagmático é transversal às unidades lexicais da língua e às unidades da fala; (3) há relações sintagmáticas *in absentia*.

Sem nos alongarmos nas reflexões de Bouquet, que finaliza esta discussão afirmando que Saussure, apesar de não desenvolver a noção de fala ou de discurso, legou um programa que delineia as "lingüísticas" que destas noções se ocupam, afirmamos que concordamos com esta conclusão de Bouquet e que, ao longo deste trabalho, não propriamente quanto à noção de fala, mas à de enunciação, iremos comprovar que os estudos de Benveniste, além de considerarem a indissolubilidade das relações *in absentia* e *in praesentia*, contemplam os argumentos expostos por Bouquet e, ainda, articulam as relações em questão, de modo a dar conta de uma teoria da linguagem cujo interesse não diz respeito apenas a lingüistas, mas também a especialistas em outras áreas do conhecimento que possam tomar a língua como interpretante para os fenômenos dos quais tratam. Assim sendo, Benveniste não faz uma mera transposição de um conceito teórico, como quer Bouquet.

Explicitando-se esta idéia, as leituras até então realizadas possibilitam a compreensão das noções de *apropriação* e de *atualização* apresentadas por Benveniste, inserção dos sujeitos na língua com vistas à atribuição de referência, ou seja, uma consideração dos "níveis" em ordem crescente: (1) unidades fonemáticas, (2) signos, (3) frases.

Apesar de todo o esforço empreendido para o entendimento de *ultrapassagem*, esbarra-se em um princípio bastante redutor: a atribuição de sentido demanda uma sintaxe. Este princípio, embora importante porque considera a semântica, deslocando a sintaxe do lugar de destaque, já que lhe delega uma função requerida pela significação, e não o inverso, não permite ir além do que propõe: para a atribuição de referência, os sujeitos promovem um *arranjo*, termo utilizado por Benveniste para esclarecer que a enunciação materializa uma idéia – o enunciado – mediante uma certa organização das palavras.

Para quem se propõe a formular os princípios teóricos da Lingüística da Enunciação, de Benveniste, isto não é o bastante. O percurso que se descreve, o qual se lê como *da língua para a enunciação*, não possibilita a unidade buscada, uma vez que sugere, como já se disse, integração: do signo na frase ou da Teoria de Saussure na de Benveniste. Os estudos de Benveniste, por si mesmos, sem recurso explícito ao *Curso de Lingüística Geral*, não possibilitam tal leitura?

Como, para empreender a integração *no* discurso, foi considerada a noção de *palavra*, o signo como constituinte do terceiro nível da análise, ou seja, a frase, retomamos o estudo da palavra, em Benveniste, pois consideramos que esta noção, ao mesmo tempo em que restringe a compreensão desta Lingüística que se quer um todo, a qual ainda não o é porque teoricamente é promovida uma inclusão, é fundamental para que seja superado o atual entendimento de que os processos de apropriação e atualização sejam a única via de articulação entre língua e enunciação.

Ao tratar a noção de palavra, e não só esta noção, mas também a de signo, Benveniste refere-se a lexemas, pedindo uma espécie de licença teórica para agir desta forma.

> Do fonema passa-se assim ao nível do *signo*, identificando-se este, segundo o caso, a uma forma livre ou a uma forma conjunta (morfema). Para a comodidade de nossa análise, podemos negligenciar essa diferença e classificar os signos como uma só espécie que coincidirá praticamente com a *palavra*. Permitam-nos sempre para a comodidade, conservar esse termo desacreditado e insubstituível (*PLG I*, 1995, p. 131).
>
> [...] Viu-se que a unidade semiótica é o signo. Qual será a unidade semântica? – Simplesmente, a palavra. Depois de tanto debate e de tantas

> definições sobre a natureza da palavra (sobre isso escreveram-se livros inteiros), a palavra reencontra assim sua função natural, como unidade mínima da mensagem e como unidade necessária da codificação do pensamento (*PLG II*, 1989, p. 230).

Antes de apontarmos as razões que, em nossa opinião, conferem a Benveniste a adoção de tal procedimento – o que já seria suficiente –, inocentemo-lo da pecha de haver simplificado a noção de signo ou de desconhecer esta noção. Certamente não faltarão vozes a denunciar que, no afã de expor sua teoria, Benveniste criou uma noção particular de signo, capaz de satisfazer a seus propósitos.

Em *Os níveis da análise lingüística*, ao eleger a noção de *nível* como procedimento, Benveniste justifica sua escolha, atribuindo a esta noção a função de responder à "natureza *articulada* da linguagem e ao caráter *discreto* de seus elementos", e situa a metodologia adotada no campo da "língua como sistema orgânico de signos lingüísticos" (*PLG I*, 1995, p. 127).

Língua assim definida e também o caráter transversal da noção adotada como procedimento para análise já são garantia de que, independentemente do patamar da hierarquia que se estabeleça, objetiva o estudo do signo lingüístico, e os métodos de segmentação e de substituição aplicados para a determinação das unidades de primeiro nível – *unidades fonemáticas* e não simplesmente fonemas, distinguindo o que é próprio da língua enquanto unidade de significação – consideram relações sintagmáticas e relações paradigmáticas, os dois eixos que, segundo Saussure, na Teoria do Signo, comandam a noção de valor.

Operando com estes métodos, aplicando-os a uma cadeia do inglês – "leaving things (as they are)" –, Benveniste conclui que uma unidade fonemática assim se constitui ao preencher uma condição, a de sentido, condição esta que lhe é conferida ao integrar uma unidade de nível superior.

Acreditamos que, com estas considerações, apesar de sumárias, referentes ao primeiro nível da análise lingüística, que é denominado por Benveniste de *nível fonemático,* diferente do segundo nível que recebe o nome de *nível do signo*, comprova-se que o caráter discreto, tanto das unidades de um nível quanto de outro, é indicado. Se um fonema é uma unidade da língua porque expressa sentido *na* e *da* unidade de nível superior, obviamente esta unidade,

porque exige que aquela que a constitui preencha tal condição, apresenta esta característica também.

Podemos, então, afirmar que, em Benveniste, tanto fonemas quanto morfemas ou lexemas são unidades significativas da e na língua[28], e o fato de as unidades de segundo nível receberem a designação *signos* exige que nos detenhamos, ainda um pouco, em o que o autor explicita como *signo-palavra.*

> A palavra tem uma posição funcional intermediária que se prende à sua dupla natureza. Por um lado, decompõe-se em unidades fonemáticas que são de nível inferior; por outro, entra, a título de unidade significante com outras unidades significantes, numa unidade de nível superior (*PLG I*, 1995, p. 131).

Considerando-se, portanto, esta dupla natureza, a palavra, se retirada da frase, é uma unidade de segundo nível ou signo; integrada à frase, é palavra.

Precisamos, então admitir, já que tanto lexemas quanto morfemas estão presentes nas unidades de segundo nível, que este nível comporta "subníveis". Assim, a noção de palavra inclui a noção de sintagma, unidade significante que integra a frase.

Acrescenta-se a isto que Benveniste, ao tratar as relações entre frase e palavra, distingue palavras *autônomas* e palavras *sin-nomas*. As primeiras funcionam como constituintes de frases, as outras só podem entrar em frases se acrescentadas a outras palavras (*PLG I*, 1995, p. 132)[29].

Como as palavras subdividem-se em duas classes, - as que se integram "diretamente" na frase, e as que, em conjunto com outras palavras, são constituintes de frase, descrevem-se,

---

[28] Caso isto não seja considerado bastante, lembramos que Saussure, no *Curso*, em lugar de *signo*, emprega freqüentemente *termo* e *palavra*, e não cremos que, por assim agir, cause prejuízos teóricos à Lingüística da Língua.

[29] Esta distinção, principalmente a definição de palavras *sin-nomas*, nos remete à noção de sintagma apresentada por Saussure, a qual "se aplica não só às palavras, mas aos grupos de palavras, às unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie [...]" (*CLG*, 1969, p. 141-2).
Discorrendo sobre grupos associativos, Saussure toma como exemplo a frase *que lhe disse? (a você)*, afirmando que "fazemos variar um elemento num tipo sintagmático latente, por exemplo 'que *te* disse?' – 'que *nos* disse?' etc. e é por isso que nossa escolha se fixa no pronome *lhe*" (*CLG*, 1969, p. 151).
Examinando-se a constituição destes sintagmas apresentados por Saussure, compreende-se que é próprio da língua uma certa disposição dos constituintes do sintagma e que esta disposição é atinente à significação. Por este motivo, Saussure considera que formas e funções são solidárias e questiona as subdivisões da teoria gramatical: "seria errôneo crer que haja uma sintaxe incorporal fora destas unidades materiais distribuídas no espaço" (*CLG*, 1969, p. 162.
Estas questões são discutidas no *Curso de Lingüística Geral*, especialmente nos capítulos *A gramática e suas divisões* e *Papel das entidades abstratas da língua*, e em *Introdução à leitura de Saussure*, de Simon Bouquet, no capítulo *O objeto semântico*, obras arroladas em *Referências*, neste trabalho.

considerando-se a ordem dos signos, fenômenos muito próximos a este[30]. É o que se lê em *A forma e o sentido na linguagem*.

> [...] Instauramos, então, sob a consideração semiótica, classes particulares que chamamos de semióticas, ainda que um pouco grosseiramente, para melhor delimitá-las e para as especificar em sua ordem própria: dos semio-lexemas, que são os signos lexicais livres; dos semio-categoremas que são subsignos classificatórios (prefixos, sufixos, etc.) que ligam classes inteiras de significantes, assegurando desta forma grandes unidades, superiores às unidades individuais, e por fim dos semio-fonemas que não são todos os fonemas da nomenclatura corrente, mas aqueles que [...] caracterizam a estrutura formal do significante (*PLG II*, 1989, p. 226-7) (Grifos nossos).

Em Benveniste, pois, o que, na estrutura analítica da língua, consta como unidades de segundo nível deve ser tomado como unidades de significação constituídas por uma forma ou por um conjunto de formas em conexão ou sintagmas. Estas unidades, tanto em uma série associativa como em uma série coordenada, expressam valor relativo às demais formas com as quais se inter-relacionam.

Para Benveniste unidades de primeiro nível (fonemas) bem como unidades de segundo nível (signos) são distintivas; signos, portanto. Nas unidades de segundo nível, ainda é possível distinguir formas livres e formas conjuntas (morfemas). Sejam fonemas, morfemas ou lexemas, estas formas satisfazem a duas condições: capacidade de dissociação e capacidade de integração. Ambas conferem-lhes distinção relativa a seus pares, ou seja, pertença à língua.

A partir destas considerações, pode-se dizer que o termo *signo*, usado por Benveniste para designar unidades de segundo nível, se aplica a sintagmas. Para Benveniste há, pois, sintagmas na língua.

Retomando-se estas classificações apresentadas por Benveniste, poder-se-ia afirmar a existência de sintagmas no discurso, já que *le (la...) [“o”(“a”...)], ce (cette...)[“esse”(“essa”*...)] etc. são exemplos de palavras que, junto com outras, constituem sintagma. Assim, no nível da frase, dever-se-iam considerar “subníveis” – palavra, sintagma

---

[30] As classificações feitas por Benveniste não se prestam a aproximações com outras, tais como *formas plenas e formas vazias, formas livres e formas presas, formas livres, formas dependentes e formas presas.*
A partir delas, queremos simplesmente demonstrar que o uso do termo *signo*, relativo às unidades de segundo nível, não fere a definição de *signo saussuriano*, e também verificar a existência de sintagmas no âmbito do semiótico.
Em *Para uma semântica da preposição alemã vor* (*PLG II*, 1989, p. 140-4), por exemplo, Benveniste demonstra que o sentido de *vor Freude weinen* (“*chorar de alegria”*) não pode ser repartido entre os vários constituintes do sintagma, havendo uma espécie de interseção entre eles, da qual emana o sentido do todo.

e finalmente frase, tal como procedem outras teorias. No campo da enunciação, porém, a noção de sintagma não se reduz a palavras complexas, conjunto de palavras, palavras livres e palavras presas, relações entre regente e regido ou quaisquer outros termos dos quais se deduza que um enunciado possa se compor linearmente.

O terceiro nível de análise, que compreende a esfera da enunciação, apresenta a frase como *unidade*.

> A frase realiza-se em palavras, mas as palavras não são simplesmente seus segmentos (*PLG I*, 1995, p. 132).

Sendo a palavra uma unidade intermediária entre segundo e terceiro níveis – o das formas e o do sentido ou o semiótico e o semântico – reúne em si propriedades de natureza diversa: é distintiva e é referencial. Por este motivo, segundo Benveniste, a palavra tem *empregos* porque seu sentido está sempre atrelado à idéia expressa pelos sujeitos.

Palavra, nos escritos de Benveniste, por força da exposição que é feita, tem duas acepções, uma vez que reúne, em si, as noções gêmeas.

Na primeira, *palavra* tem indicação de pertença à língua, corresponde à noção de signo, identificada por qualquer pessoa que fala uma determinada língua como "palavra da sua língua", cuja representação, na escrita, se dá por um conjunto de letras, separado por um espaço da palavra que a antecede e da que a segue.

Na segunda, corresponde à noção de *palavra na frase*, signo semantizado. Expressa sentido próprio à atribuição de referência devido à sintagmatização que lhe é imposta. Por este motivo, não se pode confundir seu sentido com referência. Seu sentido está a serviço da atribuição de referência, e esta, por seu turno, se vale do seu sentido, assim como do sentido das demais palavras.

Nesta acepção, palavra é entendida como *função*, dada sua capacidade de integrar a frase. Deste modo, uma única palavra pode constituir uma frase, ao preencher a condição de, em uma determinada situação enunciativa, exercer uma função que, por si só, seja suficiente para a atribuição de referência.

Na Teoria da Enunciação, de Benveniste, ainda que *palavra* conste como dois termos distintos, por exigência da explicitação das relações que os fatos lingüísticos estabelecem

entre si, o sentido de palavra se confunde com o de *função semântica*; inter-relação sintagmática cujo todo participa da expressão da "idéia"[31].

Com esta consideração à palavra, Benveniste unifica as noções de valor distintivo e de valor referencial.

A Teoria do Signo, tal como é exposta no *Curso de Lingüística Geral*, é construída mediante noções que paulatinamente se aprofundam e se complementam: o signo lingüístico – natureza e princípios – o valor lingüístico, relações sintagmáticas e associativas, mecanismo da língua.

Estudando-se o "mecanismo da língua", que funciona concomitantemente sob dois eixos de valores – o *valor in absentia* e o valor *in praesentia* –, completa-se a noção de sistema – a língua é um sistema de valores diferenciais.

Benveniste, ao considerar signo tanto formas livres quanto formas conjuntas, reafirma a existência de sintagmas na língua. Estes sintagmas não se reduzem à existência de formas flexionais, prefixais, sufixais, mas também à de "palavras" (na acepção usual) porque palavras *sin-nomas* "só podem entrar em frases acrescentadas a outras palavras" (*PLG I*, 1995, p. 132).

A par disto, como já vimos, ao situar a frase no âmbito do discurso, Benveniste confere ao sujeito a tarefa de dispor sintagmaticamente a língua, mediante agenciamento de signos.

Deste estudo da palavra, resumem-se algumas constatações relativas à proposta de Benveniste:

a) o campo do semiótico apresenta uma sintaxe, representada pelas formas conjuntas presentes no segundo nível da estrutura lingüística;
b) o campo do semântico requer uma sintaxe promovida pelos sujeitos, que objetivam a atribuição de referência.

---

[31] *Idéia* é um termo na Teoria de Benveniste. Os que se dedicam ao estudo dos escritos deste autor percebem que ele não se atém, na maioria das vezes, a um único termo para expressar um conceito com o qual, junto a outros conceitos, apresenta a tessitura do campo de conhecimento que aborda.
Idéia, em Benveniste, é um termo cujo sentido se aproxima do de *referência*, pois *expressar uma idéia* pode ser entendido como *atribuir referência. Idéia* e *referência*, em Benveniste, dizem respeito à frase e não à palavra, já que esta tem valor determinado na e pela frase.
Frase, em Benveniste, tem valor absoluto: é a materialização da idéia, é expressão de referência – existência de um "mundo", na perspectiva de quem o manifesta; *palavra* tem valor relativo, configurado pela "idéia", sintagmatizado, portanto é *função* na frase.
Não só em Benveniste, mas também em Saussure, a palavra *idéia* é empregada com noção de significação. Bouquet (*Introdução à leitura de Saussure*, 2000, p. 260) apresenta, em nota, um considerável levantamento de termos empregados por Saussure, entre os quais *idéia*. Neste levantamento, se observa que este lingüista também não se prende à relação termo-definição.

Como para Benveniste as conexões são relativas ao discurso, “diferentemente do semiótico que se define por uma relação de paradigma” (*PLG II*, 1989, p. 230), o que se enunciava como *da língua para o discurso* – percurso extraído da leitura de *Os níveis da análise lingüística* e *A forma e o sentido na linguagem* –, pode também ser enunciado às avessas: *do discurso para a língua*.

Já que para Benveniste a sintaxe é trabalho dos sujeitos, esta está sempre à mercê da enunciação. É para a atribuição de referência que se dão relações sintagmáticas. Situadas estas relações no âmbito do semântico via integração do signo na frase, só há uma maneira de explicar a existência de sintagmas na língua: *a sintaxe da enunciação constitui a sintaxe da língua.*

Estudando-se as relações entre língua, tomada como sistema formal, e discurso, tomado como sistema semântico, num primeiro momento, atribuímos à palavra o papel de mediadora entre estes sistemas. Buscando-se compreender como este papel é desempenhado, verificamos que a palavra participa das séries associativas e coordenativas, responsáveis pela atribuição de significação.

Esta interpretação ainda não nos parecia satisfatória porque apresenta a Lingüística da Enunciação como uma extensão do que propõe o *Curso*, ou seja, “da língua para o discurso”. Apenas a consideração a este “percurso” não contempla uma noção de todo, e é assim que pretendíamos que o trabalho de Benveniste seja visto.

Submetemos, então, a noção de palavra – o que, aparentemente, nos estudos de Benveniste, se mostra como uma simplificação –, à explicitação do que o próprio Benveniste apresenta como palavra.

Diante do que coletamos, reformulamos agora a afirmação feita: não é somente a noção de palavra responsável pelas inter-relações entre língua e discurso, mas também a noção de sintaxe, que se destaca pelo estudo da palavra.

Assim, parece-nos que não é apressado dizer que a significação, não importa o âmbito considerado, é relativa à enunciação.

Retomemos o princípio anteriormente descrito como redutor, descrição parcial e, por que não dizer, equivocada. Afirmamos que o sentido requer uma sintaxe, posicionando-nos, naquele momento, na esfera do discurso. Ora, para Benveniste não há outra possibilidade de sintaxe que não a desta esfera.

Já que, em Benveniste, a sintaxe é atribuição do sujeito, os sintagmas da língua têm origem na enunciação. Assim entendidos, é possível compreender a relação entre palavra e signo. De onde mais proviria a significância senão do uso que a massa que dela faz uso?

Sentido e sintaxe são noções indissociáveis, tanto em Saussure como em Benveniste. Sintaxe em Saussure é forma resultante de inter-relações que se dão no espaço, visando à significação; sintaxe em Benveniste é formatação de uma idéia, palavras que exprimem sentido próprio à idéia porque sob influências recíprocas, as quais não se dão, obrigatoriamente, na linearidade.

Como a língua saussuriana é um sistema cujas relações são exclusivamente internas, qualquer modificação no sistema é originada na sua "exterioridade", sob freqüência relativa ao uso, não mais singularidade porque repetição responsável pela memória.

Assim, signos semantizados e sintagmatizados no uso ou palavras são passíveis de ingressarem na língua, expressando distinção relativa aos demais signos do sistema.

Nesta concepção, o sentido também pode constituir forma, referência singular que se pluraliza, ao coletivizar-se, a ponto de expressar pura distinção.

Benveniste nos diz que forma e sentido são noções gêmeas; seus estudos apontam que distinção e referência são noções gêmeas sob consideração da sintaxe: da distinção para a atribuição de referência, da atribuição de referência para a distinção, o percurso dos "níveis" em duas direções, ou seja, integração na primeira, dissociação na segunda.

Assim a sintaxe é uma, exigida pela significância, seja ela a da forma, seja ela a do sentido.

3 A INTERSUBJETIVIDADE NA LÍNGUA

As incursões que fizemos pela Teoria de Benveniste nos levam a concluir que a sintaxe de que os nossos estudos se ocupam é apenas uma, e é apresentada na perspectiva dialética.

Esta perspectiva não se justifica somente em consideração ao objeto sintaxe, é transversal à abordagem teórica que apresenta a língua como sistema de dupla significância.

Em Benveniste, língua e homem, este entendido como ser *no* mundo, homem entre os homens, expressão de vida, não podem ser vistos separadamente. A língua é constitutiva do homem, o homem assim o é pela língua, consciência de unicidade e distinção.

Pela língua, se instaura a noção de *pessoa* – eu diz *eu*; por seu dizer o homem se insere na língua e se propõe como locutor; então língua – porque *eu* é forma – e enunciação – porque é ato individual e único de língua – constituem o dizer de eu.

A noção de *pessoa* se apresenta, em Benveniste, dialeticamente: distinção – pessoa *eu*/pessoa *não-eu* – e constituição recíproca – *eu*↔*tu*. Do mesmo modo, se apresentam os "implícitos" à enunciação e seus correlatos – *aqui* e *agora/não-aqui* e *não-agora*, e, porque *aqui* e *agora*, possibilidade de referência a *não-aqui* e *não-agora* –, bem como os "indicadores" de subjetividade, signos da língua, palavras na e da enunciação.

Também, mediante este processo, o discurso é inteiramente subjetivo, ou, ainda, intersubjetivo. Porque apropriação, então subjetividade: o que é "exterior" à situação enunciativa – *o não importa o que, o não importa quem* – é trazido à instância de discurso e constitui o discurso, que é subjetivo. Porque subjetividade, então intersubjetividade: o presente, por exemplo, que é "do locutor", passa a ser o presente do alocutário; o discurso, que é do que se propõe como sujeito, constitui o discurso do alocutário na medida em que

este, assim como aquele, exercita a língua: um enuncia, outro interpreta o enunciado mediante as mesmas coordenadas: as do *aparelho* da língua e as do *aparelho* da enunciação.

Ao tratar forma e sentido, Benveniste apresenta-as como noções gêmeas. Não vemos outra possibilidade no tratamento de todas as noções senão esta, a de distingui-las para compreender que mutuamente se constituem. Esta visão se deve ao conceito de *língua* em Benveniste: *sistema de dupla significância* (*PLG II*, 1989, p. 64).

Por assim entender língua, não há como Benveniste negar o signo como unidade da língua, porém não há como reconhecê-lo como a única unidade, uma vez que seu objeto é a enunciação. E o que é a enunciação, senão a significância do signo, que é diferente, mas constitutiva da significância que o signo é chamado a dizer? E o que é a significância do exercício da língua, senão a frase[32], expressão de uma idéia única e singular, referência à atitude do sujeito e ao contexto enunciativo mediante signos atualizados pela própria idéia?

Considerando-se a relação até então estabelecida – distinção e constituição recíproca -, faz-se necessário verificar como esta relação se dá quanto à noção de dupla significância, atribuída à língua como *sistema*.

3.1 A FRASE COMO ÚNICA UNIDADE

A noção de dupla significância traz implicadas as noções de língua, na acepção saussuriana, e de discurso. À primeira destas noções corresponde o "mundo" das formas; à segunda, o do sentido. Forma e sentido, num primeiro olhar, são excludentes; tomados numa visão sistêmica, são constitutivos.

Benveniste atribui ao signo – *forma* na e da língua – expressão genérica, noção ampla, conceito, daí o motivo de não se poder dizer, quanto ao signo, qual é o seu sentido. O signo passa a ter sentido quando chamado a integrar a frase. Integrado à frase, o signo, porque *está* na frase, assume condição de *palavra*.

Ora, se a noção de sentido está atrelada à frase, e nem mesmo a palavra, por si só, tem este estatuto porque seu sentido emana da frase, a significância do sistema de signos está sob condição da frase. Somente na frase – o sintagma por excelência –, o signo abandona seu caráter generalizante e expressa um sentido, resultante das exclusões promovidas pelo sujeito,

[32] Uma vez que *frase*, na acepção de *enunciado*, consta, neste trabalho, em partes anteriores a esta, conservamos seu uso.

que o associa a outros signos e o elege para a expressão da idéia, ao mesmo tempo em que o coordena a outros signos também selecionados pela idéia.

A noção de dupla significância que, ao mesmo tempo, considera forma/sentido e forma-sentido ou língua/discurso e língua-discurso, expressa duas concepções de língua que, teoricamente, se fundem.

Enquanto a primeira considera unicamente forma, sob a noção de distinção, a segunda, porque apresenta *referência* implicada, considera forma e sentido. Sentido é língua que *refere*, língua submetida à enunciação, expressando "mundo" na perspectiva de quem o diz.

Como enunciação implica diálogo – atribuição de referência para co-referência –, compreende-se a generalidade da forma, associada à especificidade da situação enunciativa: reconhecimento do que é próprio à língua e compreensão do que é relativo à situação de língua.

O próprio da língua – noção ampla que possibilita que haja diálogo – e a situação de língua – o diálogo em si, referência e co-referência – reúnem-se na frase, expressão de puro sentido, assumido conjuntamente por seus constituintes que nada mais são, se da frase dissociados, que formas.

Reunindo, em si, a frase a noção de dupla significância, o sentido do signo na frase – palavra, uma noção específica, não mais uma noção geral, - pode, se considerado pela comunidade lingüística, agregar-se a esta noção geral e constituir uma unidade diferencial. O valor contextual, neste caso, dado pela enunciação, passa a constituir o valor virtual.

Pela via deste princípio, a enunciação também se marca pela diferença. Cada enunciado é sempre único; ainda que seja repetido – *Senhores!* –, nunca será igual ao anterior já que a situação discursiva jamais será a mesma.

Retomam-se, assim, Saussure e Benveniste, respectivamente em:

> Na língua tudo se reduz a diferenças, mas tudo se reduz também a agrupamentos (*Curso*, 1969, p. 149).
>
> Opor a forma ao sentido é uma convenção tão banal e os próprios termos parecem assim usados; mas se nós tentarmos <u>reinterpretar esta oposição no funcionamento da língua</u> integrando-a e esclarecendo-a, ela retoma toda sua força e sua necessidade; vemos então que <u>ela contém em sua antítese o ser mesmo da linguagem</u>, pois eis que de um só golpe ela nos coloca <u>no centro do problema mais importante, o problema da significação</u> (*PLG II*, 1989, p. 222) (Grifos nossos).

O fato de o plano da enunciação cumprir o que é estabelecido para o plano do signo, também nos leva a crer na possibilidade de a enunciação fazer-se presente neste plano, sob forma de frase.

Como para Benveniste a língua é um sistema de dupla significância por meio do qual "pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma" (*PLG II*, 1989, p. 62) (Grifo nosso), e como o sentido é próprio à significância da enunciação, propomos que *na ordem do signo, o diferencial tenha origem na enunciação.* Desta maneira, assim como o paradigma constitui o sintagma, o sintagma constitui o paradigma, e as noções gêmeas far-se-ão de tal modo articuladas, a ponto de poder ser desprezada a noção de *duas maneiras de ser língua*, entendendo-se apenas *língua.*

Anulando a duplicidade relativa à língua, propomos que a subjetividade que se expressa, configurando um *emprego*, nuance do conceito genérico, a qual se manifesta por meio de conexão, possa se integrar a este conceito, generalização que será associada a outras sempre que a situação enunciativa assim a exigir, manifestando o "subjetivo" que a originou.

Assim, entendemos que, subjacente ao signo que, por meio de associações, seja trazido a constituir a "idéia", haja uma "idéia" anterior, expressão de uma "realidade" vivida, agora memória. Nesta situação que assim se apresenta, uma enunciação suscita outras enunciações. A primeira é relativa à "presente" instância de discurso; as demais, resquícios de situações enunciativas que, de singulares, devido ao uso, se generalizaram.

Propomos, em suma, um sistema que, dialeticamente, mobilize as noções de forma e sentido. O reconhecimento de uma forma implica o reconhecimento da possibilidade de esta forma expressar um sentido, embora não se possa dizer qual seja ele. Uma forma isolada, como, no exemplo de Benveniste, "chapéu", suscita inúmeras *possibilidades de sentido,* remanescentes de situações enunciativas em que uma frase, da qual tal forma é integrante, atribui uma certa referência à atitude do sujeito e ao contexto discursivo.

Do mesmo modo, compreender o sentido de uma palavra é promover associações, reconstituindo *possibilidades de* sentido – distinções –, memória de relações possíveis, promovendo descarte daquelas que não se coadunam com a referência atribuída.

Nesta visão, a língua é expressão de intersubjetividade. Já que forma suscita sentido, e sentido suscita possibilidades de sentido relativas a uma certa forma, é o sentido que rege a língua.

3.2 A INTERSUBJETIVIDADE *NO* E *DO* SISTEMA

Como visamos a uma interpretação da Teoria de Benveniste, não podemos nos furtar a adotar procedimentos por ele utilizados. Afirmamos que, por meio de oposição/constituição, o que, num certo momento, é apresentado como dicotômico, em seguida, passa a ser visto como unitário.

Afirmamos que há apenas língua, apesar de serem tratadas duas maneiras de ser língua; afirmamos que a frase é a única unidade da língua, embora o signo seja tomado, também, como unidade. Valendo-nos da dialética apresentada por Benveniste, perseguimos a idéia de que o coletivo da língua tenha origem em uma situação singular de língua.

O que assim apresentamos é algo que muito se aproxima do que Benveniste estuda em *Semiologia da língua*, no que tange a relações que se estabelecem entre sistemas. Não priorizamos o tratamento de tal fenômeno quanto a relações que se estabelecem entre sistemas, observamos somente o sistema *língua*, uma vez que Benveniste o descreve como *de dupla significância.*

> O caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia é sua propriedade de significar ou SIGNIFICÂNCIA, e sua composição em unidades de significância, ou SIGNOS (*PLG II*, 1989, p. 52).

Língua como *duas maneiras de ser* preenche o que, na afirmação acima, é apontado como critério, pois cada "âmbito" de significância apresenta unidades de significação: em um, a unidade é o signo; em outro, a unidade é a frase.

Apesar desta duplicidade e por esta duplicidade, a língua pode interpretar-se a si mesma; outros sistemas cujas unidades não são significantes – na música e nas artes plásticas, cada obra é uma "sintaxe" proposta pelo autor – ou sistemas que apresentam unidades que não se podem combinar, têm a língua como interpretante.

Entendemos que o fato de a língua ser apresentada como sistema duplicado, que contém duas unidades, é positivo, pois, pelo acréscimo do segundo, é superada a distinção como critério único, possibilitando a língua em uso; entretanto entendemos também que estas duas unidades deverão estar combinadas, a ponto de constituírem uma só unidade, os signos deste sistema.

A língua é tomada como interpretante de outros sistemas devido a relações que com eles mantém, quais sejam:

a) relação de engendramento – pressupõe a construção de um sistema com função específica, a partir de um sistema distinto, ressalvado o fato de que os sistemas sejam de mesma natureza;
b) relação de homologia – correlação que se estabelece entre conexões percebidas ou estabelecidas, pertencentes a dois sistemas distintos, a qual servirá de princípio unificador entre os sistemas ou criará uma nova série de valores semióticos (*PLG II*, 1989, p.61-2).
c) relação de interpretância – a que considera a existência de um sistema interpretante e de um sistema interpretado.

Sobre a última, Benveniste diz que:

> Do ponto de vista da língua, é a relação fundamental, aquela que divide o sistema em sistemas que se articulam, porque manifestam sua própria semiótica, e sistemas que são articulados e cuja semiótica não aparece senão através da matriz de um modo de expressão (*PLG II*, 1989, p. 62).

Deslocando-se estas relações, sob consideração exclusiva, ao sistema lingüístico, é mister atribuir a este sistema duplicidade de domínios – daí a razão de Benveniste tê-lo dividido em *semiótico*[33] e *semântico*. Deste deslocamento e da conseqüente duplicidade, poder-se-á atribuir à própria língua a relação de interpretância.

Tendo-se em vista homologia, língua (ou âmbito semiótico) e discurso (ou âmbito semântico) são homólogos, dado que ambos têm como fundamento significação, a qual, em um e em outro, se estabelece paradigmaticamente e sintagmaticamente.

Uma vez que, tanto em um como em outro, a significação decorre de organizações horizontais e de organizações verticais, esta propriedade deverá funcionar (1) como princípio unificador entre os sistemas ou (2) criará uma nova série de valores semióticos. Como ainda pretendemos aprofundar discussões, retomaremos, mais além, o exame desta propriedade, a fim de determinar sua função no sistema lingüístico.

Quanto à relação de *engendramento*, até aqui podemos dizer que:

---

[33] Necessário é distinguir os usos de *semiótico*: em *Semiologia da língua*, este termo indica sistema, independentemente de sua natureza, cuja unidade é um signo; na distinção *semiótico/semântico*, indica sistema de signos lingüísticos, na concepção saussuriana.

a) língua engendra discurso, pois os signos – valores distintivos- se atualizam na frase – valores contextuais;
b) discurso engendra língua, pois, considerando os parâmetros desta, estabelece conexões novas que, por serem língua, passam a ser reconhecidas como língua.

Embora estabeleçamos estas relações, elas não recobrem o que Benveniste propõe como *engendramento*, pois é pelo autor previsto um *sistema com função específica* e, apesar de cada "âmbito" da língua apresentar significação como fundamento, significação, em um e em outro, é vista de forma própria, ainda que os mecanismos que as promovam sejam semelhantes. Também este aspecto será motivo de retomada, quando tivermos mais dados à disposição para que uma posição seja tomada quanto à função exercida por cada um destes "sistemas".

Sobre a relação de *interpretância* é inoportuno ainda qualquer posicionamento, devido ao fato de esta relação pressupor as anteriores, e, sobre estas, ainda algumas decisões precisam ser tomadas.

Benveniste, em *Semiologia da língua*, operando com a noção de *dupla significância*, atribui à língua o papel de *interpretante-interpretado*. Operando com estas noções, nós dizemos que:

a) a noção de dupla significância permite considerar apenas *língua;*
b) a língua é intersubjetiva;
c) a intersubjetividade na e da língua possibilita que a língua seja interpretante de si mesma.

Tendo-se em vista tais afirmações, desdobremos a noção de *semiótico*. Benveniste usa este termo na *Semiologia da língua* e em *A forma e o sentido na linguagem*. Nestes dois textos, *semiótico* significa *sistema de signos*; no primeiro, a língua é tomada como sistema semiótico, e é considerado *semiótico* qualquer sistema de signos, sem relevância à sua natureza; no segundo, *semiótico* também diz respeito à língua, entretanto o termo *língua* é restrito à definição formulada por Saussure.

Neste desdobramento que propomos, devido à interpretação que fazemos, entendemos por *semiótico*:

a) sistema de signos distintivos no qual, *para* e *pela* atribuição de referência, o locutor promove associações com o intuito de seleção;
b) sistema de signos referenciais.

À primeira noção de *semiótico* correspondem a Lingüística Saussuriana assim como a noção relativa à distinção *semiótico/semântica*, apresentada por Benveniste. Esta noção estudada por ambos autores, conforme já discutido ao longo deste trabalho, é por nós modificada devido à maneira como interpretamos a integração do signo à frase.

Concebemos esta integração como resultante do entrecruzamento de valores distintivos e contextuais, ou seja, que relações paradigmáticas e relações sintagmáticas se processem concomitantemente, em razão de atribuição de referência.

Já que atribuição de referência assume um papel preponderante nos mecanismos que permitem língua, propomos que, ao processo que a Lingüística do Signo denomina *relações associativas*, se agregue o trabalho de seleção efetuado pelo locutor. Entendemos que a inserção do locutor na língua, visando a um dizer, o leve a considerar a língua *toda*, promovendo associações atinentes a seu dizer, de modo a selecionar o signo que melhor lhe convém.

Nesta visão, associações não são aleatórias, ou seja, não existem "grupos" associativos pré-determinados, pois se objetiva seleção, do mesmo modo que consideramos que a seleção é determinada pelas demais escolhas feitas para a constituição do dizer.

Em nossa proposta, substituímos o termo *relações associativas* por *relações associativo-seletivas*, entendendo que a integração do signo à frase não possa ser vista como um ato isolado, como uma simples inclusão, mas como um processo em que o distintivo e o contextual se complementem.

Este entendimento de inter-relações que constituem *língua* demove o que apresentamos como noção primeira de sistema semiótico. Se o que motiva o processo associativo-seletivo é o processo de sintagmação, e vice-versa, só há um processo em jogo: o de constituição da frase. Assim como em outras situações já estudadas, o estabelecimento de relações opositivas é fundamental para a compreensão de que, pela via da oposição, chega-se à noção de constituição, aqui também o é.

A partir de agora, devido à noção de língua que consideramos, embora não refutemos as noções de valores distintivos – o que é possibilidade de língua – e de valores contextuais – o que é relativo a uma situação de língua – preferimos falar em *valor referencial*, já que o entendimento que temos de frase é atribuição de referência à atitude do sujeito e à situação enunciativa.

Uma vez que tomamos língua como expressão de valor referencial, sua unidade é a frase, termo que, na nossa concepção, corresponde a sintagma ou a enunciado. Assumimos, conforme Benveniste, que, fora da frase, concebida como fruto de inter-relações entre signos, o signo tem apenas indicação de pertencimento à língua ou possibilidade de constituir frase.

Além disto, pela interpretação que fazemos de constituição de frase, o "tesouro de signos" só tem existência na e pela enunciação. É somente em uma situação de língua que o locutor aciona o repertório de signos armazenado em sua memória. Então, é bem verdade, como afirma Saussure, que signos não são abstrações, mas unidades concretas, na medida em que na e para a materialização da *idéia que refere*, passam a existir, quer como conjunto de associações, quer como signo eleito a partir das associações que são promovidas.

Daí também decorre o sistema de signos não corresponder a uma nomenclatura, como diz Saussure. Na e pela referência, o signo não apenas tem existência, mas também manifesta valor distintivo. A isto Benveniste denomina *emprego*: valor na frase, expresso por relações sistêmicas horizontais e verticais; a isto denominamos *valor referencial.*

Tendo examinado a noção de semiótico enquanto sistema de signos distintivos, integrando-o a sistema semântico – e aqui mantemos a distinção formulada por Benveniste, bem como seus termos, os quais substituímos, neste trabalho, por *língua*, tendo em vista o modo como percebemos a integração do signo à frase –, passamos a examinar a segunda noção de semiótico elaborada – sistema de signos referenciais –, que contempla, também, a noção de sistema e a noção de signo. A noção de sistema servir-nos-á para atribuir à língua a condição de interpretante, e a noção de signo funcionará como operador da relação interpretante-interpretado.

Consideramos que a unidade da língua é a frase, e, por isto, tomamos a língua toda como sintagmática. Descrevendo assim língua, a definimos como sistema semiótico cujo signo é a frase. A língua é um sistema tomado por quem a utiliza como valor de referência.

Pensamos esclarecer, assim, a afirmação apresentada por Benveniste, ao tratar a frase em *Os níveis de análise lingüística.* Esta afirmação faz-se obscura, desde que não se considere *signo* com diferentes acepções, oriundas de óticas diferentes, relativas a sistemas distintos.

> Pelo fato de não constituir uma classe de unidades distintivas, que seriam membros virtuais de unidades superiores, como o são os fonemas ou os morfemas, a frase distingue-se naturalmente das outras entidades lingüísticas. O fundamento dessa diferença consiste em que a frase contém signos, <u>mas é ela mesma um signo</u>. Uma vez reconhecido isso, evidencia-se claramente o contraste entre os conjuntos de signos que encontramos nos

> níveis inferiores e as entidades do nível presente (*PLG I*, 1995, p. 138) (Grifo nosso).

Como a frase ou sintagma é um signo, e, sendo signo, é diferente dos signos que contém, resta-nos precisar em que reside esta diferença, mas também demonstrar em que reside o fato de a frase ser um signo.

Desta diferença e também desta semelhança emana a consideração à língua como intersubjetiva e, daí, a sua condição de interpretante de si própria.

Para que algo seja tomado como signo, é preciso que seja reconhecido como tal. Como já vimos, em relação aos constituintes da frase, reconhecimento implica pertencimento à língua. Quanto à frase, podemos atribuir-lhe a propriedade de signo caso seja reconhecida como pertinente à situação enunciativa[34]. Tanto a frase como os elementos que a constituem somente podem ser considerados signos se de domínio dos que usam a língua.

Reconhecimento, portanto, é uma exigência para *ser signo*, e reconhecimento atua em duas dimensões, ao mesmo tempo opostas e complementares: opostas porque implicam *ser da língua* e *ser da situação enunciativa*; complementares porque *ser da língua* implica *ser da situação enunciativa*, assim como *ser da situação enunciativa* implica *ser da língua.*

Interpretamos *complementaridade* como *compreensão*, e compreensão é relativa à *intersubjetividade*, noção que nos remete a toda a atividade requerida do locutor e do alocutário: processo de inserção na língua para atribuição de referência e de co-referência. É deste exercício que decorre o sentido, que não existe por si mesmo no signo, independentemente da acepção que se dê a esta palavra; há sentido na medida em que é atribuído por aquele que enuncia e por aquele a que a enunciação se dirige. Assim, se a língua não se faz objetivando intersubjetividade, ela é inócua.

Nesta medida, a língua é intersubjetiva. Requer que os signos que constituem o sintagma sejam reconhecidos e compreendidos pelos sujeitos a partir dos mesmos padrões de referência: a língua é a mesma, a situação de língua também o é. Para que assim o sejam, importa que sejam língua. Língua é, pois, sistema de signos referenciais.

---

[34] Sobre esta interpretação relativa a *reconhecimento*, ver *PLG I*, 1995, p. 140-1.

3.3 SISTEMA SINTAGMÁTICO: INTERPRETANTE-INTERPRETADO

Afirmamos que do fato de a língua ser intersubjetiva deriva a sua condição de interpretar-se a si mesma.

Tomemos este sistema, tal como foi definido anteriormente, e determinemos neste sistema, a partir da noção de signo, as relações que a língua estabelece "internamente", enquanto sistema.

Verificamos que na língua há relação de homologia, considerando-se inicialmente dois sistemas, os quais designávamos como língua (ou semiótico) e discurso (ou semântico). Esta relação tem como base significação decorrente de relações paradigmáticas e sintagmáticas identificadas em ambos. Na oportunidade em que verificamos que tais sistemas são homólogos, não estipulamos a função desempenhada pelas relações verticais e horizontais, que se dão em ambos.

A partir dos estudos realizados, diremos que relações paradigmáticas e relações sintagmáticas funcionam como (1) princípio unificador entre os dois sistemas, (2) criando uma nova série de valores semióticos.

Como negamos a existência de disjunção entre língua e discurso, consideramos a frase como unidade do sistema semiótico *língua*.

Este sistema semiótico tem como função a atribuição de referência, ou seja, cada situação de língua caracteriza-se por *um* dizer e dizer-se, e a isto chamamos *frase*.

Frase, expressão sempre única e singular, relativa a sujeitos e situação enunciativa, porque assim o é, apresenta sempre uma certa organização requerida pelo dizer e dizer-se.

Esta organização, ao mesmo tempo em que se caracteriza por ser uma unidade significativa – é um signo intersubjetivo – considera significação que emana de seus constituintes, os quais, por meio de inter-relações que estabelecem entre si, expressam valores referenciais.

Tais valores estabelecem-se complementarmente, tendo em vista a finalidade da frase – a atribuição de referência e de co-referência à atitude do sujeito e à situação discursiva. Importa pertencimento ao que é considerado de domínio dos sujeitos – a língua que ambos falam –; importa a relação com a situação em que ambos se incluem. Ambos os aspectos,

todavia, não podem ser vistos separadamente, enquanto pertencentes a dimensões diversas: resultam de relações sistêmicas.

Desta maneira, relações paradigmáticas e relações sintagmáticas funcionam como princípio unificador do sistema, não porque a língua se organize em duas dimensões, mas porque a língua se constitui como sistema de relações. Assim funcionando, a língua cria valores semióticos referenciais próprios a uma situação de língua, particulares, singulares, irrepetíveis, porque intersubjetivos.

Como a língua tem frase como unidade, ser língua é ser frase. Neste sentido, pode-se falar em engendramento: língua engendra língua ou frase engendra frase.

Ao reduzirmos todo o sistema a simplesmente língua, negligenciamos a oposição semiótico/semântico e, por conseqüência, a oposição forma/sentido, atribuindo à língua expressão de sentido, já que a definimos como sistema de signos referenciais que se marca por intersubjetividade.

Para assim procedermos, reinterpretamos relações associativas, incluindo nestas os sujeitos que as promovem, tendo em vista atribuição de referência. Devido a esta inclusão, passamos a denominar tal processo como *associativo-seletivo*.

Ora, se consideramos seleção implicada em associações, há de se admitir que existe um determinado sentido a expressar. Ao serem promovidas associações, se está configurando um certo sentido, ao qual convém uma determinada escolha, e não outra qualquer.

Certamente o caráter distintivo de um signo – aqui, na acepção saussuriana – só se manifesta no momento em que é atualizado em uma frase, porque tal distinção resulta também das demais “atualizações” nela presentes, entretanto, ao se realizar uma determinada escolha, outras possíveis são desprezadas Ora, o que é selecionado melhor se conforma ao sentido, pela significação que expressa correlativamente às demais “significações” que constituem a frase. Isto nos leva a crer que a língua, porque intersubjetiva, se faz com frase. Subjacente a qualquer manifestação de língua há sempre uma frase, expressão de um sentido, ainda que latente. Assim entende-se a razão de Saussure insistir em que a língua de que ele trata, comporte frase; assim entende-se porque Benveniste também considera a existência de

sintagmas no campo do signo; assim também se entende porque locutor e alocutário realizam associações muito próximas[35].

Por ser apenas sentido, a língua interpreta a língua. Inserindo-se na língua, os sujeitos configuram-na, e estas configurações expressam língua, cuja função é referir uma idéia relativa à atitude do sujeito e à situação enunciativa.

Não negamos que haja uma "outra" língua, mas desta nada podemos dizer, exceto reconhecer suas unidades. É para que assim seja que o estudo desta "outra" foi proposto. "Chapéu" existe? Sim. "Chaméu" existe? Não. Em que medida *chapéu* tem existência? Somente se chamado a dizer *chapéu*, seja lá qual. O dizer dá existência a *chapéu*, assim como *dizer chapéu* dá existência a algo que assim é dito.

Segundo Benveniste,

> A língua é o único sistema em que a significação se articula em duas dimensões. [...] O privilégio da língua é comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância (*PLG II*, 1989, p. 66).

Nesta afirmação de Benveniste, língua é apresentada como sistema de dupla significância, e consideramos interessante o fato de a significância, apesar de dupla, estar sob a égide da simultaneidade, que gera *um segundo nível de enunciação.*

Quanto à dupla significância, perguntamos como compatibilizá-la com a noção de *língua em funcionamento*[36], da qual se depreende língua submetida à enunciação?

Convém retomar a noção de *apropriação,* apresentada como a primeira do processo relativo à colocação da língua em funcionamento. Apropriação se realiza em razão de *agenciamento.* Concebemos *apropriação* como inserção do sujeito na língua, promovendo uma certa configuração no sistema, a qual considera atribuição de referência.

Como atribuição de referência implica sentido próprio àqueles que põem a língua em funcionamento, os sujeitos *estão* na língua, e mais: o sentido promovido pelos sujeitos requer uma sintaxe, portanto, o processo associativo-seletivo, realizado com o intuito de expressar

---

[35] O que apresentamos, é estudado em *Derivação delocutiva: um estudo do processo de formação de verbos do português*, por Valdir do Nascimento Flores e Silvana Silva, que tomam como fundamento *Os verbos delocutivos*, de Benveniste.

[36] A noção de dupla significância consta em texto datado de 1969; a de língua em funcionamento, expressa em *O aparelho formal da enunciação*, é de 1970.

uma idéia, está condicionado à expressão da mesma, ou seja, a significância do signo – como diz a citação de Benveniste – está a serviço da significância da enunciação.

Desta forma, não há como se admitir um *segundo nível de enunciação* encarregado de interpretar os níveis anteriores, quanto à significância. Há enunciação, apenas enunciação, e o sujeito está na língua. Toda a língua é intersubjetiva.

Isto não impede que se considere que a língua interprete a língua. Nesta interpretação baseia-se a atribuição de referência e de co-referência. As "figuras" da enunciação, ambas constituídas pela e na língua, são interpretantes da língua e pela língua são interpretadas; esta interpretação é fundamento do diálogo em todas as situações de língua.

Falar é sempre falar-de (*PLG II*, 1989, p. 63); acreditamos ter falado de uma Lingüística da Enunciação, que não é uma nova dimensão da significância, mas a dimensão da significância que Benveniste proporcionou que víssemos em seus estudos.

4 PARA UMA LINGÜÍSTICA DA ENUNCIAÇÃO

Todas as reflexões feitas até então têm como objetivo a formulação de um conjunto de enunciados que nos possibilitem afirmar a existência de uma Lingüística da Enunciação.

Este campo do conhecimento que assim anunciamos baseia-se em proposições apresentadas por Benveniste nos *Problemas de Lingüística Geral I* e nos *Problemas de Lingüística Geral II*, as quais lemos com o intuito de formalizar o que se apresenta nas linhas finais da *Semiologia da Língua* (*PLG II*, 1989), texto publicado em 1969, portanto situado entre os últimos produzidos, nas quais é afirmada a necessidade de "ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua" (p.67) (Grifo nosso).

Assim como Benveniste sempre considerou a noção saussuriana de signo, também a consideramos, porém esta consideração é apresentada por nós como implicada na atribuição de referência. A Lingüística que pretendemos referendar toma atribuição de referência como mote, conseqüência de a enunciação constituir a noção de intersubjetividade e, por meio dela, constituir-se, e a validação desta Lingüística depende da apresentação de princípios teóricos verificáveis em situações de língua.

Todos os escritos até agora por nós produzidos visam à elaboração de princípios teóricos que sustentem uma Lingüística da Enunciação. Embora todo este esforço, a tessitura teórica não é suficiente, se não estiver amparada em práticas que a comprovem. Assim sendo, nos dispomos, no momento, a elencar algumas premissas que suportem descrições de fenômenos lingüísticos e apresentar um *corpus* para, posteriormente, verificar a consistência e pertinência do que se propõe como Lingüística da Enunciação.

4.1 PREMISSAS

A Lingüística que descrevemos, tem como objeto a *enunciação*, definida por Benveniste como "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (*PLG II*, 1989, p. 82). Embora concebida como *ato individual*, a enunciação é processo: processo enquanto colocação em funcionamento; processo, ainda que paradoxal, enquanto ato individual.

A enunciação, momentaneamente, é ato individual de tomada de palavra, individualidade fugaz, pressuposta pelo ato: constituição de locutor que, para assim constituir-se, constitui alocutário; por isto, não mais individual, nem mesmo ato, processo que instaura o diálogo.

A enunciação promove à existência dois "seres" lingüísticos que têm em comum a instância de discurso, um certo *aqui-agora* que por ambos é partilhado e do qual ambos são parte. Constituintes e constituídos *na* e *pela* enunciação, implicitamente situados *na* e *pela* enunciação, num tempo-espaço, também pelo ato que lhes dá existência, inserem-se na língua e a exercitam, tendo como fim a atribuição de referência.

A noção de subjetividade, por meio da qual muitas vezes é definida a Teoria da Enunciação, de Benveniste, decorre do ato e, por isto, é noção primeira e necessária àquela que instaura o processo: a enunciação é processual e de caráter *intersubjetivo*, quer pela constituição do "quadro" a partir do qual se formaliza, quer pela função desempenhada pelos componentes do "quadro", que a sistematizam.

Enunciação entendida como *língua em funcionamento* desencadeada por um ato que instaura a noção de intersubjetividade, imprime à língua o estatuto conferido por esta noção: *a língua é intersubjetiva*.

A intersubjetividade *na* e *da* língua perpassa *toda a língua*, pois toma a língua sob o seu aspecto primordial que é a língua *in vivo*, a língua dizendo o "mundo", na perspectiva de quem o diz. O locutor que diz o "mundo", que é o "seu" mundo, dada a forma como se constitui e como é constituído, considera a língua enquanto sistema coletivo e enquanto sistema referencial.

Tomar a língua como sistema, implica admitir a existência de unidades a partir das quais o sistema se organiza, considerando o critério que dispõe estas unidades sistemicamente. Esta Lingüística, que se pauta pela noção de intersubjetividade, considera

sujeitos *em* e *de* um sistema de unidades distintivas, do qual, a cada manifestação lingüística, os sujeitos se apropriam, configurando-o de forma própria à seleção daquelas unidades que são compatíveis com a atividade que eles realizam.

Esta inserção dos sujeitos na língua, com vista à colocação da língua em funcionamento, exige que os sujeitos executem um trabalho *com* e *na* língua – o que denominamos *sintaxe da enunciação*. *Sintaxe da enunciação* é entendida como atividade do sujeito *com* e *na* língua, exigência da *promoção de sentido.*

O exercício da língua objetiva a atribuição de referência pelos sujeitos, a expressão da vida *pela língua e da língua*, a língua a serviço da vida, um sentido expresso pelos sujeitos que, inseridos numa situação discursiva, consideram, no seu dizer, a situação que os inclui.

Sendo a atribuição de referência a língua "viva", é a atribuição de referência que rege todos os mecanismos lingüísticos relacionados à enunciação, desde a sua origem – a instalação do "quadro" enunciativo – até a enunciação "materializada": a frase ou enunciado.

A Lingüística que toma a língua como intersubjetiva tem como *unidade a frase, atribuição de referência que considera e revela a atitude dos sujeitos e o contexto enunciativo.*

Neste sentido, o sistema de unidades distintivas se "molda" à atribuição de referência, é ela que determina quais as unidades necessárias à constituição da frase, unidades que, *para* e *na* atribuição de referência, se organizam sistemicamente, indicando, concomitantemente, valor distintivo e valor contextual, o primeiro resultante de associações entre estas unidades, realizadas pelos sujeitos, que as têm na memória, para a seleção de uma que se conforme à "idéia" – agora, não mais apenas indicação de valor distintivo, mas contextual –, em conivência com as demais unidades selecionadas.

A língua intersubjetiva, cuja unidade é a frase, língua materializada na e para atribuição de referência, é *um sistema de signos referenciais – distinção e contextualização simultâneas.*

Nesta concepção, língua é sempre expressão de sentido, sentido que é atribuído pelos sujeitos e, para que assim o seja, os sujeitos se apropriam de todo o sistema e, a partir de noções amplas e diferenciais, "moldam" a idéia que refere, destacando de cada uma destas noções, por meio de inter-relações que estabelecem entre elas, o que à referência convém. O que é selecionado e é "geral", restringe-se, tornando-se um específico, próprio à atribuição de referência.

Como a atribuição de referência demanda e comanda todo este trabalho na e com a língua, trabalho que é constante, devido à renovação incessante da idéia a referir, a especificidade relativa a uma certa situação pode se tornar genérica. Um uso singular se pluraliza, a freqüência de um uso cristaliza o que se propunha como fugaz, a ponto de o que era próprio a uma única situação, ser trazido a inúmeras outras, diversas da original, porque novas e particulares.

Dado que a língua é intersubjetiva, a intersubjetividade se evidencia sempre, desde que seja língua: língua como manifestação relativa a um *eu-tu-aqui-agora*, língua como *possibilidade de língua*.

Para que os enunciados que apresentam pressupostos teóricos sobre a Lingüística da Enunciação como tal se constituam, é preciso que a enunciação seja chamada a dar seu testemunho.

A partir de então, por meio de estudos em que se descreve a língua, submetemos a interpretação que fazemos ao confronto. Buscamos, em outros textos de Benveniste, a confirmação do que seu pensamento nos inspirou. Lemos outros textos sob consideração de três princípios, aqui já explicitados, os quais, resumidamente, assim se escrevem:

a) a língua é intersubjetiva;
b) a língua tem como unidade a frase;
c) a língua é um sistema de signos referenciais.

4.2 *CORPUS*

O que neste trabalho se toma como *corpus* é um conjunto de artigos produzidos por Benveniste, nos quais são apresentadas descrições de fatos da língua[37]. Como é Benveniste quem procede às análises dos fenômenos lingüísticos, nos dedicamos a estudá-las, visando guindar estes estudos à categoria de *prática* do que se propõe como um campo de conhecimentos, que apresentamos como Lingüística da Enunciação.

[37] Benveniste, em *Os níveis de análise lingüística*, afirma que descrições, sob bases científicas, consideram *fatos*, os quais devem ser tomados como tais a partir de critérios que os definam. Em relação à linguagem, a descrição considera estruturas formais analisadas à luz de procedimentos e critérios adequados. Faz-se necessário, em se tratando de linguagem, ordenar os fenômenos a serem analisados e os métodos de análise, a fim de que a descrição se dê em relação a conceitos e critérios preestabelecidos, de modo a expressar coerência (*PLG I*, 1995, p. 127).

O objetivo da tarefa que empreendemos assim se lê: a partir da teoria da *Lingüística da Enunciação,* busca-se aliar *teoria* e *prática,* uma vez que, nas descrições de fenômenos lingüísticos realizadas por Benveniste, procuram-se identificar, como fio condutor, os princípios teóricos que designamos como Lingüística da Enunciação.

Desta maneira, propomos que teoria e prática se inter-relacionem dialeticamente: opostas porque fazeres diferenciados – a primeira apresenta um pensar sobre a língua como sistema intersubjetivo; a segunda apresenta a manifestação da língua, descrevendo-a como sistema intersubjetivo – e complementares porque fazeres que visam a um olhar sobre a língua, proporcionado pela língua que, por manifestar-se como sistema intersubjetivo, como sistema intersubjetivo é descrita.

Devido a esta consideração, no objetivo formulado, estabelecemos uma relação de causa-conseqüência. Embora reconheçamos a existência de dois objetivos nesta apresentação, não os queremos desdobrados, queremos que constituam uma unidade que dê conta da comprovação de uma hipótese: os *Problemas de Lingüística Geral I* e os *Problemas de Lingüística Geral II,* embora divididos por seu autor em *partes,* cada uma delas encabeçado por um título relativo a uma unidade temática – e os temas são vários e guardam certa especificidade –, formam um todo no qual a língua é tratada na perspectiva enunciativa.

Desta afirmação, depreende-se que nosso ponto de vista é muito próximo do de Normand que, ao dedicar-se ao estudo da obra de Benveniste, num primeiro momento, classifica os artigos publicados nos *Problemas* – textos canônicos/textos de análise, textos de balanço (sínteses)/textos de pesquisa (análises), textos de parada/textos de abertura (1996) – e, depois aprofundando estudos, observa que:

> [...] os textos "canônicos" concernentes à enunciação não parecem ter estatuto particular na obra de Benveniste. Como outros textos, eles fazem intervir, na descrição dos fenômenos lingüísticos, os parâmetros do sujeito e da significação e pode-se neles verificar a mesma clivagem entre análises concretas e textos teóricos. [...] A particularidade dos textos ditos de enunciação não é levar em conta a subjetividade, mas estudá-la em seus índices mais visíveis e, a partir disto, fazer um estudo lingüístico sistemático, servindo de fundamento privilegiado à teoria que Benveniste chama ora de *semântica* ora de *semiologia* (1997, p. 32) (Grifos nossos).

A bem da verdade, a unidade que propomos à leitura de Benveniste, à medida que realizávamos estudos, foi se configurando diferentemente. Ao decidirmos empreender este trabalho, que propomos como sintaxe da enunciação, tínhamos em mente que comportaria tão-somente compatibilizar as nossas leituras da teoria com o que Benveniste apresenta como

Funções sintáticas[38]; mais tarde, percebendo as implicações que as noções que se manifestavam permitem, verificamos que não só cabe tratar das *Funções sintáticas*, como também artigos inseridos em outras seções, tais como *Estruturas e análises* e *Léxico e cultura*, os quais são, mormente, de cunho descritivo.

Além desta possibilidade de ampliação relativa à leitura de artigos, proporcionada pela interpretação teórica, Benveniste nos autoriza a incursionar pelos seus trabalhos, desconhecendo as classificações de textos feitas por ele, pois o que o próprio autor apresenta sob o título de *Funções sintáticas*, leva-nos a formular a hipótese de que o que ele assim denomina não corresponde à oposição clássica: estudos do léxico, morfologia e sintaxe. Vejamos suas palavras, ao apresentar estudo sobre os compostos eruditos em *Formas novas da composição nominal*, artigo que se insere em *Funções sintáticas*.

> Há em francês um grande número de compostos formados de elementos greco-latinos. A maioria deles faz parte do vocabulário científico. Eles não são incluídos nos quadros da composição, justamente em razão de sua origem. Eles parecem pertencer à morfologia das línguas clássicas, conformando-se ao modelo herdado ou imitado dessas línguas, mesmo que tenham sido criados na época moderna (*PLG II*, 1989, p. 165) (Grifos nossos).

Como Benveniste, ao mesmo tempo em que ignora estas fronteiras, estudando composição nominal sob o rótulo de funções sintáticas, admite-as, não só temos seu aval para outras leituras, como também temos indício de que os estudos de fatos da língua realizados por este lingüista convergem para o que apresentamos como atividade dos sujeitos *com* e *na língua*.

Paradoxalmente, embora afirmemos que o que descrevemos como *sintaxe da enunciação* perpassa os textos de análise, independentemente do que o título do conjunto em que estes textos se incluem possa sugerir, manteremos, no próximo capítulo, as divisões feitas nos *Problemas de Lingüística Geral I* e nos *Problemas de Lingüística Geral II*.

A organização do trabalho, encimada pelos títulos, *Estruturas e análises*, *Funções sintáticas*, *Léxico e cultura*, objetiva demonstrar que a língua, não importa a faceta, é sempre intersubjetiva; é feita, implícita ou explicitamente, com frases; é um sistema semiótico baseado em co-referenciação.

---

[38] Esta é a perspectiva apresentada no Colóquio Leituras de Benveniste, no artigo *Para o estudo da sintaxe da enunciação*, publicado nas *Letras de Hoje* (dez. 2004).

Apesar de a organização geral do trabalho se pautar pela organização dos *Problemas*, o mesmo não se dá em relação aos textos lidos. Estes, em alguns casos, dependendo da leitura que deles se faz, são fracionados, submetendo-se cada uma de suas partes a uma reflexão.

Já que tomamos a liberdade de interferir nos textos, assumimos a responsabilidade de conferir um título àquilo que deles extraímos.

Como nosso propósito é o estabelecimento de inter-relações entre o que Normand chama de textos teóricos e textos de análise, tomamos o universo de artigos que apresentam descrição e selecionamos uma parte que julgamos suficiente para a meta que traçamos. Acreditamos que constituam uma boa amostra os seguintes artigos:

a) *Problemas de Lingüística Geral I – da Terceira parte – Estruturas e análises: O sistema sublógico das preposições em latim; da Quarta parte – Funções sintáticas: A frase nominal.*

b) *Problemas de Lingüística Geral II – da Terceira parte – Estrutura e análises: Mecanismos de transposição e Para uma semântica da preposição alemã vor*; da *Quarta parte – Funções sintáticas: Fundamentos sintáticos da composição nominal, Formas novas da composição nominal* e *Estrutura das relações de auxiliaridade*; da *Sexta parte – Léxico e cultura*: *Como se formou uma diferenciação lexical em francês* e *Dois modelos lingüísticos da cidade.*

5 DESCRIÇÕES DE FATOS DE LÍNGUA

5.1 EM *ESTRUTURAS E ANÁLISES*

5.1.1 A significação geral da preposição latina *prae*: um método de descrição que deriva de *empregos*

Embora o título do artigo em que este estudo se apresenta seja *O sistema sublógico*[39] *das preposições em latim*, é a preposição *prae* que nele é tratada. Com ele, Benveniste visa demonstrar que:

> [...] cada preposição de um determinado idioma esboça, nos seus diversos empregos, uma certa figura na qual se coordenam o seu sentido e as suas funções e que precisamos reconstituir se queremos dar uma definição coerente do conjunto das suas particularidades semânticas e gramaticais (*PLG I*, 1995, p. 141).

Como o estudo realizado restringe-se somente a *prae*, verifica-se que Benveniste não objetiva apresentar o quadro das preposições latinas, mas somente um método de descrição que possibilite "resolver os problemas concretos que o emprego de uma preposição apresenta" (*PLG I*, 1995, p. 142).

Assim como em outros trabalhos – veja-se, por exemplo, *A estrutura das relações de pessoa no verbo* –, Benveniste parte do que é senso comum, do que, por estar preestabelecido, é comumente aceito, sem que se avente a possibilidade de um exame minucioso, e questiona esta consideração:

---

[39] Benveniste, ao utilizar o termo *sistema sublógico*, se refere ao trabalho *A categoria dos casos*, de Hjemslev. Define-o como distinção dos casos em geral, que permite construir o conjunto das relações casuais de um estado idiossincrônico (*PLG I*, 1995, p. 141).

> Para indicar a posição "diante de", o latim tem duas preposições, *pro* e *prae*. Os latinistas lhes dão um sentido mais ou menos semelhante, que pode bastar para as necessidades imediatas da tradução, mas que dissimula a sua verdadeira relação lingüística (*PLG I*, 1995, p. 142).

Ora, a crítica à indicação de "um sentido mais ou menos semelhante" expresso por duas preposições não causa espécie; nos estudos de Benveniste, em que língua é definida como sistema de unidades diferenciais, não cabe tal visão.

Pro e *prae* são opositivos, e isto se estabelece pela descrição de traços de uma e de outra preposição, referentes à significação e função. Assim temos que *pro*:

a) não significa tanto "diante de" quanto "fora, no exterior"; é um "para a frente" realizado por um movimento de saída ou de expulsão para fora de um lugar supostamente interior ou coberto (cf. *prodeo, progenies)*;
b) esse movimento cria separação entre a posição inicial e a posição *pro*; é por isso que *pro*, indicando o que acaba de pôr-se "diante do" ponto de partida, pode marcar, segundo o caso, cobertura, proteção, defesa, ou equivalência, permuta, substituição;
c) o próprio sentido desse movimento cria entre o ponto de partida e o ponto *pro* uma relação objetiva, que não corre o risco de inverter-se se mudar a posição do observador (*PLG I*, 1995, p. 142).

Prae distingue-se de *pro* porque, segundo Benveniste,

a) indica não a posição "diante" mas "na frente" de um objeto;
b) esse objeto é sempre concebido como *contínuo*, de sorte que *prae* especifica a porção anterior do objeto em função da que é posterior;
c) a relação estabelecida por *prae* implica em que o sujeito é considerado como constituindo ou ocupando a parte posterior, daí parte o movimento *prae*, em direção ao que está na frente, em ponta, em antecipação ou em excesso, mas sempre sem solução de continuidade da parte posterior, posição "normal", para a frente, posição "extrema" (*PLG I*, 1995, p. 142).

Este conjunto de caracteres relativos a *pro* e a *prae* – ainda que *pro* não seja propriamente objeto de análise, pois o que está em questão não é a análise como tal, mas o método de análise – tem origem em um *corpus*: selecionam-se enunciados em que há ocorrências de *prae*, procedimento semelhante ao que se adota quando o interesse é a determinação de sentidos, relativos à atribuição de referência.

Em estudos que, no mais das vezes, são empreendidos sobre enunciação e tudo o que esta noção implica, realizam-se descrições – especialmente no que tange à *não-pessoa* – com o objetivo de se comprovar que as palavras expressam sentidos vários, relativos ao quadro enunciativo. Admite-se a existência de uma noção geral, de um conceito, que é considerado amplo, do qual um resquício, em razão de inter-relações que se dão entre as palavras que constituem o enunciado, permanece. Nestas abordagens da língua, a atenção do analista está voltada para a atribuição de referência e, embora teoricamente sejam tratadas as noções de *reconhecimento* e de *compreensão*, prioriza-se a última. Persegue-se a noção de *singularidade.*

Este procedimento certamente não é equivocado nem parcial; decorre de um olhar sobre a língua e de um objetivo que neste fazer é traçado.

Diferente é o olhar de Benveniste no estudo que ora se lê. Sobre *prae*, ele diz que "É fácil verificar essa <u>definição</u> nos empregos mais comuns" (*PLG I* 1995, p. 143) (Grifo nosso). E segue-se um extenso rol de expressões, de compostos nominais e verbais e um acurado estudo sobre o adjetivo *praesens*, dos quais o autor, não desconhecendo a particularidade de cada ocorrência, extrai o *conceito* de *prae*, que é diferente de *pro.*

Cada frase, que é apresentada a título de exemplo, tem um sentido que lhe é peculiar, tal como nos que aqui selecionamos:

a) *prae-eo* "estar à frente" (com a condição de que a tropa siga);
b) *prae-ire uerbis* "preceder pela palavra consagrada, dizer em primeiro lugar a fórmula que outro deve repetir";
c) *praecipio* "aceitar antecipadamente disposições (que serão seguidas)";
d) *praefurnium* "o que procede *furnus*, entrada do forno";
e) *praecox,-maturus* "que está maduro antes da hora que antecede a hora (normal) da maturidade" (*PLG I*, 1995, p. 143).

Benveniste considera *prae*, nos enunciados, *palavra;* "palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente signos do repertório semiótico" (*PLG II*, 1989, p. 233). Por ser palavra – ou por "estar" palavra – *prae* não perde sua condição de signo: é palavra porque é signo integrado à frase, atribuição de referência a *eu-tu-aqui-agora*.

Palavra, quanto à significação, é sempre dupla: é *forma* e é *sentido*, enquanto o signo é apenas forma, e a frase é só sentido. É por esta razão que Benveniste, tomando *prae* em uma situação de emprego – "uma certa figura na qual se coordenam o seu sentido e as suas

funções[40]" (*PLG I*, 1995, p. 141) – reconstitui "uma definição coerente do conjunto de suas particularidades semânticas e gramaticais" (*PLG I*, 1995, p. 141) (Grifo nosso), ou seja, a "significação geral da preposição" (*PLG I*, 1995, p. 146) *prae*, que se opõe a *pro*.

Este método de descrição baseado no exame de empregos, no qual se observa sentido e função para, a partir de diferenças, obter-se semelhanças – a significação geral –, demonstra, em fatos de língua, o que, teoricamente, já apontamos: a língua é intersubjetiva.

Em cada situação de língua – quer se trate de *prae*, de *pro*, de outra preposição ou de outra palavra qualquer –, afloram a significação "coletiva" e a significação "particularizada". Se o foco de observação for a primeira, serão percebidas nuances relativas à segunda, e, assim, estabelecer-se-ão sentidos, língua que se pluraliza, se fazendo sempre nova; se a atenção estiver concentrada na segunda, notar-se-á que uma *parte* sempre se repete, o que permite que, no "novo", se identifique o "já-conhecido", o "já-dado".

Esta relação dupla e reversível é possível, considerando-se *frase*, ou melhor, *palavra na frase*. Em se tratando de significação, esta precisão a que nos referimos – o sentido "geral" e o sentido "particularizado" – é relativa a inter-relações que se estabelecem entre as palavras que constituem o enunciado.

Em "*praefert cautas subsequiturque manus*, 'estende com precaução as mãos e segue-as' (Ov., *Fasti*, II, 336)", escolhe-se *prae* – e não *pro* – porque "uma vez enunciado *prae*, o objeto é figurado como contínuo, e o resto deve 'seguir'" (*PLG I*, 1995, p. 143). É a atribuição de referência que determina não só a seleção de *prae*, como também das demais palavras.

A descrição de traços, apresentada por Benveniste apresenta para esta preposição, corrobora o princípio que formulamos, ao deslocarmos a noção de *relações associativas*, agregando-lhe a de *seleção*, propondo *relações associativo-seletivas*. Tal princípio toma a língua como sistema de signos referenciais a partir do qual a intersubjetividade se estabelece.

Esta noção de sistema, cujo princípio organizacional reside no signo referencial, pode ser também percebida no tratamento de *prae* causal e de *prae* comparativo.

Considerando-se que

---

[40] Henri Portine, em *Benveniste et la question de la fondation d'une syntaxe*, observa a dificuldade para a definição do termo *função*, nos vários escritos de Benveniste.
Acreditamos que este termo deva ser definido a cada ocorrência, considerando-se o enunciado em que se apresenta. Aqui, tomamos *função* com indicação de *relações* que *prae* e *pro* mantêm com as demais palavras que integram a frase.

> O *prae* causal e o *prae* comparativo devem explicar-se juntos pelo mesmo esquema sublógico que está na base dos empregos comuns de *prae* (*PLG I*, 1995. p. 146),

prae tem, como significação geral, indicação de *posição extrema*.

Prae com indicação de *causa* consta, em um enunciado, com "um complemento que expressa sentimento" (*PLG I*, 1995, p. 147) – *prae laetitia* –, ou seja, com um complemento que expressa um *continuum*; "esse termo de sentimento afeta sempre o sujeito do verbo, de sorte que a condição enunciada por *prae* está em relação interna e 'subjetiva' com o processo verbal, sendo sempre o sujeito do processo o possuidor do sentimento" (*PLG I*, 1995, p. 147).

Assim, em *prae laetitia lacrimae prosiliunt mihi*, *prae* expressa o *auge da alegria* experimentada por alguém, o qual é causa de *as minhas lágrimas brotam. Alegria* é um contínuo, e *prae* ressalta o ponto máximo deste sentimento experimentado pelo locutor.

Em *Gallis prae magnitudine corporum suorum breuitas nostra contemptui est* "para os gauleses, a nossa pequena estatura ao lado da sua alta estatura é motivo de desprezo", *prae* apresenta-se com função comparativa, na qual a significação de *posição avançada* "*prae magnitudine"* – que é muito próxima da de *prae laetitia* – é contraposta à *nossa pequena estatura*.

Tanto em *prae laetitia* como em *prae magnitudine*, a significação de *prae* é relativa à *posição extremada, posição avançada, posição máxima*; se na primeira sua função é causal e na segunda sua função é comparativa, isto se deve à presença de outras palavras que, inter-relacionadas, compõem o enunciado: na primeira, há a inclusão do sujeito do enunciado – expressão de um sentimento seu –; na segunda, há relação do sujeito do enunciado com algo que lhe é exterior, daí a comparação.

Assim como em uma situação como na outra, *prae* é atualizado, em detrimento de *pro* ou de outra preposição. *Prae* é tomado – e não outra preposição, – já que se quer a indicação de *posição extrema*, e assim se quer porque também se quer a noção de *contínuo*. Do mesmo modo, se quer *prae* com função causal porque se quer contínuo com indicação de *sentimento* e não com a de comparação, dado que a atribuição de referência exige *sujeito do enunciado implicado no sentimento expresso,* e não sujeito do enunciado relacionado com algo que lhe é "externo".

Desta maneira, este "estudo das preposições, sejam quais forem o idioma e a época considerados", mediante "uma nova técnica de descrição", permite "reconstituir a estrutura de

cada uma das preposições e integrar essas estruturas num sistema geral" (*PLG I*, 1995, p. 149) porque a língua recobre dois modos de significação, o "geral" e o "específico", ou o distintivo e o contextual, que, se para fins de descrição, são tomados como distintos, na "realidade" são complementares: no uso são simplesmente significação, *um certo sentido* reconhecido e compreendido para que a referência se atribua, para que a língua se faça.

5.1.2 A semântica da preposição alemã *vor*: a frase como lugar de relações sintagmáticas

Em *Para uma semântica da preposição alemã* vor, Benveniste se reporta ao artigo por nós recém-estudado – *O sistema sublógico das preposições em latim* – visando corroborar a tese de que *prae*, considerando-se sua significação geral, dá indicação de causa em um sintagma que apresenta determinada estrutura. A noção de causa, segundo Benveniste, "resulta de uma especialização do sentido geral de 'diante, na extremidade, no ponto extremo'" (*PLG II*, 1989, p.140).

Esta retomada deve-se ao fato de P. Meriggi afirmar que a expressão alemã *vor Freude* corresponde à expressão latina *prae gaudio.* Nestes sintagmas, segundo P. Meriggi, tanto *vor* como *prae* têm valor causal já que, por indicarem *precedência*, se tornam o motivo da ocorrência de algo.

O estudo que Benveniste ora realiza sobre esta preposição do alemão, se baseia no mesmo método de descrição adotado por ocasião do tratamento de *prae*. Acompanharemos, via leitura, os procedimentos de análise empreendidos por Benveniste, todavia a nossa intenção não se limita a compreendê-los por si mesmos; nosso interesse está voltado para o estudo da função causal de *vor*, na medida em que ele enseja o entendimento do sintagma no qual consta, como uma relação solidária em que o sentido se reparte entre cada um de seus constituintes.[41]

Para fundamentar sua reflexão sobre a significação geral de *vor* em enunciados como *vor Freude (weinen) – "chorar de alegria"–*, Benveniste consulta o Dicionário de Grimm.

---

[41] Cremos que a reflexão aqui realizada por Benveniste, se notabiliza, em certo ponto do processo, por possibilitar a compreensão da indissolubilidade do sintagma, estudada em *Estrutura das relações da auxiliaridade* (*PLG II*, 1989). Naquele trabalho, Benveniste recusa o termo *verbo auxiliar* e propõe a relação *auxiliante-auxiliado*, a qual denomina *junção sintagmática*.

> Trata-se de uma forma lingüística unitária que se realiza, através dos paradigmas inteiros, por meio de dois elementos, cada um dos quais assume uma parte das funções gramaticais, sendo esses elementos ao mesmo tempo ligados e autônomos, distintos e complementares (*PLG II*, 1989, p. 181).

Vor, em expressões como *vor Freude (weinen)*, só se aplica a ações e estados involuntários, enquanto *aus*, preposição à qual se opõe, é empregada em enunciados em que é descrito comportamento voluntário ou refletido.

Quanto ao valor geral de *vor*, há duas possibilidades: (1) indicação de "um voltar-se para", face a face; (2) indicação de "um antecipar-se, preceder".

Benveniste toma a segunda noção geral – a indicação de precedência – para estudar o sentido causal desta preposição.

Em *vor dem winde segeln* (literalmente "*singrar diante do vento")*, locução comentada por Grimm, "*vor* marca a posição que se ocupa e a direção para onde se vai sob o efeito de um impulso que vem de trás, impulsionando-nos para a frente" (*PLG II*, 1989, p. 142).

Quanto a *vor* causal, em locuções como *vor Freude weinen*, é preciso atentar para o sintagma em que se expressa:

a) o verbo indica sempre um estado ou um comportamento psicofisiológico de caráter instintivo, involuntário (*gritar, chorar, tremer, ter medo, estar fora de si*, etc.);
b) o substantivo ao qual *vor* se aplica, designa sempre uma emoção viva (*alegria, cólera, terror, dor*, etc.) (*PLG II* 1989, p. 142).

A partir destes dois enunciados e considerando-se que a preposição *vor* é relativa a *estados e ações involuntários* – esta consideração decorre de seu caráter geral, – Benveniste demonstra que:

a) "singrar" e "chorar" são produzidos por um "força exterior": movimento involuntário do navio e impulsão emocional;
b) *vor* indica um movimento "para diante", produzido por esta força.

Com base nestes dados, Benveniste determina, assim como o fizera em relação a *prae*, ao estudar o valor causal da preposição latina, *o sentido e a função de* <u>*vor*</u> *no sintagma*.

> A partir daí tudo o que importa e que basta é a relação semântica de *vor* de uma parte com o verbo, de outra com o substantivo (*PLG II*, 1989, p. 143).

E ainda:

> Do ponto de vista lingüístico, apenas uma consideração está em jogo: a construção de *vor* e a relação que ela estabelece entre o verbo e o nome com que articula (*PLG II*, 1989, p. 143).

Assim tem-se que:

a) verbo: indicação de um estado ou comportamento involuntário (manifestação resultante de uma impulsão);
b) substantivo: agente de uma impulsão;
c) preposição *vor:* posição de avanço extremo (resultante de uma impulsão).

Observando-se o sintagma *chorar de alegria*, sob as considerações de Benveniste, podemos afirmar que o sentido de *força*, de *impulsão* não está centrado em nenhuma palavra do enunciado, não decorre do verbo, da preposição ou do substantivo. Este sentido é "do" sintagma e, ao mesmo tempo, ele está disseminado, pois cada palavra do sintagma "significa" algo relativo à força, à impulsão.

Do mesmo modo, observemos o sintagma sob a consideração de *causa*, já que certas análises apontam *de alegria* como uma locução causal, e nada mais. Tanto *de* funciona como causativo, como *alegria*, assim como *chorar* é afetado pela noção de causa, já que manifestação dela.

Se assim é, estamos dispondo, no mesmo patamar, as palavras que compõem o sintagma.

Sem desconsiderar teorias que, mediante certas classificações, organizam saberes relativos ao seu objeto, o que fazemos aqui, a partir do estudo realizado por Benveniste, é refletir sobre o processo de *sintagmatização*, as inter-relações que as palavras estabelecem entre si. Ora, o sentido é sempre o da frase, quer se trate de *chorar de alegria* ou de enunciados "inteiros", cuja extensão é impossível determinar.

Pelo exame deste fato de língua, que pode parecer tão reduzido à primeira vista, uma vez que se restringe a uma única preposição no quadro geral das preposições do alemão, justifica-se, devido à maneira como Benveniste o apresenta, a consideração à frase como unidade, nesta teoria semântica.

> Compete ao lingüista descobrir estas relações profundas sob a diversidade superficial dos empregos, se ele quiser compreender os efeitos de sentido daí resultantes (*PLG II*, 1989, p. 144).

Se assim é, também está aqui contemplada a proposição *signos referenciais*, apresentada quando da leitura da teoria. Não só a frase *chorar de alegria* é signo sob a noção de atribuição de referência, como também a preposição *de* – no alemão *vor*. A noção de *causa* expressa pela preposição se manifesta na frase – na qual cada constituinte comporta esta

noção[42] –, e, porque assim se dá, a língua apresenta *de* (ou *vor*) apto a se atualizar com noção de *causa*, sempre que a referência assim o exigir.

Daí a língua ser intersubjetiva, porque *de* (ou *vor*) expressa esta noção no sintagma, e, por expressar esta noção no sintagma, esta é latente, basta que chamada a se manifestar.

5.1.3 As Noções de *Forma* e *Sentido* nos Nomes de Agente em *–eur*

Em *Mecanismos de transposição*, texto publicado em *Problemas de Lingüística Geral II*, Benveniste afirma que os derivados em *–eur*, nomes de agente, no francês moderno, não constituem uma classe unitária, demonstrando que "a sintaxe e o sentido dos derivados em *–eur* são estreitamente solidários da transposição que os determina" (*PLG II*, 1989, p. 115).

No conjunto dos derivados em *–eur*, adjetivos e nomes de agente são distintos quanto à sintaxe e quanto ao sentido, constituindo duas classes. Os adjetivos relacionam-se a advérbios e "indicam uma inclinação moral, um traço dominante e permanente do caráter" (*PLG II*, 1989, p. 116), tal como *travailleur, joueur*, etc.[43]

5.1.3.1 A transposição[44] entre verbo e nome

Ao tratar a transposição relativa aos nomes de agente em *–eur*, Benveniste se atém à relação nome e verbo. Nesta classe em que palavras como *tourneur, balayeur, imprimeur* são tomadas como designação de uma atividade profissional, o lingüista identifica uma disjunção.

---

[42] Esta descrição feita por Benveniste, constitui-se em exemplo para a afirmação "[...] a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra retém senão uma parte do valor que tem enquanto signo" (*PLG II*, 1989, p. 233-4).
Sendo *chorar de alegria* uma expressão com noção de *causa*, esta noção se "integra" porque cada um dos elementos que a compõem "retém uma parte" relativa a esta noção: *alegria*, a impulsão; *de*, a posição extrema desta impulsão; *chorar*, a manifestação da impulsão.

[43] Não tratamos de formas que pertencem às duas classes, como *travailleur*, a qual é estudada por Benveniste neste artigo.

[44] Ao estudar os nomes de agente em *–eur*, Benveniste não estabelece distinção entre *transposição* e *conversão*. Visando comprovar esta afirmação, destacamos uma observação que este lingüista faz, relativa a *un bon marcheur:*

> Ele se caracteriza como a <u>conversão nominal</u> de um predicado "qui marche..." aqui inseparável de um qualificante que será "bien". Explicaremos portanto *un bon marcheur* como a <u>transposição</u> de "qui marche bien". [...] O adjetivo *bon* é aqui um <u>advérbio transposto</u>, não um adjetivo de função primária, e "marcheur" é aqui um <u>predicado verbal transposto</u>, não um substantivo de função primária (*PLG II*, 1989, p. 120-1) (Grifos nossos).

Os nomes de agente em *–eur* transpõem o verbo em substantivo ou o substantivo é derivado de um substantivo com valor de "quem faz..." – *chroniqueur* de *chronique*, por exemplo –, o que possibilita que a denominação de atividades profissionais se expanda, a ponto de *penseur* designar o que usa o pensamento como profissão.

Se assim é, *danseur* será tomado como "aquele que dança", "o que faz da dança uma profissão"; entretanto, considerando-se mecanismos de transposição e critérios sintáticos e semânticos, verificar-se-á que *danseur* também designa "aquele que dança em um determinado momento".

Estes dois empregos de *danseur* se diferenciam quanto ao sentido e quanto à sintaxe: um pode ser construído como um predicado (*il est danseur à l'Ópera)*, o outro não (*de nombreux danseurs tournaient dans la salle*), apesar de ambos serem transpostos do mesmo predicado verbal, *il danse*. O primeiro expressa definição, o segundo expressa descrição.

Além desta diferença, se verifica que, no uso, o emprego de nomes em *–eur* que indicam descrição são mais freqüentes no plural (*les spectateurs ont applaudi les jouers)*. Tais nomes, independentemente da flexão em número, expressam uma atividade circunstancial relacionada a um comportamento físico.

Estas diferenças observáveis em nomes de agente em *–eur*, relativas a sentido e à sintaxe, decorrem da transposição, já que *il danse* tem indicação de atividade permanente e, também, de atividade ocasional.

5.1.3.2 O Nome em *–eur* Acompanhado de Adjetivo

Em *bon marcheur, gros mangeur*, a relação entre os dois termos do sintagma "não se reduz a uma relação de qualificação" (*PLG II*, 1989, p. 120).

Para comprovar isto, Benveniste apresenta duas proposições: (1) *Pierre est un bon marcheur* e (2) *Pierre est un célèbre écrivain.*

Considerando-se (2), pode-se dizer *ele é célebre, ele é escritor*, porém o mesmo não se dá em relação a (1): *un bon marcheur* não implica *il est marcheur* e *il est bon*, daí não se dizer *ce marcheur est bon.*

Em *bon marcheur*, a ordem das palavras é somente esta, mas há possibilidade de inversão em *célèbre écrivain.*

Estas diferenças decorrem da natureza do substantivo *marcheur*, que não pode ser empregado sozinho, pois "se caracteriza como a conversão nominal de um predicado 'qui marche...', aqui inseparável de um qualificante que será '*bien'*" (*PLG II*, 1989, p. 120).

Un bon marcheur é a transposição de *qui marche bien*, em que "o adjetivo *bon* é um advérbio transposto, não um adjetivo de função primária, e *marcheur* é um predicado verbal transposto, não é um substantivo em função primária" (*PLG II*, 1989, p. 121).

Pierre est un bon marcheur significa *Pierre a la proprieté de marcher bien*. O adjetivo, conforme Benveniste, não qualifica o substantivo, ele qualifica, sob o disfarce nominal, o cumprimento de um ato.

Tomando-se dois enunciados em que *bon* figura ao lado de um substantivo, como em *Pierre est un bon garçon* e *Pierre est un bon marcheur*, verifica-se que o primeiro pode ser desdobrado em dois enunciados, o mesmo não acontecendo com o segundo. Isto ocorre porque *bon*, no primeiro, "denota uma propriedade de um substantivo" e, no segundo, "a propriedade da propriedade de *marcheur*" (*PLG II*, 1989, p. 122).

Un bon marcheur, em *Pierre est un bon marcheur*, indica uma propriedade de *Pierre*: ele é capaz de andar longas distâncias sem que se canse.

5.1.3.3 A Transposição de Advérbio em Adjetivo

No francês, é comum a transposição de adjetivo em advérbio. Quando ocorre a transposição de verbo em nome de agente, é necessário que o advérbio seja transposto em adjetivo. Assim, o sistema busca adjetivos já existentes, que não são propriamente "derivados" de advérbios, para efetivar o processo de transposição. Esta busca é realizada com base no sentido. É o caso de *beaucoup*, que se converte em *gros* e em *grand.*

Beaucoup, "como quantificador da aquisição, da despesa, da consumação, em termos de volume e de massa" (*PLG II*, 1989, p. 122), se transpõe em g*ros*[45]*:*

il mange beaucoup se transpõe em g*ros mangeur;*

il parie gros, il joue gros se transpõem em g*ros parieur, gros joueur* (é freqüente a relação *beaucoup>gros* em expressões com indicação de grande quantidade de dinheiro:

[45] "Nesta função, *gros* se opõe a *petit* que transpõe *peu*: '*un petit mangeur<il mange peu*'" (*PLG II*, 1989, p. 124).

perdre une grosse somme, posséder une grosse fortune, avoir de gros moyens, faire de gros bénéfices, etc.);

consommer beaucoup d'életricité se transpõe em *un gros consommateur d'életricité;*

il travaille beaucoup se transpõe em *un gros travailleur.*

Beaucoup, indicando freqüência do exercício, acompanhando verbos de movimento, se transpõe em *grand:*

il voyage beaucoup se converte em *un grand voyageur*;

il chasse beaucoup se converte em *un grand chasseur.*

Esta noção está presente na expressão de outras atividades, indicando gosto, alto grau de conhecimento:

il lit beaucoup>un grand liseur;

il aime beaucoup la musique>il est grand amateur de musique.

Bien é qualificador e, na transposição, se converte em *bon.* Ambos se relacionam geralmente a atividades físicas:

il conduit bien: un bon conducteur.

Com indicação negativa, a relação é *mal: mauvais, piètre, pauvre:*

il conduit mal: un mauvais conducteur;

il cause mal: un pauvre causeur.

No sistema francês[46], *bien* se transpõe em *bon* – noção de qualificação –; *beaucoup*, em *grand* ou g*ros* – noção de quantificação. Por oposição, os adjetivos relacionados a nomes de agente são *mauvais* e *petit.*

Apesar desta simetria, verifica-se que *mauvais* opõe-se também a *beau*, em *beau joueur.*

Para que se compreenda esta dupla oposição, examine-se *beau parleur*, que indica "o que fala com elegância, de forma sedutora", transposição de *parler bellement*. Assim, *beau joueur* significa "o que joga (e sabe perder) com elegância", oposto a *mauvais joueur*, o qual é diferente de *mauvais joueur* "o que joga mal".

Benveniste encerra seu artigo dizendo que:

> Estas observações fizeram sobressair a diversidade de valores que são revelados no exame da classe dos nomes de agente em –*eur*, habitualmente

[46] Não tratamos aqui de transposições relacionadas a empréstimos, que encerram este estudo de Benveniste, visando dar conta das conversões de advérbios em adjetivos.

> tratada como unitária. É substituindo cada um destes valores no quadro sintático de que ele procede e partindo da construção verbal que ele propõe que se podem esclarecer os mecanismos que produzem e que diferenciam estas categorias nominais (*PLG II*, 1989, p. 128).

O objeto perseguido por Benveniste neste trabalho é demonstrar que os nomes de agente em *–eur* não constituem uma classe unitária. Ora, em uma perspectiva exclusivamente formal, os nomes de agente constituem uma classe com tais características; Benveniste consegue demonstrar o contrário porque sua visão de língua, embora considere aspectos formais, não se restringe à forma.

Benveniste toma sistema como forma, mas não o reduz a isto, "ultrapassa" a noção de forma, propondo a noção de sentido, não como noção única e excludente, mas como noção "gêmea".

Para explicitar esta "ultrapassagem", propõe que a língua seja vista de duas maneiras – "Há duas maneiras de ser língua no sentido e na forma" (*PLG II*, 1989, p. 229) – a significação do signo, que é "partilhada" entre todos que usam a língua, e a significação do discurso, que é "compartilhada" porque a língua e a situação são comuns aos que dele participam.

Este recurso a estas noções é aqui necessário para a noção de sistema em Benveniste, na qual queremos apoiar nossa reflexão. Sistema é forma e sentido.

Sistema assim definido não despreza a língua descrita em seus aspectos formais, mas não se contenta com uma descrição que assim se caracterize. Em relação à descrição puramente formal ou ao que dela resulta, também é necessário que a "ultrapassagem" se faça.

É por este motivo que Benveniste, neste trabalho, embora estude formas, introduz critérios sintático-semânticos. Estes, na sua concepção de língua, são relativos a sentido; só assim a descrição se completa, pois permite que sejam percebidas, além das semelhanças identificadas pelo estudo da forma, as diferenças, dadas pelo sentido.

Em *Mecanismos de transposição*, artigo ora lido, o recorte é formal: palavras do francês moderno que apresentam sufixo *–eur*, em especial nomes de agente, que se distinguem de adjetivos que também apresentam este sufixo. O *corpus* deste trabalho é constituído por formas.

É nesta classe de formas, apresentada como unitária, que Benveniste visa promover distinções. Estas consideram fatos de língua, os mecanismos de transposição que, por assim se

caracterizarem, nesta perspectiva, decorrem de relações sintático-semânticas.

Estas relações, segundo Benveniste, se dão no discurso. Ao invés de Benveniste examinar enunciados em que *danseur,* uma das formas por ele estudadas, expressam sentidos diferentes, ou seja, ao invés de fazer uma descrição posicionando-se no campo do discurso, ele utiliza procedimentos empregados em trabalhos de cunho essencialmente formal para apresentar diferenças, ou seja, ele parte do pressuposto de que *danseur* é derivado do verbo *danser*, assim como *balayeur, imprimeur* e tantos outros nomes de agente também são derivados de verbos.

Os mecanismos de transposição, utilizados por Benveniste como recurso, ao mesmo tempo em que lhe possibilitam considerar a forma, lhe permitem introduzir a questão do sentido. Como os nomes de agente são criados por meio de transposições, é este mecanismo que lhe dá suporte para comprovar que *danseur* não é sempre indicado como o profissional da dança, mas também como aquele que dança em uma determinada situação.

Com a relação *il danse>danseur*, Benveniste introduz, em um estudo formal, o discursivo: *il danse (à l'Ópera), il danse (sous mes yeux).*

Articulam-se, deste modo, formas – a do verbo que se converte em substantivo –; articulam-se sentidos – o permanente e o ocasional – porque tanto o verbo como o substantivo, que nada mais é do que transposição do verbo, predicam diferentemente.

Assim, *danseur* é forma e é sentido: é forma porque se inclui na mesma série que *imprimeur, balayeur*, etc.; é sentido porque, assim como os demais componentes da série, suscita um enunciado em que há predicação, e esta predicação lhe confere sentidos. *Danseur* é um arranjo sintagmático que pode se atualizar como referência a um profissional ou a uma pessoa que faz da dança um exercício circunstancial.

Demonstrada a relação forma-sentido, relativa à transposição do verbo em substantivo, Benveniste a estende à transposição do advérbio em adjetivo. Assim, a classe dos adjetivos também se desmembra em adjetivos em função primária e adjetivos em função secundária, estes, indissociáveis dos nomes de agente com os quais constituem o sintagma, formando com eles uma "unidade sintagmática".

O estudo da conversão de advérbio em adjetivo, além de sinalizar a importância da consideração sintático-semântica, o que os estudos morfológicos não contemplam, daí a pretensa unidade das classes, ainda aponta duas questões que merecem destaque aqui. Uma delas diz respeito à organização do sistema sob a perspectiva da simetria; a outra, também

relativa à organização do sistema, porém sob a perspectiva da assimetria, mostrando o quanto é inútil a tentativa de "enquadramento" do fenômeno língua.

No sistema francês, o que é mais comum é a transposição do adjetivo em advérbio; assim, quando o mecanismo se inverte, como no caso de nomes de agente, dada a dificuldade de se encontrarem "derivados", a própria língua se encarrega de fornecê-los: "a escolha destes adjetivos foi guiada por razões de sentido" (*PLG II*, 1989, p. 123); estes adjetivos passam a exercer uma função nova.

Estes adjetivos, criados por relativa "concessão", passam a constituir, com os advérbios dos quais se transpõem, um sistema: *bien>bon; beaucoup>grand,gros; bon/mauvais; grand,gros/petit.* Mas como a língua não é apenas forma, mas forma e sentido, *mauvais* se opõe a *bon*, e *mauvais* se opõe a *beau.*

Porque a língua é um todo, não há ponto de fuga apenas no campo do discurso, no das formas ele também se verifica. Há sempre um "outro" sentido – e o estudo dos mecanismos de transposição realizado por Benveniste demonstra isto –, quer se trate de uma classe, como a dos nomes de agente, quer se trate da conversão de um advérbio em adjetivo. Basta que o sentido seja convocado.

5.2 EM *FUNÇÕES SINTÁTICAS*

5.2.1 O processo de auxiliação: inter-relações sistêmicas

Em *Estrutura das Relações de Auxiliaridade* (*PLG* II, 1989), Benveniste estuda formas verbais do francês moderno que resultam do processo lingüístico de auxiliação.

Tal processo "consiste na junção sintagmática de *uma forma auxiliante* e uma *forma auxiliada*" (*PLG II*, 1989, p. 183), uma unidade, a qual, por se caracterizar como *sintagma da língua*, apresenta estes dois elementos "ao mesmo tempo ligados e autônomos, distintos e complementares" (*PLG II*, 1989, p. 181).

Assim apresentadas, estas formas refletem o que Saussure denomina *solidariedades sintagmáticas*: são unidades decomponíveis em partes não independentes e que, por isto, não são simplesmente somas, mas "um produto, uma combinação de dois elementos solidários, que só têm valor pela sua ação recíproca" (*Curso*, 1969, p. 148).

Auxiliante e *auxiliado*, apesar de interdependentes na constituição de sintagmas em que figuram como paradigmas verbais, também podem ser identificados como paradigmas; ambos mantêm sempre a mesma ordem – auxiliante + auxiliado –, expressando o primeiro a noção de flexão.

As formas "por auxiliação", que apresentam aspectos em comum, próprios deste processo, constituem paradigmas discretos. A significação implica distinção entre paradigmas que concorrem para a sua formação; tais paradigmas são fixados pela língua, assim como a ordem de sua apresentação, já que as formas "por auxiliação" constituem sintagmas regulares.

Com base na significação, Benveniste distingue a *auxiliação de temporalidade*, a *de diátese*, a *de modalidade*, descrevendo as estruturas correspondentes a cada um destes processos.

A auxiliação de temporalidade verifica-se no perfeito, que se opõe ao presente, forma não auxiliada. Apresenta como auxiliante formas do verbo *avoir – j'ai, tu as, il (elle) a, nous avons, vous avez, ils (elles) ont* – ou do verbo *être – je suis, tu es , il (elle) est, nous sommes, vous êtes, ils (elles) sont* –, e como auxiliado um particípio passado.

Nesta classe de auxiliação, as formas de *avoir* e de *être* estão em disposição complementar pois as primeiras são auxiliantes da maioria dos verbos, exceto os intransitivos e da esfera pessoal, os reflexivos, os transitivos que admitem como objeto o pronome reflexivo, os quais têm como auxiliantes as formas de *être*.

A auxiliação de diátese, que expressa oposição às formas da ativa, caracteriza-se por apresentar como auxiliante as flexões de *être* e como auxiliado o particípio passado.

A auxiliação de modalidade compreende os verbos *pouvoir* ou *devoir* – indicação de *possibilidade* ou *necessidade* – ou verbos como *aller, espérer, vouloir, falloir, désirer, etc.*, os auxiliantes, e um verbo no infinitivo, o auxiliado.

Estes são, grosso modo, os sintagmas formados por meio da auxiliação, verificados no francês moderno. Benveniste, à medida que os apresenta, aprofunda estudos sobre os mesmos, tecendo uma série de comentários, estabelecendo relações entre os paradigmas que os contêm e apresentando algumas restrições, impostas pela língua, para a formação de certos sintagmas, ou seja, apontando sintagmas que o sistema não acolhe. É com base nestes estudos que, no presente trabalho, realizam-se algumas reflexões sobre língua e discurso.

5.2.1.1 A Auxiliação de Temporalidade e a Auxiliação de Diátese – *être* como Auxiliante e Relações de Sentido

O perfeito admite como auxiliantes os verbos *avoir* e *être*. O primeiro figura no sintagma com a maioria dos verbos; o segundo com poucos, a saber:

a) os intransitivos e da esfera pessoal;

b) os exclusivamente reflexivos e os transitivos que admitem como objeto o pronome reflexivo.

A auxiliação por diátese apresenta apenas *être* como auxiliante, e Benveniste limita-se a caracterizá-la como "ação sofrida", alegando que, por ser assunto muito vasto e escapar a seus propósitos, não aborda em seu artigo a natureza da passiva.

Mesmo que se reduza o entendimento da passiva a uma "ação sofrida", pode-se dizer que verbos intransitivos e da esfera pessoal, tais como *aller, venir, devenir, naître, tomber* e outros, não têm possibilidade de pertencer ao paradigma da auxiliação por diátese já que não podem ser usados para expressar a idéia de "ação sofrida", pois esta idéia não tem referência na situação enunciativa. A noção expressa por tais verbos pressupõe referência apenas a um agente.

Não havendo lugar para construções como *il est né* no paradigma da diátese, a língua se vale do sintagma *être+ particípio passado* para estabelecer distinção entre formas do perfeito: o *adquirido de operação* e o *adquirido de situação*. Segundo Benveniste,

> por "adquirido de situação" entendemos que uma certa situação é estabelecida, em conseqüência da execução de um movimento que tem necessariamente esta situação como resultado (*PLG II*, 1989, p. 186).

Il est né, bem como as demais formas do perfeito, indica aspecto pontual, mas, no sistema do francês moderno, os sintagmas formados por *être* e por estes verbos intransitivos ainda efetivam esta noção por meio do aspecto do perfeito: o dinâmico redunda no estático, a instantaneidade da ação cede lugar a um estado, à instalação de uma realidade, "nada mudará mais nada", diz Benveniste (*PLG II*, 1989, p.185).

O fato de *être* constar nestas formas como auxiliante constitui, portanto, um diferencial na noção expressa pelo perfeito, que, via de regra, tem *avoir* como auxiliante. É através do conjunto auxilante – *avoir* ou *être* – e auxiliado – particípio passado – que a língua imprime valores, e, assim, o particípio passado não pode conviver no sintagma com um auxiliante qualquer.

Também resulta da oposição *adquirido de operação/adquirido de situação* a impossibilidade de *être* aceitar um *sobreauxiliado.* Benveniste diz que, em uma forma como *il a eu chanté*, "*il a* é auxiliante de *eu* e forma com ele um sobreauxiliante *il a eu* do auxiliado *chanté*". Além disto, destaca que o emprego desta forma:

a) "é praticamente limitado às orações adverbiais: 'quand il a eu chanté, je suis parti'" (*PLG II*, 1989 p. 189);

b) "difere de *il a chanté* pela noção de um término prévio que cria um patamar de anterioridade lógica" (1989, p. 189).

Assim sendo, pode-se dizer que, devido a esta noção de anterioridade expressa pela forma em que há sobreauxiliação, *je suis parti* só se efetiva quando o fato expresso por *il a eu chanté* cessa, o qual é um "fato adquirido de operação".

Como em uma forma como *il est tombé*, um "fato adquirido de situação" cessa por si só, pois há indicação de um movimento que resulta em um estado, pode-se dizer *quand il est tombé, je suis parti* porque *il est tombé* expressa idéia de conclusão, algo que se fecha pela rapidez com que se processa, não havendo possibilidade de se marcar anterioridade. Por isto *il est eu tombé* ou *il est été tombé* não são admitidos no sistema, esta "idéia" não pode ser expressa pois a nada se opõe: *il est tombé*, o perfeito que indica situação, já dá conta de "fato concluído antes do outro fato enunciado".

5.2.1.1.1 Ativa, passiva, reflexiva – consideração à atribuição de referência

As vozes verbais revelam organização no sistema que se expressa por meio de exclusões e inclusões em se tratando de auxiliação.

Na voz ativa, o perfeito, expressão de temporalidade por meio de um sintagama, tem como auxiliante preferencialmente o verbo *avoir*, tanto no processo de auxiliação como no de sobreauxiliação, dupla auxiliação do auxiliante que exprime anterioridade: *il a frappé, il a eu frappé.*

Se a língua fosse apenas baseada em relações lógicas, e muitos assim a consideram, o paradigma do perfeito apresentaria apenas *avoir* como auxiliante, e a oposição *avoir/être* definiria *ativa (perfeito)/não ativa*. Se assim fosse, a sintaxe do processo de auxiliação seria determinante de sentido.

Na maioria dos sintagmas “de temporalidade”, o auxiliante *avoir* predomina sempre que responder sintagmaticamente ao sentido de *um fazer que foi concluído*, seja em relação a um presente – *il a frappé* –, seja em relação a um passado – *il a eu frappé*. Entretanto a “idéia” que se quer expressar não se contenta com a fórmula, com a relação *avoir + particípio passado*, pois diz de *um fazer que se fecha em si mesmo*, pelo próprio ato (*il est arrivé*) ou pela co-referência (*il s’est souvenu, il s’est blessé)*. O sentido busca em outro paradigma algo que lhe seja próprio – *être* – que se *sintagmatiza* “por auxiliação”, expressando este perfeito.

Être é o auxiliante próprio à diátese. Não porque expresse simplesmente “ação sofrida”, mas porque o sintagma expressa ação-estado. *Il est frappé* revela a existência de um agente, mesmo que não citado no enunciado – uma ação é feita – e de um paciente, o que *est frappé*, o que assim se encontra. Se em *il est né*, como afirma Benveniste, “assim que o ‘nascer’ (*naître*) se realiza alguém ‘nasceu’ (*est né*) e nada mudará mais nada” (*PLG II*, 1989, p. 185), em *il est frappé* ou *il a été frappé* formaliza-se uma situação: *il est frappé* ou *il a été frappé* é o estado em que alguém se encontra, é o resultado de uma operação.

Este inter-relação entre paradigmas melhor ainda se revela na sobreauxiliação de diátese: *il a été*, a auxiliação de temporalidade – *il a*, o auxiliante; *été*, o auxiliado –, e *il a été frappé*, a de diátese – *il a été*, o auxiliante; *frappé*, o auxiliado. Porque *il a eu frappé* não é expresso, não há, em relação a esta forma, articulação entre o paradigma de perfeito e o de diátese.

As formas “por auxiliação” são signos da língua e, por isto, revestidas de significação. Entretanto este trabalho de Benveniste permite que se perceba que estas formas resultam de um trabalho entre discurso e língua, pois a língua não acolhe formas que não tenham expressão no discurso e, mais ainda: assim como o discurso organiza os signos tendo em vista a “idéia” a ser expressa, a língua também assim o faz, já que sintagmas regulares “escapam” do padrão único. Para isto, porque é o “coletivo” e visa à co-referência, à comunicação entre todos os que a utilizam, faz com que a significação circule entre paradigmas do sistema. O que importa é a significação, e, por assim ser, há sintagmas constituindo paradigmas, os quais se articulam, promovendo uma rede de significações.

Do mesmo modo, os signos simples se articulam, constituindo sintagmas os quais, por seu turno, também se articulam. Havendo na língua, entendida como o conjunto das virtualidades, uma sintaxe, esta é um conjunto de formas a serviço da significação.

5.2.1.2 A auxiliação de modalidade – relevância à pessoa *eu*

Na auxiliação por modalidade, o que se verifica é que a língua fornece apenas um esquema geral para que uma "idéia" se expresse, pois é o locutor que seleciona os signos que preencherão este esquema.

Para que a modalização verbal se expresse, a língua apresenta, como exigência, a presença de um auxiliante, o modalizante, e de um auxiliado, o modalizado, um verbo no infinitivo. A noção de modalização se dá pela conjugação destes dois elementos, o auxiliante "a assegura por seu sentido lexical e sua forma temporal" e o auxiliado "por sua forma morfológica" (*PLG II*, 1989, p. 193).

Além disto, a língua dispõe de verbos que, pela sua significação, são naturalmente modalizantes – *pouvoir* e *devoir* –, porém faculta que uma série de outros verbos, principalmente os que venham a expressar uma atitude do sujeito, possam ser usados como modalizantes. Benveniste distingue, assim, os *modalizantes por função – pouvoir* e *devoir* – e os *modalizantes por assunção*, os demais auxiliantes, "conforme eles tenham exclusivamente ou não a construção com o infinitivo auxiliado" (*PLG II*, 1989, p. 196). Estes últimos mostram, ainda mais claramente, que há *apropriação* promovida pelo locutor no âmbito do sintagma da língua, é ele quem determina os verbos que irão ocupar o lugar de auxiliantes.

Os sintagmas que expressam modalização, não constituem propriamente um paradigma verbal pois são submetidos à temporalidade e à diátese: *il peut chanter, il pouvait chanter, il peut avoir chanté, il peut être chanté*, respeitando as formas estruturais simples e auxiliadas destes paradigmas e constituindo, respectivamente, formas "por auxiliação" ou "por sobreauxiliação". Assim, não são formas em oposição à temporalidade e à diátese, mas que se distinguem das não modalizadas, e o que as marca é a inserção do sujeito no discurso.

Também na auxiliação por modalidade, principalmente quando o modalizante é um verbo que passa a ser assim usado (*por assunção*), pode haver sobremodalização. Este fenômeno possibilita perceber que esta inserção do sujeito no sintagma, estruturalmente em dois níveis – *je crois pouvoir, je crois pouvoir dire* –, promove processo semelhante ao da *sintagmatização* no discurso. Em *il doit pouvoir*,

> [...] os dois verbos não permanecem integralmente modalizantes em sua relação. O valor paradigmático de cada um deles, possibilidade de um lado, necessidade de outro, não pode permanecer intacto quando eles contraem uma relação sintagmática. De fato, em "il doit pouvoir", o

> modalizante “il doit” exprime menos a necessidade do que um alto grau de possibilidade (*PLG II*, 1989, p. 196).

Ainda mais instigantes são as observações feitas por Benveniste em relação ao verbo *croire*:

> Cada um desses verbos auxiliantes tem alhures seu sentido pleno em outras construções. *Croire*, por exemplo, denota a convicção e admite um complemento direto (“*je vous crois”, “je crois cela”*) ou indireto (“*je crois à...”, “je crois em...”*) e rege uma subordinada (“*je crois que...*”). É com valor enfraquecido (“ = il me semble que...”) que *croire* serve de auxiliante em “je crois vous comprendre”, je crois affirmer que...” (*PLG II*, l989, p. 196).

Ao finalizar seu artigo, Benveniste apresenta três regras relativas à estrutura dos sintagmas estudados: a regra da não-flexibilidade da função auxiliante, afirmando que um auxiliado não pode ser auxiliante de si mesmo; a regra que estabelece que nenhum auxiliante admite auxiliação de diátese; e a da não-reversibilidade da relação auxiliante-auxiliado. A partir de suas conclusões, se verifica que o sistema do francês moderno apresenta uma coerência interna, um certo padrão que o auto-regula – toda forma que venha a se incluir nestes paradigmas deve fazê-lo sob este prisma – e que regula o discurso: o uso obedece a uma certa disposição dos signos no sintagma, a qual determina inter-relações entre os signos que o compõem.

Por tudo que se lê no trabalho feito por Benveniste, ainda se conclui que, por ser a língua um sistema, os processos de significação circulam entre paradigmas, sempre visando a esta não-contradição, mas, ao mesmo tempo, possibilitando a expressão de significações diferentes, sob a égide de uma mesma estrutura.

Ainda, no âmbito do coletivo – e a diferença entre língua e discurso aqui deve ser tomada como recurso necessário para que fenômenos lingüísticos possam ser, mais facilmente, apreendidos e tratados –, as estruturas “por auxiliação” demonstram que temporalidade e diátese são formas regulares que deste modo devem ser *agenciadas*. No uso da língua, num determinado estado de língua, figuram sem que o locutor exerça nenhum trabalho sobre elas; cabe ao locutor, a partir delas, *temporalizar* e “*apassivizar”* o enunciado para que este se constitua na expressão de uma *certa* “idéia”, ou, ainda, valer-se de “arranjos” ao empregá-las com sentidos outros, diferentes do que a língua prevê como significação. Entretanto, em relação às formas modalizadas, não há um único direcionamento – da língua para o discurso – pois estas formas incluem, na sua estrutura, o próprio discurso.

A modalização é uma categoria própria do discurso, por meio da qual o locutor expressa uma atitude que é sua, relativa a si mesmo ou à situação em que se insere. Se a língua apresenta *pouvoir* e *devoir*, modalizantes por excelência, apresenta também outros verbos que o locutor emprega para modalizar o enunciado. Se *je* usa *désirer* enquanto modalizante em *je désire parler* ou em *je désire pouvoir parler*, esta é uma escolha *sua* para exprimir uma idéia *sua*. A língua não lhe impinge *désirer* enquanto modalizante, mas, ao escolher modalizar, a língua impõe ao locutor a estrutura: auxiliante *désirer*, flexionado + infinitivo.

Por outro lado, como a língua dispõe tal estrutura no paradigma – *j'espére parler, je veux parler, je crois parler...,* – a língua admite a modalização. Isto significa que sintagmas oriundos do discurso, os quais se caracterizam pela inclusão do locutor, não pertencem exclusivamente ao individual, ao particular, ao singular, mas também ao coletivo.

Se a oposição língua/discurso permite estas considerações, também possibilita verificar que certos fenômenos lingüísticos são partilhados por língua e discurso. Nem a língua, que se ocupa das regularidades, pode ser tomada como rígida e inflexível, nem o discurso pode ser lugar de uma criatividade onde tudo é possível.

5.2.1.2.1 Dissimetria no paradigma verbal: locutor/não-locutor

Em *Estrutura das Relações de Auxiliaridade*, Benveniste estuda paradigmas verbais do francês moderno os quais apresentam sintagmas formados por meio do processo de auxiliação. No final de seu trabalho, com base nas análises feitas, estabelece princípios que regem a estrutura formal destes sintagmas. O autor se coloca, portanto, no campo do "coletivo": a língua segue algumas regras ao serem organizados sintagmas "por auxiliação".

Se tal conclusão é possível, é porque as análises também assumem esta orientação. Temporalidade, diátese e modalidade, que se expressam ou podem se expressar por auxiliação, estruturam-se de acordo com certos padrões, que, ao mesmo tempo em que mantêm características comuns, as distinguem.

A auxiliação de temporalidade é responsável, no francês, pela noção de pretérito perfeito, a qual se manifesta no sintagma formado por *avoir* ou *être*, o auxiliante, + particípio passado, o auxiliado. O primeiro elemento da estrutura apresenta flexão. Ser *avoir* ou ser *être*

decorre do segundo elemento: *avoir* é compatível com a maioria dos verbos; *être* com alguns outros. Eis a estrutura, e, além disto, apesar de todas as considerações feitas pelo autor, não nos deteremos em nada mais, exceto dizer que, para estudar a auxiliação de temporalidade, Benveniste apresenta preferencialmente a forma correspondente à 3ª pessoa (na acepção do uso gramatical), singular – *il a* ou *il est* + particípio passado – , assim como também poderia ter se valido de outra qualquer pois aqui o que importa é como o sintagma se organiza para expressar perfeito: *j'ai, tu as, il a ou je suis, tu es, il est* + particípio passado dão esta noção.

A diátese, indicação de *ação sofrida*, apresenta sintagma formado por *être* + particípio passado, auxiliante e auxiliado. Nesta classe de auxiliação, o auxiliante também expressa tempo: *il est frappé, il a été frappé, il sera frappé*... Esta forma exige uma estrutura que não se deixa afetar pela noção de pessoa, e os exemplos citados pelo autor correspondem, também, à 3ª pessoa gramatical, singular.

Já na auxiliação por modalidade, cujo sintagma apresenta possibilidades várias, tanto em relação ao auxiliante como ao auxiliado, o qual se apresenta no infinitivo, se distinguem os modalizantes por *função* e os modalizantes por *assunção*. Os modalizantes por função são os verbos *pouvoir* e *devoir*, modalizantes por excelência, indicação de *possibilidade* e de *necessidade*, respectivamente. Os modalizantes por assunção são verbos que, via de regra, não têm esta função e que, por uma atividade do locutor, passam a expressar noção de modalização.

Pouvoir e *devoir*, modalizantes por natureza, figuram no paradigma não estabelecendo distinção relativa à flexão de pessoa gramatical: *je peux chanter, tu peux chanter, il peut chanter*. Já os demais modalizantes exprimem sentido diverso ao serem flexionados.: *j'espère chanter, tu espères chanter, il espère chanter*.

Benveniste, mesmo que não indique diretamente esta alteração ao tratar a auxiliação de modalidade, indiretamente a sugere, pois os exemplos que envolvem estes verbos não mais apresentam a flexão de 3ª pessoa gramatical, mas a de 1ª: *je crois, je pense, j'estime, je veux, je désire*...

Desta distinção relativa à apresentação da "pessoa" verbal, conclui-se que há dissimetria no paradigma que expressa modalização e, como conseqüência disto, pode-se afirmar que a língua apresenta *formas* que contêm o sujeito e a situação enunciativa.

É o próprio Benveniste que nos dá estas respostas em *Da Subjetividade na Linguagem*, texto anterior ao que trata das estruturas de auxiliaridade, ao discutir a diferença entre *pessoa*

e *não-pessoa*, entre *eu* e *não-eu*, tomando como apoio verbos semelhantes aos que constituem sintagmas que expressam modalização.

Neste texto, que ora examinamos, Benveniste diz que:

> De maneira geral, quando emprego o presente de um verbo de três pessoas (segundo a nomenclatura tradicional), parece que a diferença de pessoa não ocasiona nenhuma mudança de sentido na forma verbal conjugada.Entre *je mange* e *tu manges* e *il mange* [...], há de comum e de constante o fato de que a forma verbal apresenta uma descrição de uma ação, atribuída respectivamente, e de maneira idêntica, a "eu", a "tu", a "ele". [...] Isto dá a impressão de uma evidência, já implicada pelo alinhamento formal no paradigma da conjugação (*PLG I*, 1995, p. 290).

Se em *je mange, tu manges il mange* a forma do verbo indica descrição de uma ação, o mesmo se verifica em *je peux, tu peux, il peut*, a apresentação de uma *possibilidade*, ou em *je dois, tu dois, il doit*, a apresentação de um *dever*.

Entretanto, em relação a *je crois*, forma que, no processo de auxiliação, constitui *je crois chanter*, Benveniste afirma que não " me descrevo 'crendo' quando digo *je crois (que...)*" pois *je crois (que...)* "não é absolutamente o objeto do enunciado" já que "equivale a uma afirmação mitigada" (*PLG I*, 1995, p. 290).

> Ao dizer *je crois (que...)* converto numa enunciação subjetiva o fato asseverado impessoalmente, isto é, *le temps va changer*, que é a verdadeira proposição (*PLG I*, 1995, p. 290-1).

Assim sendo, *je crois chanter*, uma forma da língua, inclui a enunciação no enunciado, diferentemente de *il croit chanter* ou *tu crois chanter*.

Além de *je crois*, Benveniste estuda outros verbos – *je présume, je suppose*, os quais expressam uma atitude; *je jure, je promets, je garantis*, nos quais a enunciação se identifica com o próprio ato –, todos passíveis de exercerem a função de modalizantes em um sintagma; porém escolhemos, dentre estes, apenas *croire* porque coincide com o que é detalhadamente analisado em *Estrutura das Relações de Auxiliaridade*, ao ser estudada a *sobremodalização*. Agora, em *je crois pouvoir affirmer que* (e também em *je crois vous comprendre*), Benveniste diz que *je crois* apresenta um valor enfraquecido em comparação à indicação de convicção expressa em *je crois cela, je crois à, je crois en, je crois que...*, formas em que não há auxiliação em conseqüência do modo como se estruturam (*PLG II*, 1989, p. l96).

Como Benveniste conceitua *modalidade* como "uma asserção complementar referente ao enunciado de uma relação" (*PLG II*, 1989, p.132), *il crois chanter, tu crois chanter*, que

apresentam auxiliante com sujeito gramatical explícito, idêntico ao sujeito implícito do auxiliado, se alinham no paradigma a *je crois chanter*, porém são, como vimos, formas semelhantes quanto à estrutura, mas diferentes, pois na última se verifica a presença de *eu* e a implicações que isto acarreta para a significação, enquanto, nas demais, a sua ausência – o *não-eu* ou a *não-pessoa* –, remetem, sob o ponto de vista de *eu*, a uma descrição.

No estudo da estrutura das relações de auxiliaridade, a noção de *estrutura* é tomada como dependente da noção de *significação*. É a significação que determina a existência de dois *auxiliantes* nas estruturas que indicam temporalidade, é a significação que determina que o *auxiliante* na diátese seja *être*, é a significação que promove dissimetria na série que indica modalidade.

Quanto à temporalidade e à diátese, a atribuição de referência está implicada na significação e, em função da atribuição de referência, o sistema se organiza: *il est né* – passado com indicação de estado resultante de uma ação –, então *il est frappé* – estado resultante de uma ação promovida.

Quanto à modalidade, porque expressa temporalidade e diátese, não é propriamente uma "terceira" forma de auxiliação, porque a relação é modalização/não-modalização. A auxiliação de modalidade permite perceber a inserção do sujeito na *forma*, descrevendo seu ponto de vista – *je peux chanter, tu dois chanter, il croit chanter* – ou incluindo-se no enunciado – *je crois chanter, je crois pouvoir chanter*.

5.2.2 O termo *microbe*: estudo de um composto erudito[47]

No artigo *Da subjetividade na linguagem*, ao apresentar a linguagem como constitutiva do homem, portanto jamais "instrumento", Benveniste afirma que "não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a" (*PLG I*, 1995, p. 285). Eis uma boa razão para que iniciemos estas leituras pelo estudo de *Os compostos eruditos*, a primeira parte do texto intitulado *Formas novas da composição nominal* (*PLG II*,

[47] Este estudo faz parte do artigo *Formas novas da composição nominal*, apresentado por Benveniste sob as subdivisões *Os compostos eruditos* e *Composição e sinapsia*, a primeira tratando de palavras de origem greco-latina; a segunda, de palavras inteiramente francesas. Decidimos, num primeiro momento, abordar unicamente a primeira porque, neste trabalho, Benveniste, descreve o processo de "criação" de um termo, desde o uso primeiro até sua inclusão na "língua" da ciência, baseando-se em registros de fatos extraídos do livro *Vie de Pasteur*, de René Vallery-Radot.

1989). Embora Benveniste relate, neste trabalho, o surgimento de termos relacionados ao uso científico – *microbe* e *otarie* –, e isto, inadvertidamente, poderia ser tomado como cientistas "inventando" língua, trata-se de uma descrição do processo de inserção do sujeito no sistema lingüístico, sob consideração do que *é língua*, para expressar uma "idéia" nova, sob forma de termo da ciência. Conforme ver-se-á, o estudo que Benveniste faz das palavras *microbe* e *otarie* nos possibilita acompanhar, passo a passo, cientistas "semantizando" e, porque há língua, sintagmatizando-a".

Microbe e *otarie* são dois neologismos cuja forma material[48], como é de praxe em certas línguas especializadas[49], é oriunda do grego clássico. A tese de Benveniste, neste texto, é demonstrar que as descrições de certos compostos do francês moderno desconsideram dados importantes referentes à sua gênese, resumindo-se em uma mera transposição que, por assim se constituir, é falsa.

Estudando-se o termo[50] *microbe*, o primeiro dos neologismos apresentados por Benveniste[51], verifica-se que tal falsificação ocorre porque é desconsiderada a noção de *referência* e, também, as noções que a ela se relacionam. Do confronto entre o sentido atribuído pelo seu "criador" e o apresentado por dicionaristas – a estes se voltam as críticas de

---

[48] Empregamos o descritor *material*, tal como Benveniste (*PLG II*, 1989, p.173), para sinalizar que do signo grego ou latino é tomado o significante; quanto ao significado, como verificar-se-á ao longo desta exposição, sofre uma "ação" do sujeito, que lhe atribui um valor referencial, relativo à "língua" da ciência.

[49] Usamos este termo, considerando Hoffmann, que distingue *linguagem* e *sublinguagens*. Na esfera das *sublinguagens*, insere *linguagem especializada*, definindo-a como "conjunto de todos os recursos lingüísticos que são utilizados em um âmbito comunicativo, delimitado por uma especialidade, para garantir a compreensão entre pessoas que nela trabalham (2004, p.81).

[50] Benveniste, no artigo lido, emprega *termo* ou *palavra* para referir-se a *microbe*. Em um único parágrafo, por exemplo, encontramos ocorrências destes usos: "Vê-se agora que esta palavra não é tomada do grego [...]. Na verdade, Sédillot inventou o termo *microbe*" (*PLG II*, 1989, p. 170) (Grifos nossos).
Este procedimento adotado por Benveniste nos autoriza a utilizar *termo* ou *palavra*, indistintamente. Ademais, lendo-se *Gênese do termo "scientifique"*, verifica-se que este lingüista considera *termo* com sentido muito próximo daquele apresentado pelos que estudam Terminologia.

> A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma *ordem* de fenômenos, um *domínio* novo ou um modo novo de *relação* entre certos dados. O aparelhamento mental consiste, em primeiro lugar, de um inventário de termos que arrolam, configuram ou analisam a realidade. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e a última operação de uma ciência (*PLG II*, 1989, p. 252).

Como é exigência da leitura que ora fazemos, retomaremos certos aspectos propícios à aproximação entre Lingüística e Terminologia, no decorrer da presente reflexão.

[51] Restringimo-nos ao estudo desta palavra, uma vez que é suficiente para a demonstração de que Benveniste considera as noções arroladas, relativas às inter-relações entre pressupostos teóricos e descrições. Ademais, o autor apresenta o exame do termo otarie como "um outro exemplo" de neologismo científico "criado em francês a partir do grego e introduzido na nomenclatura zoológica da maioria das línguas ocidentais modernas" (*PLG II*, 1989, p. 171) (Grifos nossos).

Benveniste –, considera-se a noção de *referência*, implicada no relato feito pelo autor sobre o surgimento do termo[52], e nos comentários que sucedem este relato.

Microbe é uma palavra cujo emprego se dá por primeiro em *Da influência das descobertas do sr. Pasteur sobre os progressos da cirurgia*, comunicação apresentada por Sédillot, em 1878, à Academia de Ciências. *Microbe* é uma palavra que, segundo Sédillot, tem "a vantagem de ser curta e de uma significação mais geral"; expressa *seres que apresentam dimensão diminuta.*

Este composto – do grego *mikros* e *bios* – tem a função de denominar uma descoberta feita por Pasteur, que o descrevia como "seres organizados microscópicos" e "organismos microscópicos".

Por ser esta a origem da palavra em questão, Benveniste contesta as definições de dicionários que apresentam *microbe* como empréstimo do grego[53], com indicação de *vida curta*, alegando que este composto "nunca existiu em grego em época nenhuma" (*PLG II*, 1989, p. 166).

Ora, se é fruto das pesquisas de Pasteur, no século XIX, a descoberta da existência de seres com tais características, até então língua nenhuma poderia abrigar virtualmente tal signo, já que não há o que referir. Vindo à luz a existência de tais seres, inicialmente são apresentados por meio de frases[54] como "seres organizados microscópicos", "organismos microscópicos – Benveniste afirma poder citar outros exemplos (*PLG II*, 1989, p. 167) –: atualização de signos da língua, promovida por Pasteur. Esta manifestação sempre diferente, configurada por quem expressa a "idéia" – atribuição de referência a estes seres – não é desejada por cientistas, daí a busca por um termo que, numa "língua de especialistas", é tido como unívoco. Parece-nos ser esta a motivação de Sédillot.

---

[52] O trabalho empreendido por Benveniste baseia-se no livro *Vie de Pasteur*, escrito por René Vallery-Radot *(PLG II*, 1989, p. 168-70). O "percurso" da criação e uso deste termo, apresentado por Vallery-Radot, é tomado por Benveniste como fonte de suas considerações.

[53] Benveniste, no material em estudo, transcreve verbetes do *Dictionnaire générale; Bloch-Wartburg, Dict. Étym.; Dauzat, Dict. étym.; P.Robert, Dict. Alph, IV, p. 566; Dauzat-Dubois-Mitterand, Nouveau dict. étym., 1964).*

[54] Estas considerações de Benveniste, cremos, poderão aproximar os estudos lingüísticos e os estudos realizados pela Terminologia, principalmente no que tange à definição de *termo.* Para os terminólogos, mesmo para aqueles que o consideram relacionado a processos discursivos, *termo* é uma unidade conceitual que, num âmbito especializado, fixa e favorece a transferência do conhecimento (KRIEGER; FINATTO, 2004).
Como Benveniste aponta que *microbe* se origina de um enunciado que expressa um certo conhecimento de uma determinada área do saber, atenuam-se as fronteiras entre Lingüística e Terminologia, já que a última considera a relação *conceito-termo*, sendo *conceito* caracterizado como conhecimento prévio, do qual o *termo* é conseqüência e expressão.

Nesta visão, em relação ao uso da palavra *microbe* – a primeira ocorrência e as demais que lhe conferem o estatuto de figurar no sistema do francês, e não só neste, mas em muitos outros porque uma "palavra da ciência" se propaga como portadora de um conhecimento –, está implicada a noção de *sujeito.*

Há de se considerar que, na maioria das vezes, não é possível estabelecer, apesar de todos os esforços que se possam empreender, a ocorrência primeira, bem como o "criador" de uma palavra. Isto também não representa interesse para os nossos estudos, entretanto é necessário reconhecer que o processo aqui descrito por Benveniste favorece a compreensão desta "língua que serve para viver", já que alia a produção individual – a semantização e a sintagmatização promovidas por Sédillot – ao padrão coletivo.

Porque se trata de um neologismo, há um "consensual" que é considerado. Neste caso, é do sistema do grego – uma prática num campo de um saber – que se atualizam signos.

E é por considerarem apenas esta significação que os dicionaristas tropeçam: *mickros* significando *curta*, *bios* significando *vida.* Além disto, e também por isto, os verbetes dos dicionários apresentam *mickos* + *bios*, desconhecendo que o que motiva a escolha destes signos é a enunciação: Pasteur produz vários enunciados, designando sua descoberta, os quais Sédillot pretende expressar de "forma mais curta e com significação mais geral"[55], visando à "normatização".

Microbe é uma frase ou, se for julgado mais conveniente, um sintagma ou, ainda, uma palavra-frase, com que é referido um novo conhecimento científico: de *mickros* seleciona-se uma "parte" do conceito que este signo expressa – *pequena* com relação à *dimensão* – e de *bios*, indicação de *o que tem vida*. *Microbe* significa *pequena vida, seres cuja dimensão é pequena.* Apresenta este entendimento porque frase relativa à pesquisa de Pasteur, *palavra no enunciado*, uma fala de um cientista à Academia de Ciências, um *eu-tu aqui-agora.*

O texto de Benveniste que tem como foco a discussão de que *microbe* é francês, e não grego, ressalta que "Sédillot <u>inventou</u> o termo *microbe* [...], ele <u>combinou livremente</u> *mickros* e *bios* em um <u>significado novo</u>" (*PLG II*, 1989, p. 170) (Grifos nossos).

---

[55] Em *Comptes rendues de l' Academie des Sciences*, tomo 86, 1878, p. 634, em nota, Sédillot enumera termos que eram utilizados para denominar estes organismos.
Estes nomes, segundo o cientista, "deverão se definidos e, em parte, reformados", e a adoção da palavra <u>microbe</u> não implica renúncia " aos termos em uso para a designação de <u>variedades mais particularmente estudadas</u>"(*PLG II*, 1989, p. 168) (Grifo nosso).

Porque a criação de Sédillot é relativa ao francês, necessário se faz que o sistema em questão defira tal criação. *Microbe* se fundamenta em uma frase, e, por sua vez, é uma frase, e porque assim se constitui e assim o é, a cada vez que este termo é enunciado em uma situação discursiva, faz emergir esta frase. Esta conexão se faz a partir de signos do sistema do grego, mas se quer incluída no sistema do francês, portanto é neste sistema que se busca o aval para que este termo seja considerado. Sédillot submete sua criação ao lingüista Littré, que confere adequação quanto ao uso desta palavra: *aérobie, anaérobie, microbe* (*PLG II*, 1989, p. 169).

Esta crítica de Benveniste relativa à consideração de *microbe* como um composto grego e, por isto, não incluído no estudo dos compostos franceses, tomando como suporte *Vie de Pasteur*, de Vallery-Radot, é muito cara ao que estudamos como *sintaxe da enunciação* porque nos permite remontar o "percurso" da frase – *microbe* – desde sua primeira ocorrência – a língua semantizada e sintagmatizada por Sédillot – até sua inclusão no "coletivo" da língua dos cientistas, dado que Pasteur a emprega em uma comunicação à Academia de Ciências, em abril de 1878, alguns meses após haver sido "proposta" por Sédillot (*PLG II*, 1989, p. 169).

Embora Sédillot seja o criador deste neologismo, não nos deixemos confundir: sua intenção é a existência de um *termo*, portanto uma palavra que, em um certo uso, expresse significação única. É Pasteur que, devido a suas pesquisas, depara-se com um dado novo – seres minúsculos que são agentes de doenças e de contágio – e passa a denominá-lo, em cada situação, por meio de uma frase – atualização da língua, sempre nova. Deve-se tomar Pasteur como primeiro referente de *microbe*, não desta *forma*, mas da frase que atribui referência.

Como as comunidades científicas buscam uma certa uniformização, tomando certas palavras como portadoras de determinado conhecimento e também porque, em algumas destas comunidades, é usual um recurso às línguas clássicas, Sédillot reporta-se ao sistema grego e seleciona signos convenientes à "idéia" que refere, considerando, também, o sistema francês. *Microbe* é uma combinação destes signos, apta e adequada à atribuição de referência à constatação de Pasteur.

A aceitação deste termo pelos pares de seu criador e o seu registro em dicionários atestam sua inserção no léxico da língua, suscitando uma frase – *organismos cuja dimensão é ínfima* – a cada nova manifestação de língua.

Microbe é uma frase *na* e *da* língua, é sentido atribuído por Sédillot, é sentido atribuído por quem usa a língua: intersubjetividade na gênese – consideração ao sistema grego e ao sistema francês para atribuição de referência à descoberta de Pasteur, e consideração à situação enunciativa, um sentido único relativo a esta descoberta – e intersubjetividade no uso – a cada atualização, *microbe* dá indicação de algo relativo ao que Sédillot concebeu, é, pelo menos, "parte" de *seres que apresentam pequena dimensão*.

Esta interpretação deve-se à argumentação feita por Benveniste que, para refutar a inscrição de *microbe* entre compostos gregos, se vale de dados que reconstroem os "caminhos" do *sujeito* que se apropria da língua, que associa signos e os seleciona, que os sintagmatiza porque há uma "idéia" que se quer expressa; idéia que se propaga e que se atualiza a cada vez que *microbe* é usado, quer com o "sentido" da ciência, quer com sentido outro, requerido por uma outra idéia que refira a atitude de um "outro" que como sujeito se propõe, em uma "outra" situação enunciativa.

Certamente Benveniste não nos oferece, neste artigo, uma descrição "ortodoxa" da língua; oferece-nos, sim, uma descrição do exercício do locutor com e na língua, visando à referência e à co-referência.

5.2.3 As formas novas da composição nominal: forma e sentido na produção de novas denominações

O artigo *Formas novas da composição nominal*, que se inicia pelo estudo de neologismos associados à formação de compostos eruditos, dos quais destacamos *microbe*, apresenta um trabalho sobre *sinapsias*, que permite que se pense a língua como integração entre virtualidades e materialidades relativas à atribuição de referência.

Por *composição*, Benveniste entende "dois termos identificáveis pelo locutor (que) se juntam em uma unidade nova de significado único e constante" (*PLG II*, 1989, p. 174). No sistema francês, *corpus* deste trabalho, este lingüista verifica que os compostos são de origem erudita ou são inteiramente franceses.

Dos compostos, Benveniste distingue os *conglomerados*, "unidades novas formadas de sintagmas complexos que comportam mais de dois elementos" (*PLG II*, 1989, p. 174). Neste estudo da composição, Benveniste destaca as *sinapsias*, grupo assim denominado por ele com o intuito de diferenciá-lo de "composição", por apresentar características próprias, e de

“sintagma”, termo que reserva para qualquer coordenação de palavras, inclusive as “coordenações livres”.

As *sinapsias* se definem como formas fixas, e esta designação, trazida do grego, expressa “função, conexão, coleção de coisas juntas”. Dentre as sinapsias, identificam-se formas antigas, tais como *pomme de terre*, e denominações relativas à nomenclatura técnico-científica, como *modulation de fréquence, avion à reaction.* Estas últimas são destacadas por Benveniste, dada sua produtividade.

Estas organizações sintáticas, que podem ser mono-, di- e polissinápticas, apresentam as seguintes propriedades:

a) organizam-se sintagmaticamente sob a estrutura *determinado* + *juntor* (geralmente *à* ou *de*) + *determinante,* podendo o determinante e o determinado ser qualquer substantivo ou adjetivo;
b) não admitem artigo precedendo o determinante, nem que seus membros sejam expandidos;
c) seu significado é único e constante.

Podemos afirmar que é a consideração à referência que rege as sinapsias. *Gardien d’asile de nuit* é uma sinapsia de dois membros – *gardien d’asile* e *asile de nuit* –, que remete ao enunciado *il garde un asile de nuit.* Caso fosse considerada uma sinapsia de um só membro, em que *gardien d’asile* comportasse um determinante adverbial – *de nuit* –, remeteria ao enunciado *il garde un asile-la nuit.*

Em *employé de chemin de fer,* esta dupla interpretação é interditada pela inexistência de *employé de chemin*; então *employé* é o determinado e (*de*) *chemin de fer* é o determinante.

Esta explicitação é importante para o entendimento da nomenclatura técnico-científica: *aigle pêcheur à tête blanche* é uma sinapsia no francês da Nova Caledônia[56], denominação de um certo pássaro, enquanto em outra comunidade pode se constituir em um arranjo de palavras ocasional; também no francês caledoniano, *bois de fer de montagne* é uma designação específica no conjunto *bois de fer,* que ainda se torna mais específico em *petit bois de fer de montagne.*

Em se tratando de termos, segundo Benveniste, a sinapsia é recorrente porque

[56] Benveniste, em nota de rodapé, esclarece que utiliza exemplos de um estudo sobre a terminologia da flora e da fauna em francês caledoniano.

> [...] em termos básicos com a ajuda dos quais se constitui uma nomenclatura tendem a se tornar explícitos e a constituir, por sua vez, combinações explícitas, por meio de unidades lexicais independentes, identificáveis separadamente e organizadas segundo modelos sintáticos (*PLG II*, 1989, p. 177).

As sinapsias correspondem a organizações sintáticas nas quais a especificação estabelecida pela relação determinante-determinado, não se reduz a estes elementos, dela também participam *juntores*[57].

Os juntores são, geralmente, *à* e *de*, com diferentes funções. Emprega-se *à* com indicação de (1) destinação (*salle à manger*, *service à café***,** por exemplo) e (2) de característica distintiva (*oeil à facettes, moulin à vent*); emprega-se *de* com indicação de (1) determinante como todo virtual do qual o determinado é uma parte (por exemplo, *verre de montre*) e (2) circunstância para a qual o objeto é apropriado (*chemise de nuit*) ou classe de indivíduos da qual o determinante é atributo (*voiture d'enfant*).

Estas observações sumárias, recolhidas da leitura deste artigo, nos permitem o estabelecimento de relações entre o que é próprio à sinapsia e as noções de *palavra* e de *frase.*

Benveniste apresenta sinapsias como *formas novas de composição nominal*, e tais formas são consideradas por ele "novas" em oposição a "formas eruditas"; são procedimentos que vêm sendo adotados para nomear criações técnico-científicas. A razão de os "objetos" serem designados por meio desta organização sintática, decorre do fato de ela permitir "a especificação detalhada do designado, e a classificação das séries por seu traço distintivo" (*PLG II*, 1989, p. 177).

Como a sinapsia é um arranjo sintático que permite que o "objeto" em questão seja, a cada vez, mais especificado pelo acréscimo de *membros sinápticos*, tantos quantos forem necessários, responde positivamente aos avanços tecnológicos e científicos.

Vejamos em que importa tomar estas criações e suas respectivas denominações em uma proposta que considera os estudos de Benveniste um campo do conhecimento que tem estatuto próprio.

Neste artigo, Benveniste estuda sinapsia, destacando a nomenclatura especializada. Trata, portanto, de nomes, de palavras que constituem a "língua" de uma determinada comunidade.

---

[57] Sobre a preposição, já lemos os estudos *O sistema sublógico das preposições em latim* e *Para uma semântica da preposição alemã vor*, publicados, respectivamente, em *Problemas de Lingüística Geral I* e *Problemas de Lingüística Geral II*.

Estas palavras são, em sua origem, sintagmas produzidos por alguém que pretende dar a conhecer algo até então cultural e socialmente inexistente. Assim, uma “coisa” foi criada – um artefato, uma idéia, um procedimento, etc. – e, para que ela possa ter existência, para que ela possa ser referida em um determinado meio, é preciso um outro processo de “criação”: a constituição de um nome.

Este nome parece, à primeira vista, nada tem de original: é constituído por palavras da língua – *machine, à, vapeur*, por exemplo – palavras usuais. Entretanto, este nome é “organizado” pelo seu “criador” que não desconhece que tanto seus constituintes como o todo em si, sejam “da língua”, já que *machine, à, vapeur* são reconhecidos como língua, e, por isto, dela são selecionados, assim como não ignora que cada posição seja ocupada por cada uma destas unidades, de acordo com o que pretende referir. Deste modo, *machine* ocupa a posição inicial porque esta é a unidade que expressa o que se quer designar – trata-se de *machine* –, seguida de *à vapeur* para que se saiba que não se trata de *machine*, mas de *machine à vapeur*: *machine* que se distingue das demais já conhecidas, pois *machine à vapeur*.

Os constituintes, assim como suas respectivas posições, são fatos de língua: a sinapsia como tal – *machine à vapeur* – é um fato de língua: dá existência de uma *máquina movida a vapor*.

O “criador” da sinapsia atribui referência a um invento, a uma “coisa” nova, de tal modo que o próprio nome expresse a idéia do que se trata: *máquina que é movida a vapor*.

Os demais membros da comunidade lingüística, diante deste “uso”, compreendem o que se anuncia, pois reconhecem as unidades que constituem este termo e reconhecem também as inter-relações que estas unidades mantêm entre si. Referência para co-referência, finalidade da língua, intersubjetividade.

Esta interpretação assim feita pode suscitar a impressão de que a língua está lá, com suas unidades, com seus modelos, e o locutor, que há pouco foi considerado como “criador da sinapsia”, simplesmente se “molda” a certas indicações. Sim, há parâmetros para que a referência e a co-referência se façam, e por estes parâmetros a palavra se constitui, mas o locutor, antes de considerá-los, ou melhor, os considera porque há uma idéia a expressar que, neste caso, é o invento: *máquina que é movida a vapor*.

É esta frase que é a origem da palavra; é esta frase que move as escolhas do locutor, tanto seus constituintes quanto sua organização; é esta frase que emerge quando esta palavra é

dita pela primeira vez, ao dar-se a conhecer o invento; é esta frase que é trazida à situação de discurso sempre que a palavra for repetida.

Na língua há palavras-frase porque a língua é intersubjetiva, porque a língua é referência, porque a língua tem a frase como unidade.

Quer se trate de neologismo, como *microbe*, cuja sintaxe é inspirada na tradição clássica, quer se trate de compostos consagrados, como *pomme de terre*, quer se trate de um termo que, daqui a pouco, venha a figurar em uma língua especializada, o fenômeno se repete: há a enunciação, "um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira", um fenômeno "tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa desapercebido" (*PLG II*, 1989, p. 82).

5.2.4 A composição nominal: transformação de um enunciado livre em uma *micro-sintaxe*

Em *Formas novas de composição nominal*, Benveniste afirma que "há composição nominal quando dois termos identificáveis pelo locutor se juntam em uma unidade nova de significado único e constante" (*PLG II*, 1989, p. 114).

Em *Fundamentos sintáticos da composição nominal* (*PLG II*, 1989), artigo publicado em 1967, um ano após o anteriormente citado, Benveniste trata a composição nominal, deslocando a abordagem do estudo destas palavras da perspectiva morfológica para a sintática, a fim de determinar a fonte comum dos compostos e a origem da diversidade de suas formas.

Assim como as sinapsias, estudadas em *Formas novas de composição nominal*, os compostos são apresentados como *organizações sintáticas*; assim como as sinapsias, tal como afirmamos, compreendem um enunciado, os compostos também dele procedem.

> A composição nominal é uma micro-sintaxe. Cada tipo de composto deve ser estudado como a transformação de um tipo de enunciado livre (*PLG II*, 1989, p. 148).

Para a descrição dos compostos com vista à sua gênese, Benveniste estabelece os seguintes princípios:

a) a relação lógica e a estrutura formal são consideradas;

b) a estrutura formal subordina-se à relação, portanto esta é tomada como primeiro critério.

Com base nestes princípios, os compostos são agrupados. É a relação que comanda os agrupamentos, os quais constituem outras classes:

a) primeira classe dos compostos: aqueles cuja relação se contém entre os dois termos e lhes é eqüidimensional;

b) segunda classe dos compostos: aqueles em que a relação ultrapassa os dois termos e, englobando-os em uma nova função, modifica-se ela própria (*PLG II*, 1989, p. 148).

À primeira classe, pertence a maioria dos compostos estudados, exceto o último tipo.

Dos compostos estudados por Benveniste, um tipo apresenta seus membros mantendo uma relação de coordenação, que se estabelece porque os membros do composto são dois substantivos eqüipotentes, e resume-se em *(aquele) que é X e que é Y* (no védico, por exemplo, *pitárāmātárā* "pai-mãe"). Mesmo não havendo preponderância de um membro sobre o outro – a ordem é ditada pela tradição ,– o composto não pode ser tomado como soma de unidades quaisquer, somente comporta unidades que, pelos conceitos que expressam, formam um par (daí o nome do tipo: *dvandva*).

Nos demais compostos estudados, se estabelece, entre seus membros, uma noção de predicação. Diferenciam-se tipos, dependendo das relações que seus membros mantêm.

O primeiro destes tipos apresenta o composto indicando relação de similitude entre duas classes ou conjuntos distintos (*oiseau-mouche*, por exemplo): X que é Y. O primeiro membro assume a denominação, é o determinado; o segundo, a especificação, é o determinante; desta relação, resulta uma unidade nova.

Esta unidade nova se apresenta a partir de uma relação semântica: *oiseau-mouche* é um pássaro que se distingue dos demais pássaros pela noção de similitude que se expressa entre *oiseau* e *mouche; oiseau-mouche* é um pássaro muito pequeno.

O segundo tipo é o composto de dependência: o primeiro membro indica parentesco ou vínculo com um grupo social, portanto é um termo relativo, que necessita de um termo complementar, que é o segundo membro (no grego, *oiko-despótēs* "chefe da casa"; no sânscrito, *rāja-putrā*, "filho de rei").

Mantida esta relação sintática – *X é de Y* –, devido à proximidade entre as noções *membro-totalidade* e *continente-conteúdo*, formam-se outros compostos como, por exemplo, *hiranya-rathá* “carro de ouro” ou “carroçada cheia de ouro”.

O último tipo pertencente à classe de compostos em que a relação se dá exclusivamente entre os constituintes, são os *compostos de regência.*

Estes compostos apresentam um membro nominal, o determinante, e um membro verbal, o determinado (no grego, *hippó-damos* “que doma os cavalos”; no inglês, *shoe-maker* “que faz sapatos”), cuja “relação repousa sobre uma oração livre com forma pessoal do verbo transitivo regendo um termo nominal” (*PLG II*, 1989, p. 154).

Benveniste, ao tratar estes compostos, atenta para o fato de que, considerada a relação de transitividade, compostos cuja ordem é nome+verbo são tomados como iguais aos que apresentam verbo+nome. Assim, em asvético, *barō.zaoθra* e *zaoθra.barō* significam “que traz a oferenda”, independentemente da seqüência não ser a mesma.

Aprofundando seus estudos, Benveniste verifica que a relação entre regente e regido promove diferente ordenação dos elementos do composto em razão de o enunciado livre apresentar diferentes valores relativos ao presente.

Oiko-phúlaks “guarda de casa” se relaciona ao enunciado “ele guarda a casa”, em que *ele guarda* representa a transformação da locução predicativa *ele é guarda*; o presente tem valor atemporal, indicando definição. Em *pheré-oikos* “ele traz sua casa”, o enunciado de base não é predicativo, o presente apresenta descrição de processo.

O último tipo de composto pertence à segunda classe, conforme a relação que apresenta, porque enquanto os demais “são predicativos de qualidade e têm função unicamente sintática”, os deste tipo “combinam a função sintática e a função semântica” (*PLG II*, 1989, p. 161).

Nestes compostos (exemplo: *blue-eyed* “de olhos azuis”), combinam-se duas funções, uma predicação de qualidade (*olhos são azuis),* outra de atribuição (*olhos azuis são de X*). A relação ultrapassa o composto em si, pois remete a um referente, o possuidor. Esta remissão inclui a predicação de qualidade na de atribuição: existe uma relação entre composto e referente, portanto é semântica; desta relação decorre a predicação de qualidade, que é sintática.

A partir das análises feitas, que apontam cinco tipos de compostos, Benveniste apresenta, no final do artigo, suas conclusões quanto à natureza e à função dos compostos. Destas conclusões, transcrevemos partes em razão de sua importância para as nossas reflexões.

Ao tratar da natureza dos compostos, Benveniste diz que:

> A língua não é um repertório móvel que cada locutor só teria que mobilizar para os fins de sua expressão própria. Ela é em si mesmo o lugar de um trabalho incessante que age sobre o aparelho formal, transforma suas categorias e produz classes novas. Os compostos são uma dessas classes de transformação. Eles representam a transformação de certas orações típicas, simples ou complexas, em signos nominais (*PLG II*, 1989, p. 163).

Quando lemos o conjunto dos artigos de Benveniste, nos deparamos, inúmeras vezes, com o emprego de dois termos, *língua* e *linguagem*. Ora estes dois termos relacionam-se aos dois "campos" da língua, o *semiótico* e o *semântico*, forçosamente utilizados por Benveniste com a intenção de explicitar seu pensamento e, ao mesmo tempo, demonstrar o quanto a Teoria do Signo Saussuriano é considerada. Benveniste, como já afirmamos anteriormente, toma o signo como unidade, mas não o toma como unidade única. Nisto consiste a tão discutida "ultrapassagem".

Em outras situações, os termos *língua* e *linguagem* confundem-se: referem-se ambos ao *semântico.*Nestes contextos a "unificação" já se fez. Devemos considerar que, embora os dois tomos dos *Problemas de Lingüística Geral* se constituam em uma coletânea de artigos, eles apresentam o percurso do pensamento de um lingüista. É inegável que o estudo na noção de *pessoa*, que fundamenta a de *intersubjetividade*, ao mesmo tempo em que dissocia *eu-tu* e *ele*, promove uma junção em *eu diz eu*, já que *eu* é um signo da língua saussuriana; todavia é nos últimos textos produzidos que esta noção de *língua*, às vezes expressa como *língua-discurso*, consta claramente.

Na citação que extraímos do trabalho sobre os compostos, *língua* está de tal modo "unificada" que é impossível dissociar *locutor* – o que usa a língua em um *aqui-agora* – de *comunidade lingüística* – os virtuais usuários da língua –, bem como é impossível dissociar *quem usa a língua* da *própria língua*.

> Ela é em si mesma o lugar de um trabalho incessante que age sobre o aparelho formal, transforma suas categorias e produz classes novas (*PLG II*, 1989, p. 163).

Aqui está presente a questão de a língua ser constitutiva do homem, princípio apresentado em *Da subjetividade na linguagem*, cuja publicação ocorre em 1958, e está tão fortemente presente que trata *língua como homem* e *homem como língua.*

Como já dissemos, aqui também não está destacado o locutor, o que se propõe como sujeito na e pela língua. A noção de subjetividade também já foi "ultrapassada"; é a noção de intersubjetividade que permite afirmar que a língua é "trabalho incessante" de transformação e produção de signos.

Dizer que, em Benveniste, a língua é intersubjetiva, não carece de maior comprovação, a citação selecionada o faz. Ora, se a língua é intersubjetiva, é a enunciação a responsável por todo este "movimento" constante do sistema, que passa a conter formas até então a ele estranhas. Isto também consta nestas conclusões de Benveniste, ao ser tratada a função do composto no sistema. Vejamos suas palavras:

> No momento em que a oração é transformada em composto e que os termos da oração tornam-se termos do composto, a predicação é colocada em suspenso, e o enunciado atual torna-se virtual. É esta a conseqüência do processo de transformação. Assim se define a função do composto: transferir para o virtual a relação atual de predicação enunciada pela oração de base. É justamente a essa função que correspondem também as características formais dos compostos (*PLG II*, 1989, p. 163-4).

É por este motivo que Benveniste considera os compostos "não mais como espécies morfológicas, mas como organizações sintáticas" (*PLG II*, 1989, p. 147). O uso de um composto implica reconhecer os seus membros e compreender as relações que estes membros entre si estabelecem.

Nos tipos de compostos estudados por Benveniste – signos da língua –, são mobilizadas as noções de *forma* e de *sentido.* Estas "unidades novas" são constituídas por signos da língua – *oiseau*, por exemplo, é um signo do francês; *mouche* também o é. São *forma* constituindo *forma*: *oiseau-mouche* também é um signo do francês.

Ora, o fato de estes dois signos – *oiseau* e *mouche*- serem integrantes de um signo – *oiseau-mouche* – ultrapassa a noção de *forma*; *oiseau-mouche* é *sentido*.

Oiseau-mouche é uma frase, dois signos em inter-relação. Cada integrante tem uma significação própria cuja inter-relação promove uma noção de similitude.

Note-se que esta inter-relação, já que se trata de um signo do francês, portanto de uma forma, não é interpretada com base em fatores contextuais, ou seja, com base em *eu-tu-aqui-agora*. Apesar disto, ela é compreendida.

Esta compreensão se dá pela própria língua que, além de *oiseau-mouche,* contempla signos como *papier-monaie, chien-loup, poisson-chat,*etc., associações possíveis, além de outras, por meio das quais a noção de similitude também se expressa.

Embora até aqui nos detenhamos a examinar a forma como expressão de sentido, é necessário esclarecer a razão de o sentido *estar* na forma.

Oiseau-mouche é sentido porque relativo à atribuição de referência. Segundo Benveniste,

> O papel destes compostos é o de emparelhar em uma designação específica uma classificação pela realidade e uma classificação pela semelhança. É a prova de que a relação se estabelece entre as coisas, e não entre os signos (*PLG II,*1989, p. 150).

O sistema francês apresenta a forma *oiseau-mouche* porque a comunidade lingüística identifica a existência, em sua fauna, de uma espécie de *oiseau* a qual se distingue das demais e, pelas suas características – sua semelhança com *une mouche,* – o denomina *oiseau-mouche, oiseau qui est une mouche*. É na e pela enunciação que *oiseau-mouche* tem existência; é o uso que o consagra a signo do sistema.

A língua, então, se faz com frase, seja ela "atual" ou "atualizada". Por este estudo, verifica-se que a própria frase pode se constituir como uma imbricação de frases. Frase é continente e é conteúdo. Respeitada a devida distância entre noções, tem razão Saussure ao afirmar que "É próprio da fala a liberdade das combinações; cumpre, pois, perguntar se todos os sintagmas são igualmente livres" (*Curso,* 1969, p. 144).

A frase, então, é signo. É isto que este trabalho de Benveniste demonstra. Mas o que é a frase, senão a expressão de referência? A *sintaxe da enunciação* está na língua, pois a atribuição de referência requer uma certa "organização" dos signos – a frase –, e esta, ao se transformar e constituir signo, conserva sua "sintaxe", que se expressa pela relação que se estabelece entre os membros do composto.

> Ao passar assim para o quadro formal do nome, a oração livre sofre uma inevitável redução de suas latitudes de expressão. [...] Todavia o composto é capaz de maior diversidade do que parece, e suas numerosas variedades recenseadas pelas gramáticas correspondem justamente a tipos diversos de orações (*PLG II*, 1989, p. 164).

Benveniste, neste artigo, estuda os compostos e relaciona os tipos existentes à frase. Retrocedamos ao trabalho das “formas novas”, ao processo que dá existência a uma sinapsia. Para que uma “coisa” passe a ser nomeada, seja ela constituída por dois termos ou por mais, importa a frase, que se reduz em sinapsia ou se reduz em composto. As sinapsias e os compostos, ao serem atualizados, expressam frase. Assim, pode-se dizer que a enunciação “atualiza” enunciação, e que a língua nada mais é do que sistema de signos referenciais, referência que é sempre nova porque uma nova frase que contém referência já-atribuída.

5.2.5 A Fase Nominal ou a Frase-signo

Benveniste, em *A Frase Nominal*, texto que consta em *Problemas de Lingüística Geral I*, orienta suas reflexões sobre este tipo de frase, buscando sua *função*[58]. Se inúmeras línguas a apresentam, cada uma com modalidade própria, isto implica a necessidade de expressar uma idéia para a qual a existência de um predicado nominal baste.

Caracterizando a frase nominal como uma estrutura em que não há uma forma verbal materialmente expressa, inicia seu trabalho examinando as noções de *verbo* e de *nome*, e, em decorrência disto, situando na língua a função do verbo *ser*.

Retomando relações já consagradas em estudos sobre a língua – *nome* como indicação de *objeto*, *verbo* como indicação de *processo*; *verbo* como expressão de *tempo* em oposição a *nome* –, demonstra que estas relações são insuficientes.

Em relação à primeira, afirma que certas línguas encontram esta solução para expressar a realidade, entretanto outras, apesar de apresentarem estas classes de palavras, subvertem esta relação. Entre outros fatos lingüísticos que comprovam esta afirmação, apresenta o nome *yälokä* (*sol*) que, em zuñi, é uma forma verbal de *yäto-* (*atravessar*).

Quanto a *tempo*, mostra que esta noção não é exclusiva do verbo porque o nome pode, como em tübatulabal, indicar *passado* ou, ainda, que o verbo, em certas línguas, não indica tempo.

---

[58] *Função* é termo aqui empregado com acepção muito próxima à noção de *sentido*. É o sentido expresso pela frase nominal – e esta afirmação se pauta pelas conclusões que Benveniste apresenta ao final de seu artigo – que a faz figurar em determinados tipos de enunciado, em inter-relação com as demais palavras que o compõem.

Descartadas estas possibilidades de distinção a partir das quais ordinariamente são conceituadas estas classes de palavras, formula a sua tese: nome e verbo diferenciam-se por meio da *sintaxe*, considerando-se *a função do verbo no enunciado*, sendo o verbo definido como *o elemento indispensável à constituição de um enunciado assertivo finito*.

A demonstração do que é proposto, exige delimitação do entendimento do termo *enunciado assertivo finito.* Benveniste determina "que o enunciado assertivo finito possui ao menos dois caracteres formais independentes: 1° é produzido entre duas pausas; 2° tem uma entonação específica, 'final', que se opõe em cada idioma a outras entonações igualmente específicas (suspensiva, interrogativa, exclamativa, etc.)" (*PLG* I, l995, p. 166).

A partir desta formulação, é estabelecida a *função do verbo*, a qual se apresenta desdobrada em *função coesiva* e *função assertiva*, a primeira relativa ao plano da coesão gramatical, a segunda relativa ao plano da asserção da realidade.

Isto estabelecido, verbo pode ser entendido como *forma* – e é este o ponto de vista dos estudos clássicos cujas conceituações emergem dos aspectos morfológicos –, e também pode ser entendido como *função*, se considerado o aspecto sintático. *Forma* e *função* podem ser coincidentes ou não, dependendo da língua descrita: em certas línguas, a *forma verbal* assume a *função de verbo*; em outras, é a *forma nominal* responsável por esta função num enunciado assertivo finito[59].

Com base nestas considerações do que seja verbo, Benveniste exclui do estudo da frase nominal as que apresentam verbo *ser*. Considera estas como frases verbais. Daí depreende-se que frases nominais e frases verbais diferenciam-se pela ausência, nas primeiras, mas presença, nas últimas, de uma *forma verbal*, enquanto *função verbal*, pertinente ao enunciado assertivo finito, pode ser desempenhada quer por uma *forma verbal*, quer por uma *forma nominal.* Assim, a estrutura funcional da forma verbal no enunciado assertivo finito:

> Compreende dois elementos, um <u>explícito e variável</u>, o outro <u>implícito e invariável</u>. A variável é a forma verbal como <u>dado material</u>: variável na expressão semântica, variável no número e na natureza das modalidades que encerra, tempo, pessoa, aspecto, etc. Essa variável é sede de uma invariante, <u>inerente</u> ao enunciado assertivo: <u>a afirmação de conformidade entre o conjunto gramatical e o fato afirmado</u> (*PLG I*, 1995, p. 168) (Grifos nossos).

[59] Observe-se que, aqui, *função* é tomada como *inter-relação*, e que se opõe à *forma*. Esta inter-relação é apresentada como inter-relação conetiva e, ao mesmo tempo, como relativa à atribuição de referência.

Configurada a distinção entre forma e função verbal no tipo de enunciado em questão, Benveniste inicia propriamente o estudo da frase nominal, e alguns aspectos merecem consideração, dada sua manifestação em diversas línguas. É importante verificar:

a) se a língua tratada possui ou não verbo *ser*, e, assim, se a frase nominal é uma expressão possível ou necessária;
b) se a frase nominal se restringe à terceira pessoa ou é admitida em todas as pessoas;
c) se a frase nominal se forma livremente ou se depende de uma certa ordem fixa no enunciado.

Havendo tantas variações impostas pela diversidade de línguas que comportam a frase nominal, uma língua é escolhida para estudo: o indo-europeu.

Estudando a frase nominal no indo-europeu, Benveniste demonstra que esta se coaduna com o que foi estabelecido para distinguir nome e verbo. Num enunciado assertivo finito, a frase nominal e a frase verbal apresentam um elemento invariável e implícito, e um elemento variável e explícito. O primeiro elemento contribui para que o enunciado seja assertivo, o segundo apresenta as flexões próprias da classe (*onmia praeclara – rara* e *omnia praeclara – pereunt*).

Enquanto o elemento implícito equipara as frases nominais às verbais – ambas gramaticalmente coesas e de cunho assertivo – o explícito situa-as diferentemente: as verbais, por meio da forma verbal que indica noções de tempo, pessoa, etc., apresentam a asserção em relação a um locutor; as nominais, pelo fato de o nome não incluir estas noções, tornam a asserção atemporal, impessoal, não modal. Desta forma, a frase verbal situa uma afirmação numa situação discursiva, e a frase nominal caracteriza-se por apresentar uma afirmação sobre o sujeito do enunciado.

É com base nesta diferenciação que Benveniste afasta a possibilidade de consideração da frase nominal como uma frase de *cópula zero*: "*omnis homo – mortalis* [...] torna-se simétrico de *omnis homo – moritur* [...] e não é a 'forma de cópula zero' de *omnis homo mortalis est* (Idem. p. 172).

Não só a forma de *esti* o coloca entre os demais verbos, há ainda outras razões:

a) possibilidade de ter tido um sentido lexical definido antes de se apresentar como cópula (**bhú, "estender", "crescer"*, segundo o autor, forneceu uma das partes de **es-*);

b) *esti* absoluto ou *esti* + adjetivo (*existir, ter consistência real*) é intransitivo, como em *est mundus* (latim);

c) há equivalência sintática entre *puer studiosus est* e *puer praeceps cadit.*

Em indo-europeu, uma frase nominal e uma frase com *ser* "são ambas possíveis, mas não para a mesma expressão" (*PLG I,* 1995, p. 173).

Para demonstrar que a frase nominal e a frase com *ser,* ou a frase verbal, têm uma função diversa no discurso, Benveniste analisa ocorrências em textos do grego antigo. Para isto, seleciona as *Píticas* de Píndaro e a *História* de Heródoto.

Na obra de Píndaro, o uso de frases nominais revela a Benveniste que estas frases ligam-se sempre ao discurso direto e servem sempre a asserções de caráter geral e sentencioso.

Acrescentando a esta análise exemplos de frase nominais retirados dos *Trabalhos* de Hesíodo, confirma suas observações, pois:

> A obra toda é uma admoestação pessoal, uma longa série de conselhos e de críticas, onde se inserem, em frase nominal, verdades permanentes que se querem impor. Jamais, porém, a frase nominal é empregada para descrever um fato na sua particularidade (*PLG I,* 1995, p. 176).

Em contraponto, na obra de Heródoto, que, por ser escrita por um historiador, é de cunho narrativo, a maioria das frases apresenta *esti*, e "a frase nominal só aparece onde intervém o discurso direto e para enunciar uma asserção de caráter 'proverbial'" (*PLG I,* 1995, p. 177).

Já em Homero, em que frases nominais e frases com *esti* têm proporções semelhantes, Benveniste verifica que:

a) a frase nominal consta em discursos, a frase verbal aparece em narrações e descrições;

b) a frase nominal expressa asserções de valor permanente, a frase verbal é usada como asserções ligadas a situações;

c) nas relações de posse, a frase nominal indica uma posse permanente e absoluta, a frase verbal indica uma posse atual.

Além do estudo das frases nestes textos, Benveniste ainda confirma que há "dois modos de enunciação distintos", examinando exemplos do latim, do védico, do irânico antigo,

e chega às línguas modernas, utilizando o espanhol como exemplo, em que a diferença entre *ser*, ser de essência, e *estar*, ser de existência ou de circunstância, é "manifestação renovada de um fato que marcou profundamente a sintaxe indo-européia" (*PLG I*, 1995, p.182).

A leitura deste trabalho de Benveniste tem, em seu título, o termo *frase-signo*. Vejamos qual a significação que atribuímos a este termo, já que *frase*, em Benveniste significa a palavra de um locutor que mobiliza a língua, e *signo* Benveniste define tal como Saussure o definiu. Para que estabeleçamos o que tomamos por *frase-signo*, é necessário o entendimento do que Benveniste apresenta como *enunciado assertivo finito.*

No estudo que realizamos sobre os textos em que este autor aborda fatos de língua, observamos que a noção de intersubjetividade está presente sob a forma de *palavras-signo*, as quais suscitam sempre *frase*. Este é o caso das sinapsias, dos compostos, dos nomes de agente em *–eur*.

Esta noção de *palavra-signo*, em nossa opinião, também pode abarcar a frase nominal, porém esta diferencia dos demais fatos de língua assim descritos, exatamente por ser apresentada como *enunciado assertivo finito.*

Em *enunciado assertivo finito*, em primeiro lugar, está pressuposta a idéia de que a frase nominal é um *enunciado*, e este termo se expande mediante restrições: a frase nominal é um *enunciado*, é um *enunciado assertivo*, é um *enunciado assertivo finito.*

O primeiro constituinte deste termo, ou seja, *enunciado*, apresenta a frase nominal como originária do discurso, referência atribuída por um locutor que se insere na língua, promovendo uma certa organização de seus signos porque *fala de*.

Neste aspecto, a frase nominal não se distingue de sinapsias, composto, nomes de agente, os quais, tanto *in absentia* como *in praesentia*, são relativos ao uso da língua, pois os parâmetros da língua são considerados na gênese destas palavras, assim como a situação discursiva também o é, e a atualização de qualquer destas palavras pressupõe significação assim constituída.

O segundo constituinte do termo, que expande o primeiro, apresenta *enunciado* como *assertivo*, uma vez que a frase nominal não demanda que uma resposta seja dada, nem objetiva um certo comportamento, assim como não comporta uma impressão própria de quem a exprime, pois trata-se de um valor permanente, com caráter de "verdade", um "absoluto" que se impõe, daí prescindir de julgamento ou de comprovação.

O terceiro constituinte – *finito* em *enunciado assertivo finito* – expressa restrição necessária em uma teoria que não toma *enunciado* ou *enunciado assertivo* com indicação de limitação de qualquer natureza, seja ela relativa à pausa, seja ela relativa a sintagma[60].

Esta consideração ao termo *enunciado assertivo finito*, com o qual se caracteriza a frase nominal, nos leva a concordar com Portine (1997, p. 87), que afirma que esta noção é bem próxima da de frase simples declarativa.

Assim apresentada, a frase nominal distingue-se dos demais signos nominais ou palavras-signo estudados por Benveniste, ou seja, compostos, sinapsias, nomes de agente: é frase tal como eles, porque originária do discurso; porém, enquanto estas palavras, quer pelos elementos que as compõem, quer pelo modo como se organizam, suscitam discurso, a frase nominal é o discurso inserido na língua, tal como foi produzido, seja pela sua configuração, seja pelo sentido que promove.

A frase nominal é signo. A razão de poder ser guindada à categoria de signo, uma unidade significativa porque distintiva, que pertence ao acervo de todos os falantes de uma determinada língua, passível de ser chamada a integrar o discurso sob forma de palavra, reside no fato de expressar um valor absoluto e constante, verdade aceita por uma determinada comunidade lingüística. Não apresenta marcas que a remetam a uma determinada situação enunciativa e, por isto, pertence, assim como os signos nominais, à categoria de não-pessoa[61].

> A frase nominal, sendo adequada para as asserções absolutas, tem valor de argumento, de prova, de referência. É introduzida no discurso para agir e convencer, não para informar. É, fora do tempo, da pessoa e da circunstância, uma verdade proferida como tal. É por isto que a frase nominal convém tão bem a essas enunciações, nas quais, aliás, tende a confinar-se – sentenças e provérbios – depois de haver conhecido maior flexibilidade (*PLG I*, 1989, p. 179).

Ao estudar os compostos, as sinapsias, os nomes de agente em *–eur*, Benveniste parte do aparelho formal da língua, já que estuda formas do francês moderno e, por meio de certos

---

[60] As inter-relações que os constituintes de uma frase estabelecem entre si são exigência da atribuição de referência: é o sentido que comanda a organização sintagmática, portanto não há como prever o "arranjo" do discurso.

[61] Em Saussure, no *Curso de Lingüística Geral*, ao serem tratadas as relações sintagmáticas, lê-se que: "[...] a noção de sintagma se aplica não só às palavras, mas aos grupos de palavras, às unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie (palavras compostas, derivados, membros de fases, frase inteiras)" (1969, p. 143-4).

A enumeração apresentada – palavras compostas, derivados, membros de frases, frases inteiras – sugere que frase aqui seja tomada com acepção muito próxima à de *enunciado finito.*

A existência de frases na língua e com esta acepção também se encontra em: "[...] frase e grupos de palavras estabelecidos sobre padrões regulares: combinações como *a terra gira, que te disse* etc. respondem a tipos gerais, que têm, por sua vez, base na língua sob forma de recordações concretas" (*Curso*, 1969, p. 145).

procedimentos de análise, nos faz retroceder à gênese destas formas, à enunciação; ao estudar a frase nominal, por meio do exame de textos de Píndaro, Heródoto e Homero, estabelece os parâmetros que regem a frase nominal, e concluímos que, de situações enunciativas – "de maior flexibilidade" –, caracterizadas como um dos modos de enunciação, certas "construções" cristalizam-se, ao constituírem provérbios, ditos, etc, aptos a se atualizarem sempre que um certo sentido assim o exigir.

Tanto os primeiros estudos aqui citados, como a leitura que ora é feita, demonstram que o falar sobre a língua, não importando o ponto de observação, está fadado à noção de intersubjetividade, porque remonta à frase, um certo "eu-tu-aqui-agora" que, pelo uso, tende a se apagar, passando de materialidade à possibilidade de materialidade. Esta, porque *possibilidade de*, vez por outra, se materializa, e o ciclo se fecha.

5.3 EM *LÉXICO E CULTURA*

5.3.1 Em uma unidade lexical, o *trabalho* com a língua para que ela *funcione*

No artigo *Como se formou uma diferenciação lexical em francês*, Benveniste se propõe a estudar a relação que existe entre duas formas do francês moderno, o verbo *amenuiser* e o substantivo *menuiser*. Quanto aos aspectos formais, esta relação é evidente, o mesmo não se podendo afirmar quanto ao sentido, já que *amenuiser* significa "tornar mais diminuto", e *menuiser* indica "obreiro que trabalha a madeira".

Dada esta semelhança formal, pode-se supor que a relação entre verbo e substantivo tenha como base o adjetivo *menu*, entretanto um recurso a este adjetivo nada esclarece quando considerado *menuiser*.

Para determinar esta relação e verificar como ela se rompeu, Benveniste se dispõe a delimitar sincronias, e o primeiro estado de língua examinado é o francês antigo.

Neste estágio, o francês já distingue *amenuiser* e *menuiser*, entretanto de maneira diferente do que o faz na atualidade: *amenuiser* significa "reduzir à poeira", e *menuiser* indica "artesão em diversas matérias".

Diante desta constatação, Benveniste retrocede ainda mais e volta-se para o latim: descreve o adjetivo *minutus*, estabelece relações entre este adjetivo e seus derivados,

construindo um modelo que virá a ser comparado com o do francês.

Por meio de observação de enunciados, Benveniste verifica que o adjetivo *minutus* conserva resquício de sua função de particípio. Este tem indicação de "estado resultante de um processo transitivo e de processo gradual", uma vez que *minuo* "diminuir" é "tornar menor", daí o adjetivo *minutus*, empregado como comparativo ou superlativo ou relacionado a um adjetivo comparativo, expressar "mais reduzido em volume que o estado normal". Desta maneira, *minutus* difere de *parvus* e de *tenius.*

Esta constatação se qualifica por meio de outra: a influência do adjetivo grego λεπτός. Este adjetivo grego também se relaciona com um particípio, cuja ocorrência é rara. Como adjetivo, figura com sentido de "fino, delgado, diminuto". Além disto, seus primeiros empregos têm função comparativa.

Estas "coincidências", palavra usada por Benveniste, facilitaram a aproximação entre o adjetivo grego e o adjetivo latino, a ponto de *minutus* ser empregado como "um equivalente de λεπτός em diversas acepções novas, que são verdadeiras imitações"(*PLG II* 1989, p. 268).

Embora esta equivalência, que se dá pela via da tradução, *minutus* e λεπτός divergem em seus empregos. M*inutus* qualifica "aquilo que é de pequeno volume por estado natural [...] ou que é reduzido ao estado de fragmento por uma ruptura, esmagamento, segmentação" (*PLG II*, 1989, p. 270). Sua proximidade em relação ao adjetivo grego se deve a esta noção que *minutus* expressa, daí a possibilidade de tradução.

O adjetivo λεπτός recobre esta noção e vai além. Este adjetivo, ao se relacionar com outras palavras, qualifica objetos lavrados, de pequena dimensão, trabalhos delicados, realizados pelo homem. A relação entre qualificador e qualificado produziu um composto e derivados dos quais um se especializa e designa "o que trabalha com madeira".

O latim não apresenta registro de *minutus* relacionado à obra fabricada pelo homem, obra fina, delicada, nem relacionada a ofício, portanto não há, nesta língua, menção a *marceneiro,* por intermédio do adjetivo *minutus.*

A partir deste exame, Benveniste retoma a descrição do francês antigo e, por meio da observação de ocorrências, verifica que:

a) o adjetivo *menu* apresenta, não só no francês antigo, mas também no atual, significação muito próxima ao adjetivo latino *minutus:* "pouco volume, pequeno talhe";

b) o verbo *menuiser*, assim como *minutare* (*minutiare*), tem indicação de “reduzir em pedaços diminutos”;
c) *menuier,* junto a um nome de pessoa, indica “o que exerce um ofício *menu*”;
d) *menuierie* designa “pequenas obras relativas a vários ofícios”;
e) a partir do verbo *menuiser, menuis* consta em *menuise* (“minúsculo pedaço”, “minúsculo objeto”), *minuissaile* (“minúsculas peças, fragmentos”, minúsculos peixes”) e em *menuiserie*;
f) *menuiserie,* com valor técnico, passa a indicar “pequenas obras produzidas por artistas, em diversas áreas, opondo-se a *grosserie*, que é tomado como “peças grandes” (especialmente as executadas por cuteleiros);
g) *menuisier* passa a designar “o que executa pequenas peças”, opondo-se a *grossier* (“cuteleiro”, no século XIII);
h) *menuisier* se especializa, no século XVI, passando a designar exclusivamente “artesãos em madeira que produzem obras delicadas”;
i) *menuisier*, no fim do século XVI, indica “artesão que produz obra em madeira” e não mais se relaciona a *menu*, assim a oposição *menuiserie/grosserie* não mais tem razão, e *grosserie* desaparece, e *menuisier* passa a se relacionar com *charpentier* (carpinteiro).

Este distanciamento entre *menuisier* e *menu* (e seu derivado *amenuisier*) é próprio ao sistema francês; não há simetria entre o latim (*minutus*) e o francês, já que o latim não comporta “nome de ofício” nesta série; também não há simetria entre o grego e o francês porque λεπτός desde sempre comportou relação a objetos pequenos, finos, delicados e àqueles que os executam.

Não havendo, pois, entre latim e francês uma relação “se...então”, tem-se, mais uma vez uma consideração à intersubjetividade da e na língua.

Sendo aqui tratada a língua sob um recorte lexical – Benveniste não faz propriamente a sintaxe intervir – e diacrônico, no qual o grego é chamado como um dado a mais, sem que apresente influência sobre o que está sob análise, está em questão a noção de forma e sentido.

Forma e sentido constituem noções indissociáveis. No âmbito da língua enquanto sistema comum a todos que dela se utilizam, é o sentido – uma certa “idéia que se quer expressar – que demanda uma certa “reorganização” do sistema; é em função dele que o francês antigo elege, entre as formas disponíveis, uma que, a partir de um certo momento,

“desliza” do lugar que ocupa – não mais uma certa série associativa – e passa a “funcionar” virtualmente em outra série.

Isto implica o mesmo trabalho com a língua por meio do qual se reconhece intersubjetividade quando o ponto de vista do analista é o discurso. No discurso, porque a atribuição de referência assim o quer, promovem-se sentidos “outros”, nuances daquele que virtualmente a língua apresenta. No conjunto de “possibilidades de língua” do sistema francês, ocorre o mesmo: *menuisier* é o “novo” em dado momento, e o resquício que o seu sentido atual mantém com o que o possibilitou, pode ser recuperado pela *forma.*

Ainda que a abordagem feita por Benveniste seja puramente lexical, há de se considerar que *menuisier* se associa a *charpentier* – e aqui há uma consideração sintático-semântica – e que contém *menu* – aqui também há esta consideração –, produto de um trabalho com a língua que, ao longo de sua História, foi apagando a relação entre *menuisier* e *amenuisier*, a ponto de ela não ser percebida em um primeiro olhar.

A passagem do tempo não nos permite recuperar o *ato*, mas, em *menuisier*, a enunciação se diz, mesmo que como resquício: impossível recuperar o ato, mas percebe-se língua em funcionamento.

5.3.2 Dois processos de derivação: a língua como interpretante

Em *Dois modelos lingüísticos da cidade*, Benveniste apresenta uma contribuição aos estudos sobre a relação entre língua e sociedade, a partir de uma relação intralingüística: a derivação.

Questionando pesquisas que tomam a língua como espelho da sociedade, ao estabelecerem relações entre vocabulário e dado social, propõe-se a analisar um “fato de derivação” – a noção de *cité* (“cidade”) – por meio do qual se verifica uma mudança de perspectiva: “Não é mais uma substância, um dado lexical sobre o qual se estabelece uma comparação sócio-lingüística, mas uma *relação* entre um termo de base e um derivado” (*PLG II*, 1989, p. 278-9).

O estudo sobre a noção de *cidade* inicia-se pela forma latina *civitas*, tomada, via de regra, como derivada de *civis*. Esta relação *civis→civitas* que, na tradução, remete a *cité→citoyen*, é problemática, segundo Benveniste, porque é necessário que se saiba qual é o

sentido de *civis*. Em conseqüência da falta de entendimento do que *civis* significa, a tradução de *civis* por *citoyen*, em certas circunstâncias, é incorreta.

No latim antigo e no latim clássico, *civis* freqüentemente é usado em expressões em que constam pronomes possessivos: *civis meus, cives nostri*[62].

> A construção com o possessivo desvela, de fato, o verdadeiro sentido de *civis*, que é um termo de valor recíproco e não uma designação objetiva: é *civis* para mim, aquele de quem eu sou o *civis*. Daí *civis meus*.O termo mais próximo que, em francês, pudesse descrever esta relação seria "concitoyen" ["concidadão"] em função de termo mútuo (*PLG II*, 1989, p. 280).

Este valor recíproco expresso por *civis*, que seria traduzido por "concidadão", está implicado no sentido de *civitas*, que expressa "coletividade de *cives* enquanto reciprocidade entre *cives*".

Considerando-se o sistema grego, tomando-se a relação *pólis* ("cidade") e *polítēs* ("cidadão"), ver-se-á que, pela via do sentido, o mecanismo lingüístico inverte-se, pois *polítēs* significa "aquele que participa da *pólis*".

A partir do estudo das relações de derivação que consideram a noção de *cidade*, Benveniste identifica a existência de dois modelos que se distinguem por *inversão*.

Em latim, o termo de base é um adjetivo e dele deriva-se o abstrato. O primeiro indica posição social, qualidade condicionada por posição recíproca; o segundo expressa totalidade relativa à condição de reciprocidade.

Este movimento se verifica não só em *civis→civitas*, mas também neste modelo se inserem *socius→societas, sodalis→sodalitas, nobilis→nobilitas.*

Em grego, o movimento inverte-se. O abstrato, *pólis*, indica "Estado, fonte e centro de autoridade", expressa entidade "independente dos homens, e sua única sede material é a extensão do território que a fundamenta" (*PLG II*, 1989, p. 285).

Polítēs, como derivado, é o que, a partir da noção de *pólis*, nela se inclui como membro, portanto da *pólis* dependente.

Nada melhor do que este texto para encerrar a série de leituras a que nos propusemos a realizar com o objetivo de comprovar a afirmação de que o trabalho de Benveniste, em *Problemas de Lingüística Geral I* e em *Problemas de Lingüística Geral II*, constitui um todo.

---

[62] Este uso é registrado por dicionários. Benveniste identifica ocorrências em Plauto, Tito Lívio, Varrão; cita Cícero e a Vulgata.

O que se apresenta como todo – uma Lingüística da Enunciação – não se contenta em se constituir como uma lingüística, embora reconheça seus limites.

Os estudos tradicionais que versam sobre a língua e a sociedade, tratam a língua como uma nomenclatura – *civitas* está para *pólis* assim como *civis* está para *polítēs*, e, desta maneira, se estabelece uma relação entre continente e conteúdo que, na tradução, se expressa por *cité* ("cidade") e *citoyen ("cidadão")* – ou, ainda, *civis* e *pólis* são termos de base e, pelos simples acréscimo de sufixos, *civitas* e *polítēs* são derivados.

Há algo de não simétrico nesta derivação, unicamente explicada pela percepção de uma diferença formal, pois, em um caso, de um abstrato deriva-se um adjetivo, e, em outro, se dá o contrário. E é esta assimetria que impele Benveniste a buscar o sentido, num primeiro momento, esbarrando em *civis* que, deste modo se mostrando, constitui-se em um entrave relativo à noção de *civitas.*

A inversão que Benveniste comprova só pôde ser percebida porque é mobilizada a noção de *sentido.* Pela noção de *forma e sentido*, se recupera todo o trabalho com a língua, relativo à derivação: o derivado nada mais é do que a "forma sintagmatizada".

Como está em jogo não a forma por si mesma, no seu aspecto material, visível à observação, mas a *relação* entre as formas, percebe-se a direção em que esta relação se dá. E, em latim, ela não se estabelece pelo simples acréscimo de *–tas*, mas por aquilo que o acréscimo implica.

Após apresentar estes dois modelos, originários de uma relação entre dois *signos referenciais*, Benveniste diz que:

> Estas duas noções, *civitas* e *pólis*, tão vizinhas, semelhantes e, por assim dizer, intercambiáveis na representação que delas dá o humanismo tradicional, constroem-se na realidade ao inverso uma da outra. Esta conclusão, fruto da análise interna, deveria ser ponto de partida de um novo estudo comparado das próprias instituições (*PLG II*, 1989, p. 286) (Grifos nossos).

Aqui cessa o trabalho do lingüista – e ele lida com a linguagem, na perspectiva da linguagem, como semântica da enunciação. Ao mesmo tempo em que ele reconhece que sua tarefa se completa, ele aponta um "novo ponto de partida", que interpretamos como uma *análise translingüística*, por meio de uma *metasssemântica* que toma como base a *semântica da enunciação.*

A relação interna que se estabelece entre os termos do latim e entre os termos do grego – o estudo realizado por Benveniste –, apresenta a língua como interpretante de si mesma. Constitui-se uma semântica. Conforme Benveniste, a língua pode tudo interpretar. Tomada esta relação lingüística – a semântica da e na língua – abre-se um campo de possibilidades para que a língua se constitua como interpretante de outros sistemas – a sociedade, por exemplo – que não sejam, teoricamente, exclusivamente *língua*.

Esta semântica é o "termo de base" do qual poderão "derivar" inúmeros outros estudos que tomem a enunciação como objeto e que introduzam outros olhares sobre este objeto, os quais não sejam somente o de um lingüista. Este olhar, que é apresentado sob a perspectiva de L*ingüística da Enunciação*, já foi lançado por Benveniste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizadas estas leituras, cabe-nos algumas palavras sobre a *sintaxe da enunciação,* definida como atividade do sujeito com e na língua, exigência da promoção de sentido.

Sendo sintaxe da enunciação assim definida, é meio cujo fim é a atribuição de referência para que a co-referência se faça, e é também meio para consideração de que o trabalho empreendido por Benveniste, constante em artigos publicados nos dois tomos de *Problemas de Lingüística Geral*, constitui uma lingüística cujo objeto é a enunciação.

Para que tal lingüística se afirme e se diga como Lingüística da Enunciação, tomamos textos teóricos e textos de análise – designações que se inspiram em Normand (1996) –, consideração esta que se apresenta como pseudodicotômica porque visa, conforme já afirmado, à superposição destes textos, transpassados pela noção de intersubjetividade.

Apresentar a noção de intersubjetividade como princípio para a Lingüística da Enunciação, de Benveniste, implica reiterar que:

a) a língua é intersubjetiva;
b) a língua tem como unidade a frase;
c) a língua é um sistema de signos referenciais.

A língua é intersubjetiva é uma afirmação que exige tratar a noção de intersubjetividade em três perspectivas, das quais a última é de nosso principal interesse, embora reconheçamos que falar dela é falar das demais.

A noção de intersubjetividade se diz na apreensão primeira que se faz da proposta de Benveniste, quando se verifica que, por tomar a palavra, o locutor se constitui como sujeito na e da língua. Nesta constituição está implicada a constituição do alocutário, noção de pessoa, que é dialética: pessoa *eu*-pessoa *não eu*, distintas e complementares na e pela enunciação.

A noção de intersubjetividade se diz – aqui apresentada como um segundo momento, por força de explicitação, mas concomitante com o próprio ato e desencadeada pelo próprio ato – pela possibilidade de inversão, já que enunciação suscita enunciação.

A palavra de quem a toma envolve um trabalho com a língua, pois inserção na língua desencadeia um processo: apropriação, atualização, sintagmatização e semantização. Materializada a enunciação em enunciado, este, para que uma resposta seja dada, exige que o processo enunciativo se refaça, para que a idéia expressa, reveladora da atitude de quem a expressa e da situação enunciativa, seja interpretada.

Veja-se que a noção de intersubjetividade se desdobra: intersubjetividade pela tomada da palavra; intersubjetividade pela palavra em si, que busca outra palavra. E novamente se desdobra, pois a palavra não se restringe àquela situação, se amplia, traz à tona a língua toda.

Se inicialmente a noção de intersubjetividade é relativa à noção de pessoa, em seguida, atinge a noção de não-pessoa. Do mesmo modo, se é relativa a um dizer peculiar, singular e individual, para que assim o seja, demanda que a ação de quem o diz e daquele a quem o dito se dirige se expanda a toda a língua. Para que o peculiar, singular e individual se faça, é preciso reinterpretar o coletivo, que não pertence apenas a *eu-tu*, mas que é próprio a todo aquele que reconhece a língua como língua.

O dizer pressupõe relações associativas e relações coordenativas, um adentrar na língua de modo que ela indique o que dela é compatível com dizer.

Mas há de se aprofundar a compreensão de *indicação*, o próprio da língua que possibilita que a língua seja língua, pois a língua não é um simples “alinhamento” vertical e horizontal.

Para que a língua possa ser interpretada por quem a utiliza, é necessário que ela *signifique* a situação enunciativa, um certo “mundo” relativo a *eu-tu-aqui-agora* que se revela na frase. Para que a língua possa ser reinterpretada de modo que ela venha a constituir esta significação, é preciso que ela *signifique.*

São estes dois modos de significação que Benveniste trata em seus artigos nos quais descreve fatos de língua. Estes trabalhos nos permitem confirmar o que teoricamente reconhecemos: a língua é intersubjetiva já que *a frase é a unidade da língua.*

A frase é apresentada por Benveniste como unidade da semântica. Por ser assim descrita, é expressão de sentido. Embora puro sentido, noção que se opõe a de forma, é

constituída por formas que, por integrarem sentido, expressam sentido, sem que abandonem a condição de forma.

Para promover esta relação, Benveniste opera com estas noções, apresentando-as como noções gêmeas, caracterizando forma como capacidade de dissociação e sentido como capacidade de integração.

Assim definidas estas noções, cabe ao signo saussuriano a condição de forma, e, ao constituir a frase, a condição de forma-sentido, uma parte do conceito que se especializa devido às inter-relações que estabelece com os demais constituintes da frase.

A língua, na concepção de Benveniste, é, na e pela enunciação, forma e sentido. Interpretada deste modo, a Teoria de Benveniste dá continuidade à proposta de Saussure já que os "níveis" da língua, apresentados por Benveniste em *Os níveis da análise lingüística*, podem ser tomados sob um direcionamento: do signo à frase, já que signo é forma e frase é sentido. Considerando-se que frase contempla forma e sentido – a significação do signo e a significação da e na situação enunciativa, é na frase que a dupla interpretância da língua se manifesta: a frase é, assim, a unidade da língua, pois conjuga distinção e contextualização, sob forma de signos referenciais.

As análises dos fatos de língua, feitas por Benveniste, esclarecem e corroboram que a leitura dos "níveis" pode ser realizada às avessas, ou seja, que os signos são frases, de modo que se afirma que a língua é enunciativa em todos os seus aspectos, pois a frase, significação referencial, é sua unidade, uma vez que implícita no signo.

Os estudos sobre o termo *microbe*, por exemplo, que apresentam todo o processo de criação deste termo, nos mostram que o uso desta palavra, independentemente do sentido que a ela se dê – o da precisão científica ou outro qualquer –, suscita uma frase que expressa uma constatação no campo da ciência. O trabalho realizado por Sédillot, um cientista que visava à uniformização de um termo, revela a língua em funcionamento, tendo a frase como origem.

Fazer funcionar a língua não implica intervir livremente na língua, como demonstram as pesquisas bibliográficas, empreendidas por Benveniste, em relação à *microbe*. Ainda que esta denominação represente um deslocamento de sentido – *vida de pequena dimensão* e não *vida cuja extensão é pequena* – considera-se a língua: o grego, língua da ciência, por convenção, e o francês, pois se trata de um neologismo.

Falar de língua é falar de frase, uma língua sintagmatizada que permite compreender a língua. Note-se que estamos tratando de signo, que, segundo Benveniste, deve, numa situação

enunciativa, ser reconhecido como signo, e estamos afirmando que o signo exige compreensão, o que é próprio à sintagmatização do discurso. Ora, se a frase é expressão de uma idéia que requer conexão entre seus constituintes, o signo, que é frase, é também expressão de uma idéia que, para compreensão, requer um arranjo.

Se o estudo sobre o termo *microbe* – um composto erudito – enfatiza a presença de um sujeito fazendo língua – e esta impressão decorre das observações apresentadas por Benveniste ao final da descrição deste termo –, o estudo das sinapsias, as formas "novas" da composição nominal, organizações altamente produtivas, por isto compatíveis com os constantes avanços científicos e tecnológicos, ressalta a existência de uma sintaxe: determinante, juntor, determinado.

A função desta ordem não é rígida, pois esta ordem é uma simples indicação de que cada um dos elementos do sintagma precisa ser entendido como um signo em inter-relação com os demais elementos que compõem o sintagma. Exemplificando, tal como Benveniste o fez (1989, p. 179): *moulin à café* mói café, *moulin à vent* é movido pelo vento, *pompe à essence* fornece gasolina ou funciona a gasolina.

Apropriar-se da língua para emprego da língua tem como exigência trabalhar com a língua, sintagmatizando-a, tanto ao se promoverem associações quanto ao se selecionar um signo para trazê-lo ao uso. De modo inverso, denominar um novo invento ou descoberta é considerar que a língua apresenta uma certa organização sináptica à disposição da promoção de um certo sentido.

As terminologias, tanto as de cunho erudito como as "atuais", expressam um esforço para suscitar um enunciado definitório. Elas se valem – porque são língua – dos mecanismos da língua, os mesmos que "regulam" os compostos "usuais". Assim, os vários "tipos" de compostos, estudados em *Fundamentos sintáticos da composição nominal*, demonstram que, subjacente a cada tipo, há uma frase. Sua organização sintagmática indica o vínculo que seus constituintes mantêm entre si: coordenação, disjunção, determinação, regência, etc. Cada série de compostos contempla uma predicação, e como predicação é relativa ao uso da língua, este transparece também no virtual: a possibilidade de língua é reconhecimento de suas formas e compreensão das relações que estas formas mantêm entre si como formas.

Como estamos afirmando reconhecimento e compreensão em relação às formas da língua, obviamente estamos admitindo que as formas não são tão-somente forma, são também sentido.

Ao tratar das relações de auxiliaridade no francês, Benveniste demonstra que o perfeito comporta dois auxiliantes, *avoir* e *être*. Em *je suis né*, expressão de um acontecimento que se esgota temporalmente em si mesmo – o adquirido de situação –, o auxiliante é *être*, não *avoir*. A razão disto é a solidariedade entre forma e sentido, uma relação que é sistêmica.

Como *je suis né* indica uma ação que é produzida e que é temporalmente limitada, seu sentido é muito próximo da passiva: *je suis frapé* tem indicação de resultado de uma operação, o qual também não pode ser alterado. Com relação ao perfeito, sintagmas com auxiliante *être* são opositivos a sintagmas com auxiliante *avoir*; adquirido de situação/adquirido de operação.

Estas relações que se dão entre sintagmas, também se verificam no sintagma. Na constituição destes sintagmas, participam formas, mas *ser auxiliante* não basta: ser *être* ou ser *avoir* no perfeito, ou *ser être* na passiva depende das relações mútuas que auxiliante e auxiliado estabelecem entre si. Estes sintagmas da língua, aptos a se atualizarem, imutáveis enquanto elementos da gramática virtual do francês, são a convergência de relações verticais e horizontais, cuja função é a expressão de um adquirido de operação ou de um adquirido de situação, temporalmente opostos, os quais, por sua vez, à passiva se opõem.

Neste estudo de Benveniste, o perfeito, da maneira como é apresentado, extrapola a noção de *forma*, assim como *vor*, preposição do alemão, no sintagma *vor Freude weinen.* Neste sintagma estudado por Benveniste em *Para uma semântica da preposição alemã* <u>*vor*</u>, a presença de *vor* tem indicação de *vor/aus*, mas também tem indicação de atualização de *Freude* e de *weinen*, sentidos compatíveis e compactuados, que convergem para a unidade, que é a frase *vor Freude weinen.* Os sintagmas virtuais se constituem sob os mesmos mecanismos que a frase, daí porque são frases, signos que são integrados por signos, então signos-frase, forma e sentido da e na língua, quer como virtualidade, quer como materialidade.

E qual a razão de certos estudiosos, aos quais Benveniste questiona, atribuírem a noção de “diante de” a *vor* e apenas a *vor*? Parece-nos que a resposta reside no fato de considerarem esta preposição desvinculada da frase, tão-somente como opositiva a *aus*: *vor* se opõe a *aus* – distinção –, *vor* consta em *vor Freude weinen*, mas como o fato de aí constar não importa, porque a frase não importa – mera contextualização –, *vor* tem indicação de “diante de”.

Estes trabalhos em que não se articulam a significação da forma e a significação da forma em inter-relação com outras formas, ignoram a noção de referência. Certamente a significação de *vor* como signo distintivo está implicada no sintagma em que consta, e assim é exatamente porque o sintagma o exige. Assim como se atualiza *vor,* se atualizam *Freude* e *weinen;* atualizam-se porque a frase é *vor Freude weinen. Vor,* então, em *vor Freude weinen*, é um signo distintivo integrado ao sintagma, sentido relativo às inter-relações que se promovem no sintagma, uma vez que a idéia é *vor Freude weinen*. *Vor* é um signo referencial.

Já que *vor Freude weinen,* como afirma Benveniste, pertence ao sistema do alemão, a noção de sentido, que é própria ao uso da língua, está na forma *vor Freude weinen* que é compartilhada pelos falantes da língua alemã. Há, pois, para Benveniste, um único sistema, língua em funcionamento. Fazer "funcionar" significa promover relações exigidas pelo sentido.

É como "funcionamento" que o latim distingue frase verbal e frase nominal. Esta está nos textos de Heródoto, de Píndaro, de Hesíodo, organizações que são promovidas por estes locutores em uma determinada situação enunciativa, cujo sentido a ser expresso é o de uma asserção que se marca pela impessoalidade, atemporalidade e ausência de modalidade, caracterizando-se como uma verdade. Estando nestes textos, sob certa organização, sempre que a atribuição de referência assim o requerer, o "arranjo" que apresentam será considerado.

Tomando-se o latim, então, frase nominal e frase verbal são signos distintivos e, por assim serem e para assim serem, apresentam um "modelo" que é considerado – reconhecimento de pertença desta distinção ao sistema latino – para que, sempre que uma verdade permanente seja enunciada, independentemente de qual seja, possa ser compreendida como uma verdade "nova", própria à situação em que é dita.

É por esta relação, independentemente do fenômeno descrito – a língua "comum" a todos os indivíduos de uma certa comunidade ou uma situação de uso específica – que o objeto é sempre um: a enunciação. Quer se trate da significação do que é "regular', quer se trate da significação singular, própria a uma situação efêmera, em que apresenta uma certa particularidade, atinente a um *eu-tu-aqui-agora*, a significação é sempre "regulada" por esta sintaxe que revela os indivíduos fazendo língua. Este é o princípio que é basilar nos artigos redigidos por Benveniste que tratam de composição nominal, de processos de derivação, de palavras do latim ou do grego, tais como *civitas* e *polis*, respectivamente.

Veja-se que, quando se afirma que há um sentido que se integra à frase, não se está dizendo que este sentido seja apenas um, sempre o mesmo, pois o signo expressa uma noção ampla – é possibilidade de sentido – da qual se atualiza uma parte que é conivente com o sentido dos demais integrantes da frase, que é conveniente à atribuição de referência.

O fato de o signo expressar noção ampla é compatível com a idéia de que sua origem seja a enunciação intersubjetiva, já que a frase é sempre sentido "novo", relativo a um *eu-tu-aqui-agora.* Cada enunciação é única, e a frase, materialização da atribuição de referência, também o é.

Como teoria e prática se associam nos escritos de Benveniste, isto se verifica nos estudos referentes aos derivados em *–eur*, especialmente na análise relativa ao nome de agente *danseur*. Sendo os nomes de agente transposições de frases – *il danse>danseur* – e podendo-se referir, dependendo da situação enunciativa, idéias diferentes – *il danse à l'Opéra* ou *il danse sous mes yeux – danseur* expressa atividade permanente, de caráter profissional ou atividade fortuita, ocasional.

Deste modo, a atualização de *danseur* – a inversão do processo acima descrito – implica a seleção de uma das possibilidades que este signo encerra. Daí dizer-se que a enunciação atualiza enunciação, pois *danseur*, segundo o que Benveniste nos informa, traz implícito um predicado cuja função é a apresentação de uma definição ou a apresentação de uma descrição.

Afirmamos que a enunciação é concebida como ato individual, mas, devido às implicações que tal ato desencadeia, constitui-se um processo. Do ato individual, instaura-se a noção de subjetividade, superada pela noção de intersubjetividade, pois o ato de dizer e dizer-se constitui o "parceiro", que assume as mesmas prerrogativas daquele que se enuncia, para que o diálogo se efetive.

A partir dos estudos que aqui fazemos, promove-se um alargamento da noção de processo intersubjetivo. A noção de intersubjetividade não se restringe à "troca" entre *eu* e *tu*, ainda que a finalidade da enunciação seja a comunicação entre os que na e pela enunciação se constituem como sujeitos.

Ao se inserirem na língua, os sujeitos, para atribuírem referência – um certo sentido relativo à atitude do sujeito e à situação enunciativa –, realizam um trabalho com a língua toda. Desta forma as noções de apropriação, atualização e sintagmatização-semantização não podem ser entendidas como uma atividade restrita a *eu-tu-aqui-agora*.

Cada signo que passa a integrar a frase, integração que não prevê apenas signo como *um* signo, mas que se estende a todos os signos que à frase se integram, exige um exercício com a língua: associações para que a seleção do signo se faça.

Este processo associativo-seletivo envolve os mesmos mecanismos demandados pela frase "atual", no que concerne a reconhecimento e compreensão. Assim sendo, as noções gêmeas relativas à frase, se estabelecem no nível do signo.

Desta forma, o trabalho que os sujeitos realizam com a língua ocorre em qualquer "nível". A sintaxe da enunciação – atividade do sujeito com e na língua, exigência da promoção de sentido – é a sintaxe da língua toda.

Este exercício do sujeito – estabelecimento de relações entre forma e sentido – se faz tanto no signo como na frase. Assim entende-se que, se o signo ao ser associado a outros signos, é submetido a relações entre forma e sentido, o signo é uma frase, e se esta não está explícita, é revelada pela promoção destas relações.

A enunciação, pois, ao materializar-se em frase, reconstitui frases virtuais, e isto revela que a intersubjetividade está na língua, quer como exercício daquele que se enuncia num certo presente, quer como exercício daquele que, em determinada situação, muitas vezes imprecisa, pela passagem do tempo, promoveu uma sintaxe para a expressão de um sentido, sentido que, pelos sucessivos usos, é rememorado sempre que a atribuição de referência assim o quiser.

Língua, na perspectiva de Benveniste, não importa se o enfoque é a forma ou se é o sentido, é sempre língua, que se renova a cada vez que se faz língua, tanto pelas inter-relações que se estabelecem no plano do já conhecido – uma atividade com a língua já dada – quanto no plano do que é atual – uma atividade com a "circunstância" de língua. Nesta medida, *a língua é um sistema de signos referenciais.* É para a atribuição de referência que se busca na língua uma idéia para que outra idéia – nova, singular, circunstancial – se expresse.

Como a língua é simplesmente para viver, língua é sempre língua em funcionamento – viva e vivificada –, língua submetida à enunciação: intersubjetividade que se expressa por meio de uma atividade relativa à sintaxe do que se apresenta como forma e à sintaxe do que se propõe como sentido.

Nesta medida, a obra de Benveniste constitui um todo perpassado pela noção de *intersubjetividade*. Mesmo que estudemos um só de seus textos, seu pensamento remete a esta noção; mesmo que este lingüista se dedique ao estudo de uma única palavra – a noção de *cidade*, por exemplo –, é a noção de *intersubjetividade* que subjaz à sua reflexão.

Este estudo que toma a *sintaxe da enunciação* como noção mediadora, diz uma lingüística que tem a enunciação como objeto. Inscreve-se tão-somente como Lingüística, a *Lingüística da Enunciação* grafada por Benveniste em *Problemas de Lingüística Geral I* e em *Problemas de Lingüística Geral II.* Constitui-se como uma semântica da enunciação, uma semiologia de "primeira geração", uma abertura para uma nova dimensão da significância – uma metassemântica – que virá a constituir uma semiologia de "segunda geração", contribuições para uma semiologia geral, desde que outros – muitos outros – tomem estes escritos e os ultrapassem. Acreditamos que a "ultrapassagem" é a forma pela qual se indica consideração. É na e pela ultrapassagem que este trabalho poderá vir a expressar sentido.

REFERÊNCIAS

ARRIVÉ, Michel. *Lingüística e Psicanálise*: Freud, Saussure, Hjemslev, Lacan e outros. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Como se formou uma diferenciação lexical em francês. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Dois modelos lingüísticos da cidade. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Estrutura das relações de auxiliaridade. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Formas novas de composição nominal. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Fundamentos sintáticos da composição nominal. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Mecanismos de transposição. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Para uma semântica da preposição alemã *vor*. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. Semiologia da língua. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. A frase nominal. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. A natureza dos pronomes. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. As relações de tempo no verbo francês. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. Os níveis da análise lingüística. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. O sistema sublógico das preposições em latim. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. Prefácio. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I* Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da Lingüística. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I.* Campinas, SP: Pontes, 1995.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. São Paulo: Cultrix, 2000.

BRESSAN, Nilvia Thaís Weigert. *A tríade enunciativa:* um estudo sobre a não-pessoa na teoria de Émile Benveniste. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

COLÓQUIO LEITURAS DE BENVENISTE, 2004, Porto Alegre, *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CULIOLI, Antoine. Théorie du langage et théorie des langues. In: _____. *Pour une linguistique de l'énonciation:* formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999.

FINATTO, Maria José Bocorny. Terminologia e Lingüística de Corpus: da perspectiva enunciativa aos novos enfoques do texto técnico-científico. *Letras de Hoje,* Colóquios Leituras de Benveniste, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 97-106, dez. 2004.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1999.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Lingüística e Psicanálise*: princípios de uma semântica da enunciação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

FLORES, Valdir do Nascimento; SILVA, Silvana. *Derivação delocutiva*: um estudo do processo de formação de verbos do português. Porto Alegre: UFRGS, 2002 (Relatório técnico-científico) (CNPq).

HOFFMANN, Lothar. Conceitos básicos da lingüística das línguas especializadas. Traduzido por Ulla Pedde Muss e Maria José Bocorny Finatto. *Cadernos de Tradução*, A Terminologia em foco, Porto Alegre, n. 17, p. 79-90, out.-dez. 2004.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à Terminologia*: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

LAHUD, Michel. *A propósito da noção de dêixis.* São Paulo: Ática, 1979.

LICHTENBERG, Sônia. *Usos de indefinidos do português*: uma abordagem enunciativa. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

_____. Para o estudo da sintaxe da enunciação. *Letras de Hoje*, Colóquio Leituras de Benveniste, Porto Alegre, v.39, n.4, p. 185- 96, dez. 2004.

MARTINS, Eleni. *Enunciação e diálogo.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

MOÏNFAR, M. Dj. Prefácio. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português.* São Paulo: UNESP, 2000.

NORMAND, Claudine. Le CLG: une théorie de la signification? In: _____. (dir.). *La quadrature du sens.* Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

_____. Les mots en emploi: lexique et discours. In: _____. (dir.). *La quadrature du sens.* Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

_____. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, Sérgio Lopes; PARLATO, Érika Maria; RABELLO, Silvana (orgs.) *O falar da linguagem.* São Paulo: Lovise, 1996.

_____. Lectures de Benveniste: quelques variantes sur um itinéraire balisé. In: NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel (dir.). *Emile Benveniste vingt ans après.* Paris: CRL-Université Paris X, 1997.

PORTINE, Henri. Benveniste et la question de la fondation d'une syntaxe. In: NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel (dir). *Emile Benveniste vingt ans après.* Paris: CRL-Université Paris X, 1997.

SANTOS, Elisângela Rosa dos. *Sintaxe e significação*: um estudo enunciativo das orações relativas do português. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral.* São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de Lingüística Geral.* São Paulo: Cultrix, 2004.

SILVA, Silvana. *Enunciação e sintaxe*: uma abordagem das preposições do português. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

SUENAGA, Akatane. Benveniste et Saussure: L'instance de discours et la théorie du signe. In: NORMAND, Claudine; ARRIVÉ, Michel (dir.). *Emile Benveniste vingt ans après.* Paris: CRL-Université Paris X, 1997.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo